

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



**Megalitismo e comunidades megalíticas
na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo)**

definição e caracterização do fenómeno de «megalitização» da
paisagem na área austral do Norte alentejano

Marco António da Silva Andrade

Dissertação de Mestrado em Arqueologia
orientada pelo Professor Doutor Victor S. Gonçalves

2009

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.	4
ABRINDO...	5
1. METODOLOGIA.	8
1.1. Prospecção e registo de monumentos e sítios.	8
1.2. Morfologia descritiva dos monumentos megalíticos.	9
1.3. Cultural material: categorias e critérios descritivos.	11
1.4. Definições e conceitos: enunciação da terminologia aplicada.	13
2. HISTORIOGRAFIA DA INVESTIGAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA NA ÁREA DA RIBEIRA GRANDE.	16
2.1. Álvaro Paes nas antas da Lameira, Passarinhos e Penedo da Moura; José Leite de Vasconcellos e Manuel Heleno nas Antas da Herdade Grande.	16
2.2. Os inventários de Georg e Vera Leisner e Agostinho Isidoro; a colecção Canejo Coutel e as «escavações» do Grupo de Trabalho e Acção Cultural Ervedalense e de Olivério Rosa.	17
2.3. O projecto MEGRAFRONT e as Cartas Arqueológicas do Concelho de Fronteira e do Concelho de Avis.	19
3. O MEIO FÍSICO.	21
3.1. Localização geográfica e definição da área de estudo.	21
3.2. Orografia.	22
3.3. Geologia.	23
3.4. Hidrografia.	24
3.5. Solos.	25
3.6. Coberto vegetal e clima.	26
4. MEGALITISMO FUNERÁRIO: A AMOSTRA DISPONÍVEL.	30
4.1. O universo de análise.	30
4.2. Necrópoles megalíticas e «monumentos-satélite».	31
4.3. Monumentos isolados.	39
4.4. Questões morfológicas, suportes e localizações.	41
4.5. Cultura material: contentores e conteúdos.	46
4.5.1. Recipientes cerâmicos.	47
4.5.2. Artefactos de pedra polida.	48
4.5.3. Artefactos de pedra lascada.	50
4.5.4. Placas de xisto gravadas.	51
4.5.5. Artefactos de adorno pessoal.	53
4.5.6. «Conjunto campaniforme».	53
4.5.7. Outros artefactos e objectos.	55

4.5.8. Espólio osteológico.	56
5. MEGALITISMO NÃO FUNERÁRIO: UMA ESTRANHA ESCASSEZ.	57
5.1. Megalitismo não funerário na bacia hidrográfica da Ribeira Grande.	57
5.2. A estela-menir da Herdade da Lameira.	58
5.3. Alguns casos «suspeitos».	58
6. OUTROS ESPAÇOS «SAGRADOS»: ARTE RUPESTRE E ROCHAS COM «COVINHAS».	59
6.1. Rochas com «covichas» no contexto megalítico da área da Ribeira Grande.	59
6.2. Os casos em análise.	59
7. POVOAMENTO «MEGALÍTICO»: QUE POVOADOS PARA AS NECRÓPOLES MEGALÍTICAS DA ÁREA DA RIBEIRA GRANDE?	64
7.1. Um povoamento disseminado?	64
7.2. Estratégias de implantação.	66
7.3. Cultura material: as observações possíveis.	68
7.3.1. Recipientes cerâmicos.	68
7.3.2. Artefactos de pedra polida.	71
7.3.3. Artefactos de pedra lascada.	72
7.3.4. Artefactos de pedra afeiçoada.	73
7.2.5. Pesos de tear.	74
7.3.6. Outros artefactos e objectos.	74
7.4. A «questão» campaniforme.	75
8. ESPAÇO FÍSICO, ESPAÇO CULTURAL: NECRÓPOLES MEGALÍTICAS, POVOADOS E PAISAGEM NA ÁREA DA RIBEIRA GRANDE.	77
8.1. Arqueologia da Paisagem e megalitismo na área da Ribeira Grande.	77
8.2. Megalitismo funerário na área da Ribeira Grande: considerações sobre implantações, suportes, arquitecturas e cronologias.	83
8.3. Povoados e povoamento: paisagens e territórios na área da Ribeira Grande.	95
8.4. Outros elementos da paisagem megalítica: menires, estelas-menir e rochas com «covichas».	101
9. INTEGRAÇÃO CULTURAL: NEOLÍTICO E CALCOLÍTICO ALTO ALENTEJANO NO CONTEXTO DO SUDOESTE PENINSULAR.	104
FECHANDO...	113
RESUMO/ABSTRACT.	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	117

AGRADECIMENTOS.

Ao Professor Victor S. Gonçalves, meu orientador desde os tempos do correr despreocupado de um Guadiana inocente, dos fornos de XZ-12 aos palimpsestos arquitectónicos de STAM-3, do gabinete do «PLACA NOSTRA» no Museu Nacional de Arqueologia, entre a Nikon *D100* e a Rotring *Tikky II* 0,5 mm, à discussão de catálogos cerâmicos calcolíticos e colheitas de Quinta do Carmo... E a saudade devida das longas conversas à sombra do velho *quercus suber*... Onde, como bem se sabe em terras de além Tejo, há sempre lugar para mais um...

A André Carneiro, primeiro impulsionador deste trabalho, pela abertura das portas do «seu» território, pela cedência de dados à altura ainda inéditos e partilha de informação (gesto infelizmente tão raro entre colegas, contrariando os ditames de certos Códigos Deontológicos de certas Associações), pelo apoio e resolução de vários problemas logísticos, pelo debate de ideias sobre tempos e espaços, sobre os barbos (e outros peixes miúdos) da Ribeira Grande e lubrificação de mesas de matraquilhos...

A Alexandra Soares, pelo incentivo, pela paciência e tolerância com que aceitou as minhas frequentes ausências, pelas múltiplas sugestões e incentivos e pela cedência de equipamentos indispensáveis à prossecução deste trabalho (onde se destacam os imprescindíveis veículos 4x4, assumindo os encargos dos acidentais embates contra oliveiras, quebras de caixas de velocidades e suspensões)...

A Luciana de Jesus, pela preciosa companhia nas saídas de campo e incansável procura de antas que por vezes se encontram em *sítios em que não estão*, sendo o seu sentido de localização único na paisagem alentejana um contributo inestimável na localização dos monumentos e sítios estudados, envergonhando o mais sofisticado dos sistemas de GPS... Ainda pelos inestimáveis trabalhos de limpeza do painel SDM-2...

À Fundação Paes Teles do Ervedal, Museu Regional de Beja e Museu Nacional de Arqueologia, na pessoa dos seus representantes, pela disponibilidade e apoio no estudo do espólio pertencente às reservas museológicas daquelas instituições.

À família (à Mãe, incumbida da impressão, encadernamento e entrega deste trabalhito) e os muito amigos (em especial os companheiros de Porto Torrão, Filipa Rodrigues, Pedro Souto, Gonçalo Lopes, Daniel Silva e Paulos Zingarelhos) por todo o apoio, incentivo e acompanhamento...

E por último, mas definitivamente o Primeiro, ao meu Tim, simplesmente por me ter nascido... E de quem a incansável predisposição para a brincadeira, materializada nos seus amorosos «Paiiiii, vamo' b'incá?», roubou (e sem a mínima sombra de remorso) algum tempo – noutras situações, indispensável – ao estudo das antas da Ribeira Grande...

ABRINDO...

«A primeira questão é, pois, a de sabermos se se pode extrair algo de nada. Como é frequente, apesar de aparentemente absurdo, a resposta pode ser afirmativa, se o *nada* for, afinal, *alguma coisa*. Ainda assim, os custos são naturalmente elevados, a nível da fiabilidade das conclusões.»

Gonçalves, 1989, p. 347.

Começar. Nunca é fácil, e embora partir do *nada* possa parecer um exercício entusiasmante, quando o *nada* é afinal *alguma coisa* (como já foi referido na ocasião de outras aventuras) a tarefa revela-se como um desafio delicado – mas, contudo, atraente.

O presente estudo, subordinado ao tema «Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo)» foi, numa primeira fase, desenvolvido tendo em vista a análise do fenómeno megalítico numa unidade administrativa concreta (nomeadamente, o concelho de Fronteira) – resultados apresentados em 2005 às *III Jornadas Arqueológicas do Norte Alentejano* e publicados em Andrade, 2009 [no prelo]. Iniciou-se tendo unicamente como base a localização específica dos monumentos e a ideia de um escasso e descontextualizado espólio. No entanto, tendo em vista o elementar carácter científico do trabalho que se esboçava, e tendo como objectivo a sua apresentação à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no âmbito de Dissertação de Mestrado em Arqueologia, o alargamento do espectro de análise revelava-se necessário – a nível de enquadramento metodológico-científico e consequente fiabilidade de conclusões.

Estabelece-se, desta maneira, como objectivo principal do projecto a definição e caracterização do fenómeno de «megalitização» da paisagem nesta área do Norte alentejano, pretendendo-se realizar o estudo das necrópoles megalíticas identificadas no contexto micro-regional em que se incluem: a área da Ribeira Grande, desde a zona mesial do seu curso até à confluência com a Ribeira da Seda (área enquadrada pelo concelho de Fronteira, área Noroeste do concelho de Avis, área Sul do concelho de Alter do Chão e área Norte do concelho de Sousel).

Pretende-se, assim:

- 1 – localizar monumentos inventariados ou ainda por inventariar, procedendo à sua geo-referenciação precisa;
- 2 – realizar levantamentos pormenorizados de plantas (ou rectificar plantas já publicadas) e proceder a análises arquitectónicas;

- 3 – realizar o enquadramento paisagístico dos monumentos identificados e estabelecer a sua relação com o meio;
- 4 – identificar e caracterizar os espaços de habitat dos construtores e utilizadores dos monumentos;
- 5 – identificar e caracterizar outros monumentos e sítios crono-culturalmente relacionáveis;
- 6 – delimitar cronometricamente a construção e utilização dos monumentos e dos espaços de habitat a eles relacionados.

Orientado por estas directizes, o estudo pretende esclarecer três pontos fundamentais: definição da relação entre os diversos monumentos, definição da relação dos monumentos com espaços de habitat e definição da relação de monumentos e habitats com o meio físico.

O presente trabalho divide-se, assim, em 11 capítulos-base, organizados de acordo com as directrizes estabelecidas para os objectivos concretos do estudo propriamente dito: a definição das necrópoles megalíticas da área da Ribeira Grande e o seu enquadramento na paisagem.

O primeiro capítulo (Abrindo...) refere-se à óbvia apresentação do estudo desenvolvido, contextualizando-o social e cientificamente. Trata-se do capítulo introdutório, onde se definem o âmbito e objectivos do estudo, apresentando-o.

No capítulo 1, apresenta-se a metodologia utilizada no desenvolver do projecto, explanando os pressupostos teóricos empregues na prospecção da área em estudo, assim como a apresentação dos critérios descritivos utilizados na análise dos monumentos e sítios analisados e respectiva cultura material. Por último, faz-se uma explanação das definições e conceitos epistemológicos utilizados ao longo da sua redacção.

O capítulo 2 aborda toda a actividade científica e não-científica registada na área em estudo, desde inícios do século XX até ao momento presente, passando pelas acções empreendidas por amadores ou simples colectores de antiguidades, enquadrando o presente projecto em trabalhos anteriores.

No capítulo 3, define-se a área de estudo, apresentando as suas características fisionómicas, com a descrição das suas especificidades orográficas, geológicas, hidrográficas, (paleo)vegetais e climáticas, de modo a caracterizar a paisagem em que os monumentos megalíticos analisados se inserem.

O quarto capítulo apresenta os dados materiais recolhidos sobre os monumentos megalíticos da área em estudo, referindo-se especificamente à delimitação das necrópoles megalíticas estudadas, enunciação das características morfológicas específicas dos monumentos, definição de contextos topográficos e geológicos e apresentação do espólio arqueológico recuperado. Apresenta-se somente a informação em bruto e respectivo

tratamento estatístico, relegando-se para outro capítulo a discussão de dados e apresentação de resultados.

O seguinte capítulo (Capítulo 5) apresenta os elementos referentes ao megalitismo não funerário até ao momento identificados na área em estudo, relacionando-os com as necrópoles megalíticas a que estão associados.

No Capítulo 6 são apresentados «outros espaços sagrados» identificados na área em estudo, referindo-se exclusivamente a rochas com «covichas» relacionadas com as necrópoles megalíticas ou os espaços de habitat estudados.

O sétimo capítulo apresenta os dados referentes aos espaços habitacionais dos construtores e utilizadores de monumentos megalíticos na área em estudo. Estes serão abordados de acordo com o fundamento do presente estudo: a sua relação com as necrópoles megalíticas. Obviamente, trata-se de um campo de investigação ainda com possibilidades de ser aprofundado, remetendo-se para outra fase do projecto tal exercício – apresentando-se aqui os dados preliminares até ao momento recolhidos.

O Capítulo 8 apresenta a discussão dos dados recolhidos, definindo a relação dos monumentos megalíticos entre si (organizados em necrópoles mais ou menos extensas ou surgindo isolados na paisagem), delimitando o espaço físico e o espaço cultural em que foram construídos e utilizados – discutindo-se igualmente a sua provável cronologia (de acordo com a cultura material analisada), a sua relação com outras manifestações «sagradas» e a problemática dos espaços de habitat dos seus construtores e utilizadores.

O Capítulo 9 insere o megalitismo da área em estudo no seu contexto regional, enquadrando-o no Neolítico e Calcolítico do Norte alentejano e do Sudoeste peninsular.

O último capítulo (Fechando...) apresenta as conclusões possíveis, fazendo-se a súpula dos dados recolhidos e de todo o conhecimento adquirido a respeito das necrópoles megalíticas da área em estudo – finalizando-se com um resumo em português e inglês do estudo realizado, e a apresentação das referências bibliográficas utilizadas no seu desenvolvimento.

O volume de Anexos é composto por toda a informação gráfica disponível: cartografia geral e específica, desenhos de plantas e materiais arqueológicos, fotografias, gráficos, quadros descritivos e fichas de sítio.

Espera-se, desta maneira, contribuir para um melhor conhecimento das comunidades megalíticas alto-alentejanas dos 4º e 3º milénios a.n.e., colmatando-se um certo vazio de investigação registado na área em estudo – nomeadamente, o curso terminal da Ribeira Grande.

1. METODOLOGIA.

«La réalité historique, parce qu'elle est humaine, est *équivoque* et *inépuisable*. Équivoque, la pluralité des univers spirituels à travers lesquels se déploie l'existence humaine, la diversité des ensembles dans lesquels prennent place les idées et les actes élémentaires. Inépuisables la signification de l'homme pour l'homme, de l'œuvre pour les interprètes, du passé pour les présents successifs.»

Aron, 1948, p. 147.

1.1. Prospecção e registo de monumentos e sítios.

O objectivo primeiro do presente estudo é, precisamente, a definição entre os monumentos megalíticos referenciados e o meio físico em que se incluem, assim como a relação entre os mesmos e os possíveis espaços de habitat dos seus construtores e utilizadores – de modo a clarificar a articulação entre ambos universos, e entre estes e o meio físico. Para tal, foi necessário proceder à localização específica dos monumentos e sítios, em termos de micro-topografia e integração paisagística imediata.

A metodologia de prospecção orientou-se, numa primeira fase e após a definição da área de estudo (cf. Capítulo 3), pela realocização dos monumentos e sítios já referenciados. A partir destes e num segunda fase, as áreas envolventes foram igualmente objecto de prospecção sistemática, com o objectivo de identificar monumentos inéditos componentes da mesma necrópole ou possíveis espaços de habitat a esta relacionados.

Seguiram-se, neste contexto, as metodologias específicas que orientam a prospecção arqueológica sistemática (Cherry, 2005; Bicho, 2006; Renfrew e Bahn, 2008), tendo em conta as estratégias de implantação genérica de monumentos e sítios incluídos no contexto cronológico do presente projecto (cf. Calado, 2001).

A situação geográfica dos monumentos e sítios registados foi referenciada com coordenadas UTM (*datum* Europeu 1950) e geográficas (*datum* WGS84), com recurso a GPS Garmin *eTrex Legend*, com uma margem de erro de 4 a 6 metros. Os monumentos e sítios não localizados/destruídos foram geograficamente referenciados pela posição relativa apresentada na bibliografia referente ou pelas coordenadas patentes na base de dados *Endovélico* do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR, IP). Foram posteriormente localizados na Carta Militar de Portugal (escala 1:25000, nas folhas referentes à área do projecto) com recurso à aplicação informática Fugawi 3 (Northport Systems Inc.).

Todos os monumentos localizados foram registados graficamente (plantas) e fotograficamente. Para elementos arquitectónicos actualmente ausentes no conjunto do monumento, as plantas foram colmatadas com os desenhos e descrições apresentados por G.

e V. Leisner (1956; 1959). Para monumentos não localizados/destruídos, foram tomadas em conta na análise as plantas e descrições (morfologia, dimensão, orientação, etc...) apresentadas por G. e V. Leisner (1959).

Foram, assim, referenciadas as seguintes categorias de monumentos e sítios:

- 1 – Anta/sepultura megalítica;
- 2 – Menir/estela-menir;
- 3 – Habitat;
- 4 – Rocha com «cavinhas»;
- 5 – Achado isolado.

Não foram cartografadas, na última categoria, as referências a achados isolados de percutores, dado a clara indefinição cronológica que estes elementos apresentam, inerente à ausência de contexto, tendo-se apenas referenciado neste trabalho os achados isolados de cerâmicas pré-históricas ou elementos claramente atribuíveis a uma idade neo-calcolítica.

1.2. Morfologia descritiva dos monumentos megalíticos.

A análise e registo arquitectónico dos monumentos megalíticos estudados teve em consideração, na elaboração da respectiva ficha descritiva, os seguintes critérios descritivos:

- 1 – tipologia arquitectónica genérica do monumento;
- 2 – dimensão da Câmara;
- 3 – dimensão do Corredor;
- 4 – orientação do Corredor;
- 5 – número de esteios componentes da Câmara;
- 6 – número de esteios componentes do Corredor;
- 7 – morfologia da Câmara;
- 8 – morfologia do Corredor;
- 9 – presença ou ausência de laje de fecho em cutelo;
- 10 – presença ou ausência de Chapéu;
- 11 – presença ou ausência de tampas de Corredor;
- 12 – estado de conservação da mamoa e seu diâmetro;
- 13 – suporte e contexto geológico;
- 14 – implantação topográfica.

Em relação às características arquitectónicas genéricas dos monumentos, foram compreendidos os seguintes tipos genéricos:

- 1 – Antas de Câmara e Corredor diferenciado;
- 2 – Antas de Câmara e Corredor indiferenciado (de planta «piriforme»);
- 3 – Antas de Corredor descentrado em relação ao eixo da Câmara (de planta «em 9»);
- 4 – Monumentos fechados (sem Corredor);
- 5 – Monumentos «proto-megalíticos».

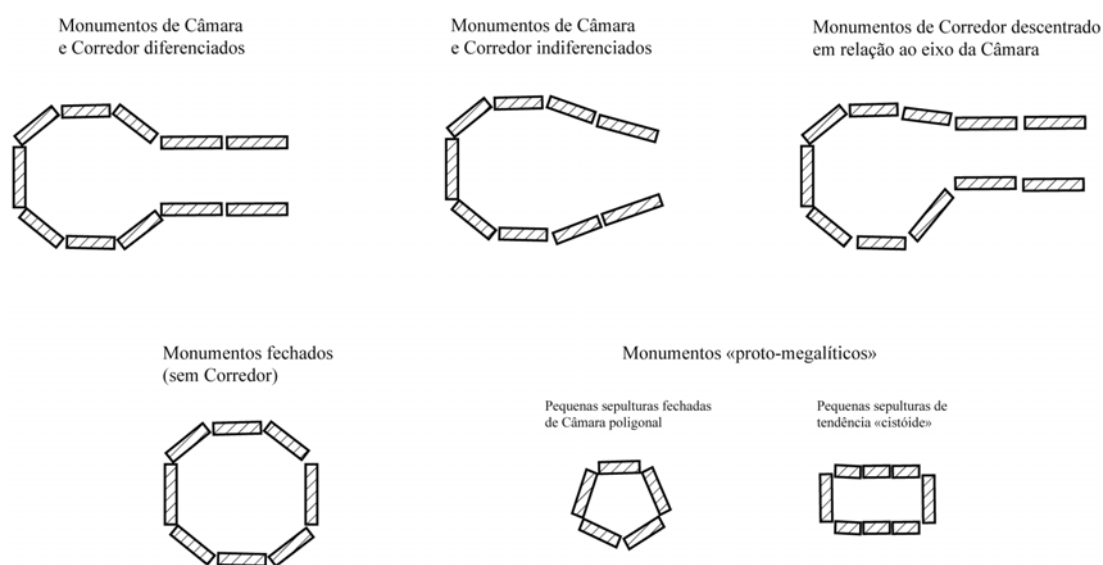


Figura 1: Tipologia arquitectónica genérica dos monumentos registados na área em estudo.

Os ortóstatos da Câmara foram referenciados como ECm (Esteio de Câmara), sendo numerados a partir da entrada no sentido dos ponteiros do relógio. Os ortóstatos do Corredor foram referenciados como ECr (Esteio de Corredor), recebendo ainda a sub-designação E (Esquerdo, correspondente ao lado Norte) ou D (Direito, correspondente ao lado Sul) consoante a sua posição, sendo numerados a partir da Câmara.

A morfologia da Câmara foi definida de acordo com os seguintes critérios (expressos em Gonçalves e Sousa, 2003, p. 209):

- 1 – rectangular longitudinal;
- 2 – rectangular transversal;
- 3 – subcircular;
- 4 – elipsoidal;
- 5 – poligonal.

Quanto às dimensões do monumento, foram registados o diâmetro da Câmara (privilegiando-se o diâmetro longitudinal) e o comprimento do Corredor (incluindo espaço de átrio, quando presente). A dimensão da Câmara foi estabelecida em quatro categorias, de acordo com a média entre o diâmetro transversal e o diâmetro longitudinal:

- 1 – pequena: diâmetro médio inferior a 2 m;
- 2 – média: diâmetro médio entre 2 m e 3 m;
- 3 – grande: diâmetro médio entre 3 m e 4 m;
- 4 – muito grande: diâmetro médio superior a 4 m.

Para a definição dimensional do Corredor, foram usados os critérios apresentados por V. S. Gonçalves (1989, p. 43), e descritos da seguinte forma:

- 1 – curto: comprimento inferior ao diâmetro longitudinal da Câmara;
- 2 – médio: comp. sensivelmente idêntico ao diâmetro longitudinal da Câmara;
- 3 – longo: comp. superior ao diâmetro longitudinal da Câmara e até ao dobro deste;
- 4 – muito longo: comp. superior ao dobro do diâmetro longitudinal da Câmara.

A morfologia do Corredor foi definida em dois tipos-base (segundo Gonçalves e Sousa, 2003, p. 213):

- 1 – paralelo;
- 2 – afuselado.

A Orientação do Corredor foi medida em graus, tendo como referência o eixo do Corredor em toda a sua extensão.

Quando o Chapéu se encontrava presente, foi medido o seu comprimento/diâmetro. As tampas do Corredor foram referenciadas seguindo a designação TCr (Tampa de Corredor) e numeração (contada a partir da Câmara).

A mamoa, quando conservada, foi medida de acordo com o seu diâmetro preservado (raio definido a partir do centro da Câmara).

1.3. Cultura material: categorias e critérios descritivos.

Dado que a escassez e as lacunas contextuais do espólio recolhido nos monumentos e sítios da área da Ribeira Grande (a grande maioria referente a contextos de recolha de superfície) inviabiliza qualquer análise estatística, os vestígios materiais das comunidades

megalíticas da área em estudo não serão objecto de descrições rigorosas e tratamento exaustivo (apresentando-se no Anexo 6 as tabelas descritivas dos mesmos). Noutro sentido, e tendo em conta o âmbito específico deste trabalho, o espólio arqueológico recolhido em espaços de habitat será apenas tido em consideração para a definição crono-cultural dos mesmos, não sendo objecto de um estudo pormenorizado – o que, todavia, o seu número reduzido não permitiria.

Assim, foram tidos em consideração as seguintes tipologias para a análise do espólio proveniente de monumentos megalíticos da área da Ribeira Grande:

- 1 – recipientes cerâmicos;
- 2 – artefactos de pedra polida;
- 3 – artefactos de pedra lascada;
- 4 – placas de xisto gravadas;
- 5 – artefactos de adorno pessoal;
- 6 – outros artefactos e objectos;
- 7 – espólio osteológico.

Para a análise do espólio arqueológico proveniente dos espaços de habitat da área em estudo, foram tidas em conta as seguintes categorias:

- 1 – recipientes cerâmicos;
- 2 – artefactos de pedra polida;
- 3 – artefactos de pedra lascada;
- 4 – artefactos de pedra afeiçãoada;
- 5 – pesos de tear;
- 6 – outros artefactos e objectos.

Para a análise de recipientes cerâmicos, artefactos de pedra polida e artefactos de pedra lascada (tendo em conta as suas características gerais) foram tidos em consideração os critérios descritivos utilizados por V. S. Gonçalves (1982; 1989a), J. Soares e C. Tavares da Silva (1975) e J. J. Eiroa e colaboradores (1999), simplificados e adaptados à realidade observada na área em estudo (cf. Anexo 6).

Para a descrição das placas de xisto gravadas, recorreu-se aos critérios descritivos utilizados actualmente no âmbito do projecto «PLACA NOSTRA» (e expressos, por exemplo, em Gonçalves, 2004).

1.4. Definições e conceitos: enunciação da terminologia aplicada.

Com a determinação das directrizes do presente estudo e o conhecimento empírico adquirido com o desenvolvimento do mesmo, foram tidos em consideração as seguintes categorias de monumentos: monumentos componentes de necrópoles megalíticas, «monumentos-satélite» de necrópoles megalíticas e monumentos isolados. Neste sentido, revelou-se necessário, *a priori*, definir os pressupostos teóricos da terminologia utilizada.

A definição das necrópoles megalíticas da área da Ribeira Grande revelou-se uma tarefa relativamente delicada, principalmente quando não se contam com elementos de datação segura. Com efeito, a aplicação de modelos teóricos a casos práticos é sempre complexa, dependente de factores de ordem vária que condicionam as próprias considerações subsequentes. Trata-se, com efeito, de uma solução que deve ser empreendida criticamente, com a consciência da sua falibilidade. Assim, uma abordagem linear e simplicista deve ser cautelosa, tendo sempre em conta as diversas circunstâncias que a regulam.

Em primeiro lugar, o conceito de comunidade megalítica define-se como o conjunto de um grupo local, enquadrado crono-culturalmente no contexto das antigas comunidades camponesas, integrado por indivíduos compartilhando um território bem definido, os quais estão ligados por laços de intimidade e convivência pessoal, participando numa herança cultural comum – neste caso, a construção e utilização de monumentos megalíticos.

Neste sentido, a definição de uma necrópole megalítica, ou dos elementos que compõem uma necrópole megalítica, poderá apresentar-se como uma tarefa relativamente complicada quando dispomos apenas de dados superficiais e da suposição de que um conjunto de monumentos mantém entre si algo mais do que uma mera relação espacial. Seria talvez preferível, neste sentido, utilizar a expressão *núcleo megalítico* em detrimento de *necrópole megalítica*, já que aquele se refere ao conjunto de um modo geral e este já pressupõe uma qualquer definição de ordem cronológica ou cultural e uma qualquer relação mais do que meramente espacial entre os monumentos.

No entanto, sendo aqui o conceito é usado no sentido genérico do termo, a designação *necrópole megalítica* é encarada como simples meio de definição de um conjunto de monumentos partilhando um espaço determinado – tendo consciência de que, como referem F. Criado Boado e J. Vaquero Lastres (1993, p. 246-237), «sin duda son muchos los problemas que encierra esse término y por ello, en aras de rigurosidad, se ha preferido a veces dejarlo de lado y no utilizarlo. En un sentido estricto hablar de “necrópolis” implica reconocer una entidad de utilización y planteamiento que subyacería a todos los monumentos que configuran la “necrópolis”, lo que conduce a suponer que todos ellos reunidos formaron un conjunto uniforme, creado por la misma práctica social y, incluso, por la misma comunidad» (Criado Boado e Vaquero Lastres, 1993, p. 236-237).

Como ponto de partida, poderíamos definir o conceito de necrópole megalítica em quatro pontos básicos:

- 1 – grupo de monumentos megalíticos concentrados num espaço geograficamente bem definido, tendo em conta fronteiras naturais como o relevo e/ou cursos de água, ou implantados em locais específicos da paisagem;
- 2 – grupo de monumentos megalíticos com proximidade relativa, existindo um alto coeficiente de visibilidade entre os monumentos;
- 3 – grupo de monumentos megalíticos sincronicamente construídos e utilizados, resultando a homogeneidade do mobiliário votivo e contemporaneidade das manifestações rituais como factor de atribuição cronológica síncrona;
- 4 – grupo de monumentos megalíticos construídos e utilizados por uma mesma comunidade ou por comunidades congénitas, definindo-se relações povoado/necrópole ou sincronia entre espaço dos mortos e espaço dos vivos, independentemente dos parâmetros cronológicos para a utilização de ambos contextos.

De outro ponto de vista, F. Criado Boado, R. Fábregas Valcarce e X. Vaquero Lastres (1990-91, p. 21, nota 1) distinguem o conceito de necrópole megalítica do de «concentração de monumentos megalíticos». O primeiro define um grupo de vários monumentos que apresentam entre si uma relação visual ou de outro qualquer género, o que faz deles um mesmo conjunto; o segundo pode definir um conjunto formado por várias necrópoles, referindo-se a uma zona bem definida onde se regista uma grande densidade de monumentos. F. Criado Boado e J. Vaquero Lastres reconhecem mais tarde que uma mesma necrópole pode ser compostas por monumentos de diversas cronologias – e, neste sentido, não seria incorrecto denominar esse conjunto de «necrópole», entendendo o conceito como a vinculação de um monumento a monumentos anteriores, reconhecendo-se uma espécie de continuidade (ou mesmo tradição) de práticas funerárias semelhantes num mesmo espaço (Criado Boado e Vaquero Lastres, 1993, p. 241).

Define-se aqui, igualmente, o conceito de «monumentos-satélite» de necrópoles megalíticas, referindo-se a monumentos que mantêm pelo menos uma relação visual com alguma necrópole megalítica – já que, com os dados actualmente disponíveis, outro tipo de relações são impossíveis de estabelecer. Tem, pois, um sentido diverso daquele usado por V. S. Gonçalves (1992; 1999), a respeito dos *tholoi* anexos a antas de Reguengos de Monsaraz. Obviamente que, no sentido estrito do conceito, a designação de «monumento-satélite» implicaria uma posterioridade cronológica deste em relação ao núcleo central da necrópole – o que não se pode, de todo e no estado actual dos conhecimentos, comprovar.

Um facto convém, porém, ressaltar: a falibilidade de modelos teóricos quando aplicados a casos práticos. Devemos abstermo-nos, pois, de retirar conclusões precipitadas. Com efeito, e ao contrário do que muito boa gente pensa (ou que lhe é conveniente pensar, por meras facilidades de abordagem ou pela sua própria improficiência), o Tempo existe, mesmo para alguém que o conta de 500 em 500 anos...

Assim, o modelo teórico de necrópole megalítica e a própria ideia de «megalitização» da paisagem há-de ser usado com prudência, para que não se caia no tentador equívoco da generalização arbitrária – sem, no entanto, condicionar ou limitar o valor do conhecimento ao campo da investigação experimental ou ao resultado da acção nele estruturada. Assim, não nos podemos deixar levar por um relativismo excessivo ou, na pior das hipóteses, por um relativismo positivista!...

Noutro sentido, a distinção entre monumentos megalíticos e monumentos «proto-megalíticos» conduziu à definição da terminologia caracterizante dos últimos. Tratam-se, genericamente, de monumentos de pequena dimensão, destinados possivelmente a um único enterramento – apresentando, assim, um carácter diverso dos monumentos megalíticos «típicos» (cf. Soares e Silva, 2002). Na área em estudo, atribui-se a designação de monumento «proto-megalítico» às pequenas sepulturas de tendência «cistóide» (de planta quadrangular ou rectangular) e aos pequenos monumentos de Câmara poligonal aparentemente fechados.

2. HISTORIOGRAFIA DA INVESTIGAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA NA ÁREA DA RIBEIRA GRANDE.

«Quem vem depois, que feche a porta.»

Conhecido adágio popular, empregue com toda a legitimidade no presente contexto.

2.1. António Paes nas antas da Lameira, Passarinhos e Penedo da Moura; José Leite de Vasconcellos e Manuel Heleno nas antas da Herdade Grande.

O primeiro reconhecimento «científico» dos monumentos megalíticos da área da Ribeira Grande foi efectuado por António Paes, tio do conhecido Mário Saa d'As *Grandes Vias da Lusitânia* – tendo efectuado escavações nas antas das herdades da Lameira, Passarinhos e Penedo da Moura (Figueira e Barros e Ervedal). Contudo, foi escasso o espólio recolhido, sendo referida apenas a recolha de uma placa de xisto oblonga com duas perfurações em cada extremidade (que G. e V. Leisner referem tratar-se de um «braçal de arqueiro») em Lameira 1, um pequeno machado e um fragmento de lâmina em Penedo da Moura 2 e vestígios osteológicos e um pendente sem perfuração em Passarinhos 1.

Em visita a esta área do concelho de Avis, por convite do próprio Álvaro Paes, José Leite de Vasconcellos conduziu, em 1912, novas escavações na anta 1 do Penedo da Moura, referindo apenas a recolha de «um machado de pedra polida e uma mó» (Vasconcellos, 1912, p. 286). Realizou, pela mesma altura, escavações no sítio da Ladeira, evidenciando apenas vestígios da sua ocupação romana. Recebeu, ainda, várias doações de artefactos de pedra polida provenientes da área do Ervedal.

Anos mais tarde (1923), José Leite de Vasconcellos centra as suas atenções na necrópole megalítica da Herdade Grande, impulsionado possivelmente pelo agrupamento de tantos monumentos em tão curto espaço (à altura, foram referenciadas sete antas na Herdade Grande, numa área de cerca de 1 km²). Afastado devido a um pequeno acidente, as escavações foram dirigidas pelo então seu assistente, Manuel Heleno. Contudo, escassos foram os dados obtidos com estas intervenções. Regista-se somente a recolha de um fragmento de lâmina de sílex em Herdade Grande 1 e fragmentos incaracterísticos de recipientes cerâmicos em Herdade Grande 1 e Herdade Grande 7 (Vasconcellos, 1927-29).

São referidas, igualmente por estas datas, as «escavações» de um certo Dr. Estrela, residente em Cabeço de Vide, na anta da Coutada – referindo-se apenas a recolha, entre outras coisas, de placas de xisto gravadas, desconhecendo-se o paradeiro actual deste espólio (Leisner e Leisner, 1959). Conta-se também que um tal Artur Matias, Major do Quartel de

Évora, terá efectuado escavações em monumentos fronteirenses, tendo também o espólio um destino sombrio (Leisner e Leisner, 1959).

Posteriormente, à altura dos seus trabalhos em Torre de Palma, Manuel Heleno conduz escavações na área em estudo, na necrópole romana de Pessilgais (cf. Carneiro, 2005b) e no povoado de Cabeça de Vaimonte (cf. Fabião, 1996; Boaventura, 2002). Terá recolhido por esta altura, na área do concelho de Fronteira, um grande pendente de fibrolite (apresentado em Ferreira, 1970), sendo contudo desconhecido o contexto de recolha. Faz ainda o registo de algumas antas na área do concelho de Fronteira – como Arneiros 1 e 2 (Manuel Heleno, cit. em Boaventura, 2002)

Alguns materiais provenientes de uma anta em Alter do Chão, pertencentes ao acervo do Museu Nacional de Arqueologia, terão sido igualmente recolhidos por esta altura por Manuel Heleno (listagem sumária do espólio recolhido apresentada em Ferreira, 1970 e estudado em Andrade, no prelo). No entanto, é desconhecida a localização exacta desta anta – não sendo possível afirmar se corresponde a algum dos monumentos da área em estudo. Possivelmente, serão provenientes de um dos monumentos das envolvências da *villa* romana de Granja, onde são conhecidos trabalhos de Manuel Heleno datados de 1936 – na publicação referente (Heleno, 1953), este investigador refere algumas antas nas envolvências do sítio romano, nomeadamente Porto dos Carros (Couto de Andreiros 1), Courela da Anta (Couto de Andreiros 2), Tapada de Canchos, Coutada de Barros (São Lourenço 1) e Herdade da Costa (Decosta), mencionando apenas que obteve informação sobre a sua existência. Contudo, nenhum se localiza actualmente no espaço do concelho de Alter do Chão – sendo relativa a proximidade de São Lourenço 1 (próximo à extrema com o concelho do Crato, estando já os monumentos de São Lourenço 2 e 3 implantados em área administrativa de Alter do Chão).

2.2. Os inventários de Georg e Vera Leisner e Agostinho Isidoro; a colecção Canejo Coutel e as «escavações» do Grupo de Trabalho e Acção Cultural Ervedalense e de Olivério Rosa.

Em meados da década de 40 do século passado, no âmbito do seu inventário dos monumentos megalíticos da Península Ibérica, G. e V. Leisner referenciam alguns dos monumentos da área de estudo. No que diz directamente respeito a esta, são inventariados 25 monumentos em Fronteira, 47 monumentos na área do concelho de Avis, 21 monumentos na área de Alter do Chão e um monumento em Sousel (Leisner e Leisner, 1959).

Procedem às suas descrições pormenorizadas (quando possível), registo de localização e referências a trabalhos anteriores. Efectuam igualmente o levantamento de plantas e alçados dos monumentos arquitectonicamente mais significativos – revelando-se de extrema utilidade para este trabalho, permitindo a recuperação de dados no caso de monumentos não

localizados/destruídos. Referem ainda escavações antigas, com a descrição possível do espólio recolhido.

No entanto, notam-se algumas indefinições – particularmente a respeito da localização administrativa dos monumentos. Por exemplo, a não localizada anta de São Pedro, pela imprecisão da sua localização, é atribuída tanto ao concelho de Alter do Chão como de Fronteira. A anta de Vale de Maceiras 2, atribuída a Fronteira, localiza-se no concelho de Sousel – assim como a anta do Medronhal, atribuída a Avis. A anta referida como Arneirinhos 1 trata-se, pela descrição e planta apresentadas, da anta do Caldeira, localizada no concelho de Fronteira mas posicionada graficamente por G. e V. Leisner no concelho de Alter do Chão. A não localizada anta do Canejo é referenciada como pertencente a Avis, embora a localização aproximada a posicione no concelho de Fronteira (onde se localiza, com efeito, a herdade do Canejo). Regista-se ainda a confusão na designação das antas de São Martinho, em que a descrição dos monumentos não coincide com a sua localização específica...

Posteriormente aos trabalhos de G. e V. Leisner, Agostinho Isidoro procedeu ao levantamento dos monumentos megalíticos do concelho de Alter do Chão – tendo identificado monumentos não referenciados pelos investigadores alemães – principalmente no área Oeste deste concelho, onde identificou oito monumentos para além daqueles referenciados por G. e V. Leisner na área do presente trabalho (Isidoro, 1966). Não refere, contudo, alguns dos monumentos inventariados pelo casal alemão (como as antas do Couto da Madalena, Tapada da Velosa e Courela da Fonte, tendo apenas inventariado dois dos seis monumentos da Quinta do Pião). Não há notícia de ter procedido a escavações nos monumentos identificados, como fez com os monumentos inventariados por si no Crato.

A Colecção de Francisco Canejo Coutel (antigo funcionário da Câmara Municipal de Fronteira), actualmente depositada no Museu Regional de Beja (apenas uma pequena porção doada por Francisco Nunes Ribeiro, desconhecendo-se o paradeiro do restante espólio, sumariamente descrito na relação de peças do antigo Museu de Fronteira, apresentada em Carneiro, 2004, p. 29-30), conta com certos artefactos passíveis de terem sido recolhidos em monumentos megalíticos, desconhecendo-se a sua proveniência exacta. É conhecida, contudo, a proveniência de uma enxó de anfíbolito, pertencente a esta colecção, sendo atribuída por G. e V. Leisner à anta de Vale de Maceiras 1, tendo o casal alemão recolhido, aquando do levantamento da mesma anta, um grande fragmento de taça de fundo plano (Leisner e Leisner, 1959, Taf. 7). Uma placa de xisto gravada, com figuração oculada, recolhida por trabalhadoras agrícolas à superfície da Câmara de Pessilgais 2, pertencia igualmente a esta colecção (Leisner e Leisner, 1959).

Com a formação do Grupo de Trabalho e Acção Cultural Ervedalense (GTACE) na década de 70 do século passado, vários monumentos e sítios da área do Ervedal foram objecto de «escavação» – como as antas da Torre do Ervedal 1 e 3. Foram também identificados alguns

sítios de habitat nas envolvências do Ervedal, como Provença 1, Areias 1 e Tapada. Existem, ainda, no acervo museológico da Fundação Paes Teles, abundantes artefactos de pedra polida recolhidos por este grupo – apresentando-se, contudo, como de «proveniência desconhecida».

Nos anos 80 do século passado, Olivério Rosa, célebre coveiro de Cabeço de Vide, terá realizado «escavações» em monumentos e sítios do concelho de Fronteira (como a anta do Caldeira, que apresenta uma séria depressão na área da Câmara), nada se sabendo a respeito do espólio recolhido – ao que se conta, o espólio resultante destas «intervensões» seria vendido nas Termas da Sulfúrea, em troca de 500\$00 (ou um copo de vinho, dependentemente da hora do dia)... Um curioso conjunto de artefactos, adquirido por António Carvalho a Olivério Rosa e doado ao Município de Fronteira, terá provido possivelmente (segundo consta) dos monumentos da Serra das Penas, não se sabendo em concreto qual (ou quais).

2.3. O projecto MEGAFRONT e as Cartas Arqueológicas do Concelho de Fronteira e do Concelho de Avis.

O projecto MEGAFRONT (Megalitismo e comunidades megalíticas no concelho de Fronteira e na área da Ribeira Grande) desenvolveu-se na fase terminal do projecto *Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*, da responsabilidade de André Carneiro. A colaboração com aquele investigador na recolha de dados para a elaboração do projecto que dirigia culminou na apresentação de uma comunicação às *III Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano*, realizadas em 2005, intitulada «Fronteira megalítica: algumas considerações gerais (enquanto as particulares não são possíveis) a respeito das «necrópoles» megalíticas do Concelho de Fronteira», que se propunha a fazer a súpula do conhecimento científico disponível à altura no espaço daquele município no contexto das comunidades construtoras e utilizadoras dos monumentos megalíticos referenciados.

Apesar da análise parcelar dos dados (restringidos a uma divisão administrativa e não regional), foi possível inferir no espaço de estudo o agrupamento de monumentos megalíticos a par da ocorrência de monumentos que surgiam aparentemente isolados na paisagem. Neste sentido, a óbvia tendência científica do trabalho que se apresentava obrigou ao alargamento do espectro de análise, incluindo o megalitismo do concelho de Fronteira no seu contexto micro-regional – nomeadamente, no espaço da bacia hidrográfica da Ribeira Grande.

No entanto, e como será referido (ver Capítulo 3), o presente estudo confrontava-se com os projectos COMONPH e MODELVAS – com os mesmos objectivos e com áreas igualmente incluídas na bacia hidrográfica da Ribeira Grande – tendo mesmo o projecto COMONPH abordado alguns monumentos e sítios incluídos no presente estudo (cf. Boaventura, 2001). Assim, o projecto MEGAFRONT centrou-se na área terminal da Ribeira Grande, desde a área

mesial do seu curso até à sua confluência com a Ribeira da Seda – analisando-se igualmente, à guisa de enquadramento geográfico, o espaço da bacia hidrográfica da Ribeira de Sarrazola.

Paralelamente a este projecto, outros se desenvolveram – contudo com objectivos claramente diferenciáveis. O já referido projecto *Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*, dirigido por André Carneiro, acompanhou (já na sua fase terminal) o arranque do projecto MEGAFRONT. Com os trabalhos daquele investigador, foram vários os monumentos e sítios inventariados que se incluíam no âmbito deste estudo. Dos 222 sítios arqueológicos referenciados no espaço do concelho, 65 correspondem a monumentos e sítios atribuíveis ao Neolítico e Calcolítico (permitindo confirmar os dados do inventários de G. e V. Leisner, assim como identificar e recolher dados inéditos – nomeadamente a nível dos espaços de habitat, tendo-se identificado ainda alguns monumentos inéditos).

O projecto *Carta Arqueológica do Concelho de Avis*, dirigido por Ana Cristina Ribeiro, desenvolveu-se a par com o projecto MEGAFRONT. No entanto, é maior a desordem que provoca do que as facilidades que promove... Se o projecto *Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira* prima pelo rigor científico que apresenta (cf. Carneiro, 2005a), o projecto *Carta Arqueológica do Concelho de Avis* caracteriza-se pelo caos metodológico que lhe é inerente. Com efeito, a signatária do projecto, em detrimento de referenciar os monumentos e sítios pela designação pela qual já estão referenciados, referencia-os pela ordem por que os identifica – o que origina um óbvio caos na base de dados de sítios arqueológicos, havendo várias entradas para o mesmo monumento ou sítio.

Bons exemplos dessa estranha rotina são os monumentos da necrópole da Torre do Ervedal (em que Torre do Ervedal 7, uma anta referenciada em 1959 por G. e V. Leisner, corresponde actualmente a um afloramento com «cavinhas»; e Torre do Ervedal 3, que é referenciada com a localização de Torre do Ervedal 4 e com a descrição de Torre do Ervedal 2), da necrópole da Lameira (em que a anta 4 de G. e V. Leisner corresponde a Lameira 5 – sendo assim um monumento inédito! – tratando-se a agora referenciada como anta 4 não mais do que um conjunto de blocos graníticos), da necrópole da Cumiada (em que a Anta 1 corresponde à anta 2 e a anta 2 corresponde à anta 6 de G. e V. Leisner) ou da necrópole de Monte das Freiras (em que a anta 1 corresponde à anta 2 e a anta 2 corresponde à anta 1 de G. e V. Leisner). Definitivamente, as aulas de Métodos e Técnicas em Arqueologia, administrada a *todos* os alunos do curso de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, são um bem indispensável para a futura prática arqueológica dos nossos neófitos e que merecem toda a atenção para o seu desenvolvimento da almejada carreira científica...

3. O MEIO FÍSICO.

«Este é o chão mais puro e verdadeiro.»

Manuel Alegre, *Alentejo e Ninguém*.

3.1. Localização geográfica e definição da área de estudo.

A área da Ribeira Grande, objecto deste estudo, localiza-se administrativamente no Distrito de Portalegre, mais precisamente na sua área austral, englobando os concelhos de Avis (área Nordeste), Fronteira, Alter do Chão (área Sul) e Sousel (área Norte). Pertence ainda à bacia hidrográfica do Tejo, encontrando-se já numa área de contacto (e precisamente pela bacia hidrográfica da Ribeira Grande) com a bacia hidrográfica do Guadiana – numa área que, em termos gerais e macro-regionais, está cingida pelo Rio Caia e Ribeira da Seda (a Este e Oeste, respectivamente) e pelas Serras de São Mamede e Ossa (a Norte e Sul, respectivamente), referindo-se a uma área de cerca de 1100 km².

A bacia hidrográfica da Ribeira Grande (afluente da Ribeira da Seda) inclui ainda a área do concelho de Monforte, área Norte dos concelhos de Estremoz e Borba e a área Noroeste do concelho de Elvas. Contudo, não se aborda aqui toda esta área, dado que a área de Monforte e Noroeste de Elvas se encontram incluídas em projectos de investigação com os mesmos objectivos que o presente, nomeadamente os projectos COMONPH (As Comunidades Pré-Históricas dos 4º e 3º milénios na Região de Monforte, da responsabilidade de Rui Boaventura) e MODOELVAS (Monumentalização e Domesticação da Paisagem na Região de Elvas entre o 3º e o 5º milénio A.C.: entre o Caia e o Guadiana, da responsabilidade de João Albergaria) – remetendo-se para os legítimos directores de projecto a oportuna divulgação dos dados recolhidos.

Da mesma maneira, a inclusão dos monumentos referenciados nas áreas acima mencionadas – analisando, assim, o fenómeno megalítico na bacia hidrográfica da Ribeira Grande em toda a sua extensão – tornaria o presente trabalho excessivamente longo para o tempo e espaço de que se dispõe. É analisado, por outro lado, o fenómeno de megalitização da paisagem na área da bacia hidrográfica da Ribeira de Sarrazola, igualmente afluente da Ribeira da Seda e que partilha o festo com a Ribeira Grande – estando, obviamente, a esta associada, dado alguns monumentos se encontrarem precisamente sobre a linha de cumeada que separa ambas bacias.

Aborda-se, assim, o fenómeno megalítico a partir do curso mesial da Ribeira Grande até à sua confluência com a Ribeira da Seda – complementando-se com a análise dos monumentos e sítios da área da bacia hidrográfica da Ribeira de Sarrazola. O presente estudo compreende,

assim, uma área que se estende no sentido Norte/Sul desde a povoação de Alter do Chão até à povoação de Sousel e no sentido Este/Oeste desde a extrema dos concelhos de Fronteira e Monforte até à povoação de Avis.

Pretende-se, desta maneira, colmatar um certo «vazio» de investigação no megalitismo alto alentejano, encontrando-se a área de estudo enquadrada pelos trabalhos de Leonor Rocha na área de Mora e área Sul de Avis, de Manuel Calado no sopé Norte da Serra d'Ossa (Estremoz e Borba), de J. Abelfaria na área de Elvas, de R. Boaventura na área de Monforte, de J. Oliveira na área da Coudelaria de Alter do Chão e área da Bacia do Sever, de V. S. Gonçalves e R. Parreira na área do Crato e do Grupo PONTIS na área de Ponte de Sôr – esperando-se contribuir, aliando o presente trabalho aos trabalhos supra-citados, para uma melhor definição e caracterização do megalitismo e das comunidades megalíticas do Alto Alentejo.

3.2. Orografia.

Em relação à geo-morfologia da paisagem, a área em estudo caracteriza-se como um espaço de relativa heterogeneidade orográfica. Morfológicamente, podemos distinguir várias realidades concretas, dependentes, principalmente, do contexto geológico em que se evidenciam. Estas várias unidades geo-morfológicas desenvolvem-se, *grosso modo*, no sentido NW/SE, o mesmo sentido que tomam as importantes cadeias montanhosas de S. Mamede e Ossa. Encontra-se, pois, numa área deprimida entre estas duas serras (com zonas em que a altimetria desce até aos 100 m), com um relevo fortemente moldado pelas acções tectónicas que originaram aqueles dois conjuntos de elevações. Assim, as alterações topográficas registadas na área prendem-se com o próprio ciclo formacional de ambas serras, observável nas dobras do terreno e na disposição geológica da área. Com efeito, geo-morfológicamente, divide-se entre a pene-planície do Alto Alentejo (mal conservada de Cabeço de Vide para Sul, com alguns relevos de dureza) e o enchimento terciário da bacia do Baixo Tejo.

A zona oriental caracteriza-se como uma área de paisagens levemente onduladas, mas onde se encontram elevações imponentes e numerosos relevos residuais. A zona ocidental caracteriza-se por um relevo muito acidentado, com os vales dos principais cursos de água muito escavados e superfícies muito dissecadas, alternando com zonas planálticas que correspondem geologicamente aos depósitos terciários do Tejo (Feio, Martins e Daveau, 2004).

Registam-se, assim e em termos gerais, declives que oscilam maioritariamente entre os 4% e os 8%. O vale da Ribeira Grande, de Fronteira até à confluência com a Ribeira de Seda, regista declives com valores médios entre os 15% e os 25%, registando valores médios entre os 8% e os 15% de Fronteira para Este (valores idênticos registados no curso médio da Ribeira de Sarrazola). A área a Oeste de Sousel, a Sul do vale da Ribeira Grande, regista valores

declivais inferiores a 4% (Atlas do Ambiente, folha I.14: carta de declives, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1987).

Numa escala geral a configuração do terreno não terá sofrido importantes alterações, mantendo as suas características essenciais. No entanto, numa escala mais pormenorizada, a mecanização da agricultura tem vindo a implicar, especialmente no Alentejo, importantes perturbações paisagísticas. A necessidade de superfícies planas e sem «obstáculos» para instalação de pivots de rega ou plantio de vinha reflecte-se em acções de aterro, desaterro ou despedregas (que, por vezes, também incluem monumentos megalíticos, tendo na anta de Vale de Maceiras 2 a sua última vítima!) – o que altera de sobremaneira a paisagem, eliminando referências micro-topográficas, alterando ou anulando cursos água e comprometendo os elementos geológicos.

Na área em estudo, estas acções não têm tido grande relevância (salvo em alguns pontos específicos de grandes explorações agrícolas ou em áreas de plantio de eucaliptal e olival extensivo).

3.3. Geologia.

Nesta área, é possível reconhecer duas grandes unidades geológicas de base, dispostas obliquamente no território (no sentido NW/SE), que compõem o substrato hercínico dominante na região (Gonçalves e Fernandes, 1973). A primeira delas corresponde aos xistos grafitosos e luzentes do Silúrico inferior com intercalações de liditos, quartzitos e calcários cristalinos associados, onde se reconhecem algumas manchas de metavulcanitos, cobertos em certas zonas por manchas de calcários margosos, arenitos e cascalheiras correspondendo a depósitos continentais pertencentes à bacia terciária do Tejo. A segunda corresponde a xistos, quartzitos e grauvaques cloritizados câmbricos, onde se registam manchas de calcários e dolomitos cristalinos e franjas de metavulcanitos, conglomerados interformacionais assumindo genericamente o aspecto de crista rochosa e arcoses de base que se dispõem em bandas sensivelmente paralelas (no sentido NW/SE). Reconhecem-se também algumas franjas intrusivas de ortognaisses graníticos e sieníticos hiperalcalinos e alcalinos afins.

Encontram-se, nestas duas zonas geológicas básicas, filões de quartzos, microgranitos, pórfiros graníticos, microdioritos, microtonalitos, metagabros e metadoleritos.

Reconhecem-se, a par das unidades acima descritas, manchas de rochas intrusivas – registadas principalmente no vale da Ribeira Grande. São, basicamente, manchas de granitos calco-alcalinos, com tendência alcalina, biotíticos, porfiróides e manchas de basitos (gabros, gabros olivínicos, anortosíticos, hipersténicos) com manchas internas de ultrabasitos (piroxenitos, dunitos, peridotitos e serpentinitos). Registam-se, ainda, manchas de granitos calco-alcalinos, com tendência alcalina, biotíticos, não porfiróides associados aos granitos

calco-alcalinos porfiróides, assim como ortognaisses graníticos e sieníticos hiperalcalinos e ortognaisses graníticos biotíticos, derivados de granitos porfiróides.

Em torno a estas manchas de rochas magmáticas, registam-se halos de rochas metamórficas de contacto, nomeadamente corneanas diversas (quártzicas, pelíticas e calco-silicatadas).

Na parte Oeste da área em estudo, correspondente ao vale da Ribeira de Seda, encontram-se, para além dos arenitos feldspáticos, cascalheiras e calcários margosos, manchas de rochas intrusivas como os grano-dioritos e micro-granitos associados, granitos gnáissicos e dioritos gnáissicos – a par de manchas de rochas hercínicas compostas por micaxistos, metavulcanitos ácidos, calcários cristalinos, calcoxistos e anfibolitos associados, assim como micaxistos com intercalações de quartzitos negros e metagrauvaques, anfibolitos e leptinitos associados.

A área de Alter Pedroso caracteriza-se por uma extensa mancha de basitos (gabros, gabros olivínicos, anortosíticos, hipersténicos) com manchas internas de ultrabasitos (piroxenitos, dunitos, peridotitos e serpentinitos), em contacto com ortognaisses graníticos na transição dos xistos câmbricos para os xistos pré-câmbricos.

3.4. Hidrografia.

A área em estudo é cortada transversalmente pelo curso da Ribeira Grande, subsidiária da Ribeira da Seda e que, de certa maneira, estrutura o território e, conseqüentemente, a sua ocupação. Com efeito, grande parte inclui-se na bacia hidrográfica deste importante curso de água. Trata-se, no geral, de uma área bastante bem drenada, principalmente na metade oriental, com abundantes linhas de água, algumas delas de curso sazonal.

Entre os cursos de água mais importantes contam-se, para além da Ribeira Grande e Sarrazola – afluentes directos da Ribeira da Seda, as Ribeiras de Ana Loura, Sousel, Lupe e S. Saturnino a Sul e as Ribeiras de Verdigão, Juncal, Arneiros, Pau, Matança, Meloeiro, Vide e Chaminé a Norte. A maior parte dos afluentes da margem Sul da Ribeira Grande nascem nas encostas da Serra d'Ossa – registando um maior caudal.

Registe-se igualmente o maior caudal actual da Ribeira Grande, e conseqüentemente dos seus afluentes, originado pela albufeira da barragem do Maranhão (Ribeira da Seda).

O índice de escoamento hidrográfico (quantidade de água presente na rede hidrográfica) regista valores, para uma faixa que se estende de Alter do Chão até Fronteira, e daqui até Avis (foz da Ribeira Grande), oscilando entre os 100 mm e os 150 mm. De Fronteira até ao sopé da Serra d'Ossa, área de cursos de água com maior caudal, registam-se valores entre os 150 mm e os 200 mm, com uma área específica entre Fronteira e Sousel com valores registados entre os 200 mm e os 300 mm (Atlas do Ambiente, folha I.8: escoamento – quantidade de água na rede hidrográfica, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1975).

Em relação à qualidade química das águas, os valores mais frequentes apontam para 300 a 600 mg/l de resíduos secos (Atlas do Ambiente, folha I.16.1: qualidade química das águas subterrâneas – resíduos secos, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1987). Os valores relativos ao teor de cloretos oscilam entre 39 e os 75 mg/l (Atlas do Ambiente, folha I.16.2: qualidade química das águas subterrâneas – teor de cloretos, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1987). Para o teor de sulfatos, os valores oscilam entre 0 e os 20 mg/l para a área entre Alter do Chão e o vale da Ribeira Grande e entre os 10 e os 30 mg/l para a área entre o vale da Ribeira Grande e Sousel (Atlas do Ambiente, folha I.16.3: qualidade química das águas subterrâneas – teor de sulfatos, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1987).

Os níveis de dureza (presença de calcários) apresentam valores permanentes entre os 150 e os 250 mg/l e valores temporários entre os 100 e os 150 mg/l – perfazendo valores totais de 300 a 400 mg/l (Atlas do Ambiente, folha I.16.4: qualidade química das águas subterrâneas – durezas, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1987).

3.5. Solos.

As classes de solo apresentam igualmente uma grande variabilidade. Maioritariamente os solos são de classe C, pontilhados com pequenas manchas de solos de classe B e D. O vale da Ribeira Grande constitui-se, principalmente na sua área mesial, por solos de classe E, alargando-se nas área graníticas, onde se encontram as maiores concentrações megalíticas, surgindo algumas pequenas ocorrências de solos de classe B, C e D. Os vales dos restantes cursos de água de maior porte são compostos por solos de classe A, cortando manchas de solos de classe C e E.

Na área ocidental, regista-se uma predominância de solos de solos de classe A e B, da Ribeira de Sarrazola para Sul. A Norte deste curso de água, registam-se maioritariamente solos de classe C. A área de Alter do Chão caracteriza-se por uma disposição de manchas de solos de todas as classes, ordenadas em extensões sensivelmente idênticas.

Numa faixa que se estende no sentido Norte/Sul, de Alter do Chão até Sousel, registam-se luvisolos férricos. Nas áreas de Fronteira e Ervedal/Figueira e Barros, correspondendo ao substrato granítico, os sedimentos caracterizam-se por cambiosolos êutricos; na área em torno a Avis, registam-se já cambiosolos crómicos calcários, enquanto que na área a Este de Fronteira até à região de Monforte, registam-se genericamente luvisolos órticos.

Encontram-se solos predominantemente alcalinos (níveis de ph entre os 7,4 e os 8,5) na área imediata de Avis, encontrando-se solos ácidos na faixa entre Alter do Chão e Sousel (ph de 5,6 a 6,5+; 6,6 a 7,3) e na área entre Fronteira e Monforte (ph de 5,6 a 6,5). Os solos

dominantemente neutros registam-se nas margens da Ribeira Grande, com valores de ph entre os 6,6 e os 7,3+ (7,5 a 8,5).

3.6. Coberto vegetal e clima.

A área em estudo caracteriza-se pela típica paisagem alentejana, predominando o montado de sobro (*quercus suber*) e azinho (*quercus rotundifolia*). A par destas espécies arbóreas, mas em menor escala, encontram-se a oliveira (*olea europea sp. europea*) e o zambujeiro (*olea europea sp. sylvestris*). As culturas de sequeiro extensivo registam-se igualmente na área de estudo, predominando contudo as áreas de pasto – maioritariamente compostas por vegetação forrageira mas onde também se encontram campo de restolho de vegetação cerealífera.

A vegetação espontânea inclui os tojos, aroeiras, urzes, estevas, piornos e espinheiros, característico do coberto arbustivo meso-mediterrânico com influências atlânticas. A par destas espécies, registam-se igualmente as azinheiras e zambujeiros de gestação espontânea.

As escavações recentes conduzidas nos monumentos e sítios da área da Coudelaria de Alter do Chão, e o respectivo estudo antracológico, permitiram evidenciar uma série de situações climáticas para o Neolítico e Calcolítico paralelizáveis (dado a extrema proximidade geográfica) para a área em estudo – sendo referido, contudo, que «el número de fragmentos obtenido y analizado por yacimiento es a todas luces insuficiente para poder realizar una estimación cuantitativa sólida de la evolución del paisaje vegetal» (Duque Espino, 2005, p. 26).

No habitat do Reguengo (atribuível ao Neolítico antigo) foram identificados exemplares de *cistus sp.* (esteva), *fraxinus angustifila-excelsior* (freixo), *leguminosae sp.* (piorno, giesta, etc...), *olea europea* (zambujeiro/oliveira), *quercus ilex-coccifera* (azinheira-carrasco) e *quercus sp. t. caducifolio* (azinheira, carvalho). A sistematização destes dados permite inferir a existência de ambientes temperados húmidos nesta região em momentos anteriores ao 3º milénio a.n.e., sendo as espécies de *quercus* os elementos vegetais dominantes – caracterizando um «estrato arbóreo de frondosas caducifolias y perennifolias más propio de una fase atlántica del Holoceno» (Duque Espino, 2005, p. 28).

Os restantes elementos de análise foram recolhidos nas antas da Horta e Soalheira. O primeiro monumento forneceu exemplares de *arbustus unedo* (medronheiro), *cistus sp.* (esteva), *daphne gnidium* (trovisco), *fraxinus angustifila-excelsior* (freixo), *leguminosae sp.* (piorno, giesta, etc...), *olea europea* (zambujeiro/oliveira), *cf. plantago sp.* (tanchagem), *quercus ilex-coccifera* (azinheira-carrasco), *quercus sp. t. caducifolio* (azinheira, carvalho) e *rosaceae sp. t. maloidea* (sorveira, espinheiro). O segundo monumento escavado forneceu exemplares de *leguminosae sp.* (piorno, giesta, etc...), *olea europea* (zambujeiro/oliveira), *quercus ilex-coccifera* (azinheira-carrasco), *quercus sp. t. caducifolio* (azinheira, carvalho) e *rosaceae sp. t. prunoidea* (loureiro-rasteiro).

O registo do aumento de *olea europea* e *quercus ilex-coccifera* permitiu caracterizar a fase de transição Atlântico/Sub-boreal pela presença de bosques esclerófilos-perenifólios na variante termófila, com a ascendência das *leguminosae* e a proliferação e aumento de elementos de mato como estevas, medronheiros, troviscos, rosáceas e restante vegetação ruderal (Duque Espino, 2005, p. 28).

Conclui-se, assim, que o clima da área em estudo entre 7500 BP e 4500 BP se caracterizaria por uma maior humidade ambiental e temperaturas menos elevadas, com a presença de bosques com equilíbrio quantitativos das espécies de *quercus* (Duque Espino, 2005, p. 29). No período relativo a 5000-4500 BP, assiste-se a uma redução da massa arbórea, com a diminuição dos bosques mistos de *quercus* e a extensão dos espaços abertos ou de mato arbustivo. Trata-se, com efeito, de um período de inflexão ambiental que coincide, genericamente, com o processo de consolidação das comunidades camponesas (Duque Espino, 2005, p. 30).

Os dados recolhidos em áreas mais austrais, nomeadamente com a escavação das antas 2 e 3 de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz), permitiram confirmar a realidade acima apresentada. O monumento 2 revelou exemplares de *quercus faginea* (carvalho cerquinho), *calluna vulgaris* (urze roxa) e *erica umbellata* (queiró). Um dos exemplares da última espécie foi sujeito a datação por AMS, tendo fornecido um intervalo de tempo a 2σ de 3340-2900 cal BC (Beta-153911, cf. Gonçalves, 2001, p. 172). A análise antracológica deste conjunto permitiu inferir um contexto climático mais húmido que o actual, referindo-se que «mais uma vez se encontram em pleno Alentejo interior os elementos característicos da floresta marcescente mediterrânea, mais oceânicos, e dos urzais, em contraste com a actual vegetação de carácter termomediterrâneo de tendência mais continental» (Queiroz, 2001, p.189).

Do monumento 3 provieram exemplares de *quercus coccifera* (carrasco), *arbutus unedo* (medronheiro), *erica cf. e. arborea* (urze branca), *erica umbellata* (queiró), *calluna vulgaris* (urze roxa), *daphne* (trovisco), *pistacia lentiscus* (aroeira), *cistus sp.* (esteva) e *leguminosae sp.* (tojo, giestas, piornos) – o que parece confirmar os dados recolhidos nas antas da Coudelaria de Alter do Chão (cronologicamente associáveis), revelando a presença tanto do azinhal de carácter mais continental como do carvalhal cerquinho mais oceânico, a par da presença de formações vegetais mais abertas (Queiroz, 2003, p. 456).

Esta tendência parece igualmente registar-se em regiões mais setentrionais, nomeadamente, na bacia hidrográfica do Rio Sever. Nesta área, os dados antracológicos recolhidos nos monumentos megalíticos escavados até ao momento permitiram evidenciar um certo grau de transformação da paisagem em consonância com a transição do Neolítico para o Calcolítico. É, pois, referido que «las muestras correspondientes a fechaciones más antiguas del Sever correspondientes al VII y VI milenio A.C. muestran un dominio de las quercíneas en el extracto arbóreo correspondiente a distintas formaciones de *Quercus* caducifolios,

alcornocales y encinares cuya evolución desconocemos para el V milenio a.C., contando de nuevo con información para el tránsito de IV al III milenio para el norte de la cuenca del Sever donde el panorama vegetal detectado apunta hacia un paisaje vegetal muy abierto dominado por ericáceas tipo madroños (*Arbustus unedo*) y brezos (*Ericaceae sp.*), cornicabras (*Pistacia terebinthus*), leguminosas (*Leguminosae sp.*) y rosáceas (*rosaceae sp. t. malordea* y *t. prunoidea*) (Duque Espino, 2003, p. 225).

Actualmente, o índice de conforto bioclimático, medido pelos valores médios da entalpia do ar, centra-se entre os 3,2 e os 6,0 Kcal.kg⁻¹ (clima frio) para o mês de Janeiro, entre os 6,0 e os 7,5 Kcal.kg⁻¹ (clima fresco) para o mês de Abril, entre os 12,0 e os 19,0 Kcal.kg⁻¹ (clima muito quente) para o mês de Julho e entre os 8,5 e os 10,0 Kcal.kg⁻¹ (clima confortável) para o mês de Outubro. Para a área imediata do vale da Ribeira da Seda, os valores oscilam entre os 6,0 e os 7,5 Kcal.kg⁻¹ (clima fresco) para o mês de Janeiro, entre os 7,5 e os 8,5 Kcal.kg⁻¹ (clima confortável fresco) para o mês de Abril, entre os 12,0 e os 19,0 Kcal.kg⁻¹ (clima muito quente) para o mês de Julho e entre os 10,0 e os 11,0 Kcal.kg⁻¹ (clima confortável quente) para o mês de Outubro (Atlas do Ambiente, folha IV.9: índice de conforto climático, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1975).

A temperatura diária do ar regista valores médios anuais entre 15° e os 17,5°, decrescendo à medida que se avança para o topo da Serra de S. Mamede, com valores médios anuais entre os 10° e os 12,5° (Atlas do Ambiente, folha I.2: temperatura média diária do ar, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1975).

Os índices de insolação apresentam valores médios anuais entre as 2900 e as 3000 horas, oscilando entre as 2800 e as 2900 horas para a área da Serra d'Ossa e entre as 2600 e as 2700 horas para a Serra de São Mamede (Atlas do Ambiente, folha I.1: insolação, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1975). A radiação solar apresenta uma quantidade total de 150 a 155 Kcal/cm², registando-se nas zonas de São Mamede e Ossa valores que oscilam entre as 155 e as 160 Kcal/cm² (Atlas do Ambiente, folha I.3: radiação solar – quantidade total de radiação global, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1975).

A humidade do ar regista valores médios entre os 65% e os 70% de humidade relativa, contrapondo a valores médios entre os 70% e os 75% para os cumes das serras de S. Mamede e Ossa e área de Alter do Chão (Atlas do Ambiente, folha I.6: humidade relativa do ar, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1975).

Em relação à precipitação, esta regista uma quantidade total média entre os 400 mm e os 500 mm para os vales da Ribeira Grande e Ribeira de Sarrazola, com valores médios anuais entre os 800 mm e os 1000mm para o cume da Serra de Ossa, entre os 700 mm e os 800 mm para o cume da Serra d'Ossa e entre os 500 mm e os 600 mm para os sopés de ambas serras (Atlas do Ambiente, folha I.4.1: precipitação – quantidade total, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1975). Estes valores equivalem, em termos de número de dias ao ano,

a um valor médio entre os 75 e os 100 dias de precipitação, registando-se na área imediata da Ribeira da Seda valores que oscilam entre os 50 e os 75 dias e nas zonas de S. Mamede e Ossa entre os 75 e os 100 dias, com valores entre os 50 e os 75 dias para as encostas setentrionais da última cadeia montanhosa (Atlas do Ambiente, folha I.4.2: precipitação – número de dias no ano, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1975).

Efeitos de geada ocorrem entre 1 a 5 dias ao ano, registando-se nas encostas das serras de S. Mamede e Ossa entre 5 a 10 dias ao ano (Atlas do Ambiente, folha I.5.2: geada – número de dias ao ano, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1975). A duração destes efeitos em ano agrícola (entre Outubro e Setembro), registam-se genericamente entre os 4 e os 5 meses ao ano (Atlas do Ambiente, folha I.5.1: geada – duração da época no ano agrícola, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1975).

Os ventos predominantes sopram de Noroeste, por entre as Serras de São Mamede e Ossa, com velocidades que oscilam entre os 21 e os 51 km/h, com uma frequência relativa de 25% (Atlas do Ambiente, folha I.7: ventos – frequência do rumo e da velocidade, esc. 1: 1000000, Comissão Nacional do Ambiente, 1975).

A área em estudo encontra-se, assim e actualmente, inserida na zona climática submediterrânea-iberomediterrânea, no patamar climático de base do extremo Ocidente peninsular, com características climáticas mediterrânicas aliadas a uma acentuada continentalidade. O clima é caracterizado por Primaveras e Verões excessivamente quentes e secos – sendo os Invernos suavizados.

4. MEGALITISMO FUNERÁRIO: A AMOSTRA DISPONÍVEL.

«Enterra os teus mortos e a terra será fértil com novas flores.»

Vergílio Ferreira, *Alegria breve*.

4.1. O universo de análise.

As ocorrências de megalitismo funerário na área em estudo encontram-se registadas em cerca de 128 casos referenciados, entre monumentos localizados (87), monumentos inéditos (5), monumentos referidos como já destruídos na bibliografia (14), monumentos não localizados/destruídos (14) e monumentos para os quais apenas se dispõe informação oral (8). Nestes últimos casos, a sua não localização no terreno dever-se-á provavelmente a destruições, embora, em alguns casos, a existência de blocos com aparência de esteios no local onde possivelmente se localizariam os monumentos permita supor que se trata do resultado da desestruturação dos mesmos (como no caso da anta de São Saturnino, Fronteira). Daqueles que não foi possível identificar, destaque-se o caso de Burráz (Fronteira) onde, segundo informação oral, foi referida a existência de cinco monumentos megalíticos (Carneiro, 2005a, p. 57).

Na área incluída no concelho de Alter do Chão, encontram-se 30 monumentos referenciados. Para o concelho de Fronteira, os registos contabilizam 40 monumentos. A área referente ao concelho de Avis apresenta 53 monumentos. O concelho de Sousel conta com 3 monumentos. O concelho de Monforte apresenta, para a área em estudo, um único monumento. Conta-se ainda com o caso de um monumento (São Pedro), que pela imprecisão da sua localização é atribuído tanto ao concelho de Alter do Chão como de Fronteira.

Desde logo se salienta o reconhecimento de núcleos megalíticos, a par da ocorrência de alguns monumentos isolados que, pela sua específica localização, permitem algumas observações pertinentes para a definição do fenómeno de «megalitização» da paisagem na área de estudo. Foi possível definir, seguindo uma base metodológica puramente teórica (cf. Capítulo 1), a existência de 16 necrópoles megalíticas e respectivos «monumentos-satélite». Foram assim definidas, conforme referido no Capítulo 1, tendo em conta a relação espaço-visual que os monumentos mantêm entre si – não se defendendo a sua sincronia cronológica, impossível de delimitar no estado actual dos conhecimentos. Assim, os pressupostos metodológicos que orientaram esta caracterização suportam-se unicamente em bases teóricas especificadas em conceitos generalistas – tendo sempre consciência do carácter holístico que caracteriza tal definição.

Quadro 1

Monumentos megalíticos referenciados na área em estudo

Monumentos localizados	Comenda; Pedro Tourez 1; Pedro Tourez 2; Cumiada 2; Cumiada 4; Cumiada 6; Benavila; Passarinhos 1; Monte Barão; São Domingos 1; Barbosa; Ladeira 1; Ladeira 2; Monte das Freiras 1; Monte das Freiras 2; Vale da Lousa; Cardoso 1; Banejo; Montalto; Torre do Ervedal 1; Torre do Ervedal 2; Torre do Ervedal 3; Torre do Ervedal 4; Torre do Ervedal 5; Torre do Ervedal 6; Cágados; Penedo da Moura 1; Lameira 1; Lameira 2; Lameira 3; Lameira 4; Mortágua; São Martinho 1; São Martinho 2; São Martinho 3; São Martinho 4; São Martinho 5; Paço Branco 1; Paço Branco 2; Paço Branco 3; Paço Branco 4; Terrosa; Medronhal; Torrejana 1; Torrejana 2; Quinta de São Romão; Tapada do José Cary; Almanhares 1; Almanhares 2; Almanhares 3; Almanhares 4; Almanhares 5; Tapada da Velosa; Vale de Butinos; Couto da Silveira; Quinta do Pião 2; Quinta do Pião 3; Quinta do Pião 4; Quinta do Pião 5; Quinta do Pião 6; Cardosa; Tapada Alta; Caldeira (Arneirinhos 1), Coutada 1 (Serra das Penas), Coutada 2; Aroeirais; Sousel; Pessilgais 1; Pessilgais 2; Pessilgais 3; Arneiros 1; Arneiros 2; Horta das Antas; Cavaleiros 1; São Saturnino; Herdade Grande 1; Herdade Grande 2; Herdade Grande 3; Herdade Grande 4; Herdade Grande 5; Herdade Grande 6; Herdade Grande 7; Herdade Grande 8; Herdade Grande 9; Herdade Grande 10; Vale de Maceiras 1; Vale de Maceiras 2
Monumentos não localizados/destruídos	Cumiada 1; Cumiada 3; Cumiada 5; Torre do Ervedal 7; Penedo da Moura 2; Poço da Escola; São Martinho 6; Courela da Fonte; Couto da Madalena 1; Couto da Madalena 2; Quinta do Pião 1; Arneirinhos 2; Barba de Pele; Monte Branco do Mato
Monumentos referidos na bibliografia como não localizados/destruídos	Valbom; Barroca; Montinho; Passarinhos 2; Casas Altas; Canejo; Defeza; Paço Branco 5; Couto da Madalena 3; Coutada do Luiz Caldeira; Mariola; Monte do Rio; São Pedro 1; Herdadinha
Monumentos referidos por informação oral e não localizados/destruídos	Chafariz 4; Porto de Melões; Burraz (5 monumentos); Coutada de Baixo 2
Monumentos inéditos	Torre do Ervedal 10; Terrosa 2; Terrosa 3; Terrosa 4; Terrosa 5

4.2. Necrópoles megalíticas e «monumentos-satélite».

Como referido acima, foram definidas na área em estudo 16 necrópoles megalíticas e respectivos «monumentos-satélite». Foram designadas segundo o topónimo específico em que se encontram (propriedade, povoação, marco natural ou acidente topográfico), tendo sido delimitadas neste sentido as necrópoles megalíticas de Pedro Tourez, Torrejana, Alter Pedroso, Serra das Penas/Arneirinhos, Cumeada, São Domingos, Ladeira, Monte das Freiras, Torre do Ervedal (sub-dividida em Torre do Ervedal Norte e Torre do Ervedal Sul), Pessilgais, Arneiros, Lameira, São Martinho/Paço Branco/Terrosa, Herdade Grande, Vale de Maceiras e Burraz.

A necrópole megalítica de Pedro Tourez (Anexo 1, fig. 13) é composta por dois monumentos (sendo Pedro Tourez 1 um monumento de médias dimensões e Pedro Tourez 2 um monumento destruturado), implantados numa área de relevos marcados, tendo sido ambos monumentos edificados em esporões sobranceiros à Ribeira da Seda., desfrutando de uma relação de inter-visibilidade.

Ambos monumentos usam rochas grano-dioríticas como suporte construtivo (correspondendo, assim, ao contexto geológico local). Instalam-se sobre solos de tipo D, mas na orla de solos de tipo B (que compõem o vale da Ribeira da Seda nesta zona) e próximo a solos de tipo C. Registe-se a presença de um «pilarete» menírico na área de transição Corredor/Câmara de Pedro Tourez 1, assim como um conjunto de «cavinhas» insculturadas na face externa da Tampa do Corredor.

O conjunto designado como necrópole megalítica da Torrejana (Anexo 1, fig. 14) compõe-se igualmente por dois monumentos. Implanta-se numa área caracterizada por uma paisagem levemente ondulada, próximo à nascente da Ribeira da Selada, erguendo-se Torrejana 1 em área genericamente plana/aberta e Torrejana 2 numa plataforma elevada encaixada entre dois outeiros. Não foi possível definir a relação de inter-visibilidade, devido à presença de um denso eucaliptal na área entre os monumentos.

Tratam-se de monumentos de dimensões médias, não sendo perceptíveis vestígios de Corredor em qualquer um deles (embora a morfologia da Câmara sugira que o possuíssem). Localizam-se em contexto geológico de xistos câmbrio, usando o granito como suporte construtivo (com ocorrências a menos de 1 km a Norte). Torrejana 1 implanta-se em solos de tipo D, estando Torrejana 2 implantada numa mancha de solos de tipo E incluída em solos de tipo D – ambas se localizando nas imediações de solos de tipo C.

A necrópole megalítica de Alter Pedroso (Anexo 1, fig. 15) compõe-se por 16 monumentos dispostos em torno ao conjunto de elevações que se desenvolve entre a Serra dos Tojos e Alter Pedroso, sobre a várzea de Vale de Butinos e a área aberta da Quinta do Pião. Compõem esta necrópole os monumentos de Tapada do José Cary (Tapadões), Courela da Fonte, Tapada da Velosa, Almanhares 1 a 5, Vale de Butinos, Couto da Silveira, Couto da Madalena 1 a 3 e Quinta do Pião 1 a 3 – apresentando uma interessante variedade a nível morfológico e topográfico.

Reconhecem-se monumentos de Câmara e Corredor diferenciados, monumentos fechados sem Corredor e monumentos «proto-megalíticos». Soluções arquitectónicas curiosas registam-se em Tapada do José Cary e Almanhares 4, com utilização de dois esteios de Cabeceira implantados de modo aprumado, ou, igualmente em Tapada do José Cary, com a inclusão de um pilarete de reforço no exterior da Câmara entre os esteios 5 e 6.

Implantam-se em área plana no sopé de relevos imponentes (Almanhares 1 a 3), em palataforma a meia-encosta (Almanhares 4), em encosta suave (Tapada do José Cary, Couto

da Madalena 1 a 3, Quinta do Pião 1 a 3, Courela da Fonte, Tapada da Velosa), plataforma encaixada entre duas elevações (Almanhares 5) e área aberta (Vale de Butinos e Couto da Silveira). O suporte geológico divide-se entre o granito porfiróide e o gnaiss. O contexto geológico em que se encontra é igualmente diverso, localizando-se monumentos em contexto de ortognaiss granítico (Almanhares 1 a 4, construídos em granito e Vale de Butinos, construído em gnaiss), de basitos (Almanhares 5 e Quinta do Pião 2, construídos em granito) e de xistos câmbricos (Quinta do Pião 3, construída em granito). Localizam-se maioritariamente em solos de tipo C, com monumentos localizados igualmente em solos de tipo A (Tapada do José Cary), de tipo D (Courela da Fonte, Almanhares 4 e Almanhares 5) e de tipo E (Almanhares 1, Couto da Madalena 1 e Quinta do Pião 1 a 3).

A necrópole megalítica da Serra das Penas/Arneirinhos (Anexo 1, fig. 16) compreende quatro monumentos megalíticos de grande variabilidade arquitectónica. Implanta-se ao longo de três elevações escarpadas, que correspondem geo-morfologicamente à Serra das Penas, disposta no terreno no sentido NW/SE e assumindo o aspecto de uma crista rochosa de xistos grauváquicos (que usam como suporte construtivo) que se levanta nos xistos câmbricos. Daqui se tem um excelente domínio visual sobre toda a paisagem envolvente – no entanto, limitado no quadrante Noroeste pelo imponente conjunto de elevações que se estende de Cabeço de Vide a Alter do Chão e assim resumido aos férteis vales das Ribeiras de Pascoais e Chaminé. Nos restantes quadrantes, o domínio visual recai sobre toda a área do vale da Ribeira Grande, esbatendo-se o horizonte ao fundo, na silhueta da Serra d'Ossa.

A visibilidade entre os vários monumentos desta necrópole parece ser discutível, já que estes se encontram camuflados entre as fragas da Serra. O conjunto prima, para além da sua localização excepcional, pela variabilidade arquitectónica dos monumentos – registando-se monumentos sem Corredor/fechados, monumentos de Câmara rectangular transversal de Corredor longo e monumentos de Câmara poligonal e Corredor muito longo

Nas áreas baixas em torno às elevações da Serra das Penas localizam-se outros monumentos, possivelmente associados aos monumentos implantados no seu topo. Tratam-se de Quinta do Pião 4 a 6 e os monumentos não localizados de Coutada do Luís Caldeira e Monte Mariola. Apenas foi possível obter leituras precisas em Quinta do Pião 4, já que Quinta do Pião 5 se resume a um esteios tombado à superfície do terreno e Quinta do Pião 6 se encontra coberto por morouço onde afloram três esteios (encontrando-se outros dois tombados).

Quinta do Pião 4 trata-se, assim, de um monumento fechado, de Câmara poligonal composta por cinco esteios. Estes três monumentos localizados erguem-se em contextos de xistos câmbricos, matéria em que são construídos – à excepção de Quinta do Pião 6, construído em granito (localizado, contudo, a cerca de 2 km). Quinta do Pião 4 localiza-se no topo de uma elevação, em cuja encosta se localiza Quinta do Pião 5 – localizando-se Quinta do

Pião 6 num esporão sobranceiro à Ribeira de Sarrazola. Os monumentos situados no topo da Serra das Penas implantam-se em solos de tipo E, na orla de solos de tipo C e D, situando-se os restantes em solos de tipo C.

A necrópole megalítica da Cumeada (Anexo 1, fig. 17) é composta por sete monumentos (aos quais se pode associar o monumento de Benavila). Implanta-se sobre uma linha de cumeada sobranceira à Ribeira da Seda, até à sua confluência com a Ribeira de Sarrazola – delimitada pela posição extrema dos monumentos de Valbom e Cumeada 6. Exceptuando o monumento de Benavila, apenas em um dos monumentos foi possível obter leituras rigorosas (Cumeada 2), dado a destruição, mau estado de conservação ou não localização dos restantes (tendo-se usado, para o efeito, as descrições apresentadas por G. e V. Leisner). Tratam-se, assim, de monumentos de pequena dimensão (Cumeada 1, 4 e 6) e monumentos de média dimensão (Cumeada 2 e 3, variando entre Câmara e Corredor indiferenciados e diferenciados.). Para os restantes monumentos, não foi possível obter leituras precisas.

Esta necrópole megalítica implanta-se, como dito e num contexto geográfico genérico, sobre uma linha de cumeada (na vertente Oeste, sobranceira à Ribeira da Seda), divergindo a implantação topográfica específica entre monumentos edificados em plataforma a meia-encosta (Cumeada 2 e 4), em esporão rochoso (Cumeada 5), em topo de outeiro elevado (Cumeada 6) e em topo de elevação suave (Valbom). Em relação ao contexto geológico, registam-se monumentos implantados em área de granodioritos e monumentos implantados em áreas de arenitos e cascalheiras (Cumeada 6, de onde se desfruta de um excelente domínio visual sobre toda a área envolvente). A implantação em relação à capacidade de uso dos solos divide-se entre monumentos implantados em solos de tipo B (Cumeada 6 e, possivelmente, Cumeada 3) e solos de tipo C (os restantes monumentos).

O monumento de Benavila, localizado na margem oposta da Ribeira de Sarrazola, em posição fronteira ao cabeço onde se implanta Cumeada 6, poderá ser relacionado com esta necrópole – nomeadamente a nível de se tratar de um «monumento-satélite». Apresenta-se como um monumento de granito de grandes dimensões, de Câmara e Corredor indiferenciados. Implanta-se numa baixa, na área de confluência da Ribeira das Malhadas com a Ribeira de Sarrazola, em solos de tipos A.

A necrópole megalítica de São Domingos (Anexo 1, fig. 18) é composta por dois pequenos monumentos de xisto (Barbosa e São Domingos 1) incluídos numa paisagem de relevos marcados sobranceira à Ribeira de Sarrazola. Oferecem implantações topográficas distintas, estando São Domingos 1 implantado no topo de um outeiro elevado (de onde é possível avistar a área da necrópole megalítica da Ladeira) e Barbosa numa baixa no sopé dessa elevação, na área de confluência da Barroca da Albufeira com a Ribeira de Sarrazola. Encontram-se em contexto geológico de xistos silúricos, suporte usado na sua construção, numa mancha de solos de tipo E junto a solos de tipo C e D.

Refira-se a relação com o painel com «covichas» de São Domingos 2, localizado junto à Ribeira de Sarrazola, no sopé do cabeço contíguo àquele onde se implanta a anta de São Domingos 1.

A necrópole megalítica da Ladeira (Anexo 1, fig. 18) encontra-se numa explanada sobranceira à Ribeira de Sarrazola (em posição fronteira à necrópole de São Domingos, na margem oposta), inserida numa área de relevo irregular, sendo composta por dois monumentos (Ladeira 1 e 2), aos quais se poderia juntar igualmente a anta do Canejo (não localizada). Correspondem a pequenos monumentos de xisto implantados numa pequena plataforma, sendo mais compreensíveis na paisagem para quem se aproxima pelo quadrante Nordeste, do vale de um pequeno curso de água subsidiário da Ribeira de Sarrazola, tendo um destaque mais esbatido para quem se aproxima pelos restantes quadrantes – localizam-se, assim, em ambos extremos desta plataforma, dominando o vale da Ribeira de Sarrazola, com uma incrível relação de inter-visibilidade. Refira-se a presença de inúmeros blocos de quartzo, provenientes da destruturação da estrutura tumular, dispersos em redor de ambos monumentos. Registe-se, ainda, a presença de um conjunto de «covichas» na face externa do Chapéu de Ladeira 2 (tombado a W do monumento).

Implantam-se em contexto geológico de xistos silúricos, sendo a mesma matéria utilizada na sua construção. Encontram-se numa mancha de solos de tipo C, em torno à qual se encontram solos de tipo E e B.

A necrópole megalítica do Monte das Freiras (Anexo 1, fig. 19) é composta por dois monumentos, implantados numa área de relevos suaves. Monte das Freiras 1 descreve-se como um monumento destruturado, correspondendo Monte das Freiras 2 a um *Tumulus* extremamente bem conservado (com cerca de 21 m de diâmetro e cerca de 2,60 m de altura conservados) onde aflora o topo de quatro esteios. Ambos monumentos são construídos em granito, não sendo possíveis leituras arquitectónicas precisas.

Encontra-se incluída numa paisagem levemente ondulada, de relevos suaves, sobre a linha de cumeada de dois cursos de água subsidiários da Ribeira de Sarrazola – Monte das Freiras 1 em área aberta e Monte das Freiras 2 numa pequena plataforma sobranceira a uma linha de água de pequeno porte. Localizam-se em contexto geológico de arenito, implantando-se numa área de solos de tipo A rodeada por solos de tipo B, C, D e E.

A necrópole megalítica da Torre do Ervedal (Anexo 1, fig. 20) compõe-se por dois núcleos centrais e vários monumentos dispostos irregularmente nas suas envolvências. O primeiro núcleo (designado como Torre do Ervedal Sul) inclui os monumentos de Torre do Ervedal 1, 6 e 7 (destruído aquando das partilhas da propriedade, tendo-se recorrido à descrição de G. e V. Leisner), tratando-se de pequenos monumentos de granito (sendo mesmo Torre do Ervedal 6 uma pequena sepultura «proto-megalítica») localizados numa vertente sobranceira à Ribeira Grande e desfrutando de uma evidente relação de inter-visibilidade. O segundo núcleo

(designado como Torre do Ervedal Norte) compreende os monumentos de Torre do Ervedal 2 a 4 e Passarinhos 1, tratando-se de monumentos de granito (tendo Torre do Ervedal 2 e 3 elementos de xisto no Corredor) de média dimensão, implantados no extremo de uma área levemente ondulada que termina abruptamente no vale da Ribeira da Provença. Nas envolvências destes dois núcleos encontram-se os monumentos de Montinho (não localizado), Passarinhos 2 (não localizado), Banejo, Montalto, Torre do Ervedal 5, Torre do Ervedal 10, Penedo da Moura 1, Penedo da Moura 2 (destruído) e Cágados, entendidos como «monumentos-satélite» do conjunto da necrópole.

No conjunto, tratam-se de monumentos de grande variabilidade, inferida a diversos níveis. Compõem esta necrópole monumentos de grandes dimensões (Penedo da Moura 1), de médias dimensões (Torre do Ervedal 2, 3, 4 e 5, Passarinhos 1) e de pequenas dimensões (Torre do Ervedal 1, 6, 7 e 10, Banejo, Montalto). São maioritariamente monumentos de Câmara e Corredor diferenciado, aos quais se encontram associados monumentos «proto-megalíticos» (Torre do Ervedal 6 e 10). A nível de suporte, encontram-se monumentos inteiramente construídos em granito, monumentos inteiramente construídos em xisto (Banejo), monumentos maioritariamente construídos em granitos com elementos de xisto (Torre do Ervedal 2 e 3, com esteios do Corredor em xisto) e monumentos maioritariamente construídos em xisto com elementos de granitos (Montalto, monumento de xisto com Chapéu em granito).

Implantam-se em função do curso da Ribeira Grande ou de cursos de água subsidiários, numa paisagem levemente ondulada – tanto em encosta (Torre do Ervedal 1, 5, 6, 7 e 10, Cágados), em área plana (Torre do Ervedal 2), em topo de elevação (Torre do Ervedal 3, Passarinhos 1, Penedo da Moura 1, Montalto) e em esporão (Torre do Ervedal 4, Banejo). Em relação ao contexto geológico, encontram-se maioritariamente implantados sobre granitos porfiróides, encontrando-se Torre do Ervedal 4 na área de transição dos granitos porfiróides para os xistos silúricos e Passarinhos 1 (construída em granito), Banejo e Montalto (com Chapéu em granito) em contexto de xistos silúricos. Pela capacidade de uso dos solos, localizam-se em solos de tipo B (Torre do Ervedal 2, Montalto e Cágados), de tipo C (Torre do Ervedal 5 e 10, Penedo da Moura 1), de tipo D (Banejo) e de tipo E (Passarinhos 1, Torre do Ervedal 1, 3, 4, 6 e 7).

As necrópoles megalíticas de Pessilgais e Arneiros (Anexo 1, fig. 21) tratam-se de dois conjuntos de monumentos megalíticos que poderiam ser considerados independentemente. No entanto, a sua situação geográfica específica levou a considerá-los como parte de uma mesma realidade. Com efeito, dispõem-se de um modo sensivelmente linear ao longo do arco de uma espécie de anfiteatro natural encabeçado pela imponente elevação da Cabeça de Vaiamonte (onde se registam ocupações calcolíticas), que daí desce até à linha da Ribeira Grande, ocupando uma área baixa constituída pelos vales das Ribeiras do Juncal, Arneiros, Pau e Matança, subsidiárias daquele curso de água.

Tratam-se de antas de granito com Câmara poligonal composta por sete esteios organizados a partir do esteio de Cabeceira. Apresentam implantações diversas, encontrando-se Pessilgais 1 em zona de vale (praticamente sobre um curso de água), Pessilgais 2 no extremo de uma área sensivelmente aplanada, sobranceira à Ribeira do Juncal, Pessilgais 3 numa pequena elevação situada numa área de vertente que desce até à Ribeira do Juncal, Arneiros 1 no topo de uma pequena elevação inserida numa paisagem levemente ondulada e Arneiros 2 numa vertente suave, voltada a Sul, descendo para a Ribeira do Pau. Situam-se na área de contacto dos granitos porfiróides com os xistos câmbricos – tendo sido usado o granito como suporte construtivo. Implantam-se em solos de tipo D rodeados por solos de tipo E, mas próximos a solos de tipo A (margens da Ribeira do Pau) e B (margens da Ribeira do Juncal).

A necrópole megalítica da Lameira (Anexo 1, fig. 22) compõe-se por quatro monumentos de granito de média dimensão, implantados numa área levemente ondulada pontilhada por grandes afloramentos graníticos. Tratam-se de monumentos de Câmara e Corredor diferenciados, de Câmara poligonal e Corredor entre curto (Lameira 1 e 4) e médio (Lameira 2 e 3). A relação de visibilidade entre os monumentos é relativa – sendo possível, de qualquer um deles, avistar pelo menos outro.

Implantam-se em contexto geológico de granitos porfiróides, sobre solos de tipo C (Lameira 1 e 2) e D (Lameira 3 e 4), próximos a manchas de solos de tipo A, B e E.

A necrópole megalítica de São Martinho/Paço Branco/Terrosa (Anexo 1, fig. 23) compreende 13 monumentos (São Martinho 1 a 5, Paço Branco 1 a 4 e Terrosa 2 a 5, compondo o núcleo da necrópole), desenvolvendo-se ao longo das margens da Ribeira do Paço Branco até à sua confluência com a Ribeira de Sousel. Tratam-se de monumentos de granito, de médias e pequenas dimensões (entre os quais se encontram monumentos «proto-megalíticos»). A relação de inter-visibilidade dos monumentos é evidente, por um lado entre os monumentos de Paço Branco e Terrosa e por outros entre os monumentos de São Martinho.

Como «monumentos-satélite» desta necrópole surgem São Martinho 6 (não localizado), Paço Branco 5 (não localizado), Poço da Escola (não localizado, descrito como monumento «proto-megalítico» de tendência «cistóide»), Medronhal (pequeno monumento de Câmara e Corredor diferenciados) e Terrosa 1 (pequeno monumento de Câmara e Corredor diferenciados).

Os monumentos encontram-se implantados em área plana no sopé de elevações (Paço Branco 1 a 4), em área plana incluída em paisagem levemente ondulada (São Martinho 1, Terrosa 1 a 5, Poço da Escola e Medronhal), no topo de elevação (São Martinho 4 e 5) e em plataforma a meia-encosta (São Martinho 2 e 3). Encontram-se maioritariamente em contexto geológico de granitos porfiróides, exceptuando-se Medronhal instalado sobre arenitos (localizado a poucas centenas de metros de ocorrências de granitos porfiróides). Em relação à capacidade de uso dos solos, regista-se um maior número de monumentos implantados em

solos de tipo C, estando Medronhal e Paço Branco 5 implantados numa mancha de solos de tipo B.

A necrópole megalítica da Herdade Grande (Anexo 1, fig. 24) localiza-se num espaço cercado pela Ribeira Grande (a Norte) e pelas Ribeiras de Ana Loura e S. Saturnino (a Oeste e Este, respectivamente), pontilhado por grandes afloramentos graníticos. Ocupando, em termos gerais e em sentido macro-geográfico, uma área de vertente, descendo levemente até à linha da Ribeira de Ana Loura, a necrópole megalítica da Herdade Grande compreende dez monumentos construídos em granito, que, aparentemente, apresentam uma grande homogeneidade morfológica, variando essencialmente em termos dimensionais – sendo basicamente monumentos de Câmara poligonal e de Corredor entre curto e médio.

Mantêm uma incrível relação de inter-visibilidade, sendo possível, de qualquer um dos monumentos, avistar pelo menos outros dois. Daqueles que se encontram a cotas mais elevadas (como por exemplo, os monumentos 4, 5 e 10) é possível avistar todos os restantes. Percebe-se, portanto, que a relação de visibilidade entre os monumentos da Herdade Grande é, para além da proximidade relativa entre eles, o ponto mais favorável para a sua definição enquanto necrópole megalítica.

Não fazendo necessariamente parte do conjunto da Herdade Grande, mas encontrando-se na sua envolvência imediata, foram definidos como «monumentos-satélite» as antas de Cavaleiros, Horta das Antas e São Saturnino – por de certa maneira manterem uma relação visual com a área daquela necrópole e puderem, de certo modo, estar relacionados com as comunidades que a construíram e utilizaram.

A anta dos Cavaleiros, monumento de granito de tipologia desconhecida, a pouca distância da necrópole megalítica da Herdade Grande (mantendo igualmente uma relação visual com vários sítios de habitat). Horta das Antas corresponde a um monumento megalítico de granito de dimensão média, apresentando o Corredor descentrado em relação ao eixo da Câmara. Na área mesial do Corredor, em ambos lados, encontram-se duas lajes de xisto fincadas, que poderão pertencer ao encaixe de uma qualquer estrutura de fecho. Encontra-se separado da necrópole megalítica da Herdade Grande pela Ribeira de Ana Loura, daqui se avistando toda a área da Herdade Grande. A anta de S. Saturnino trata-se, possivelmente de um monumento já destruído – segundo informação de J. L. Saavedra Machado (1964), existiria uma anta nesta área. A sua não identificação permite supor que terá sido destruída, tendo-se identificado no local blocos de granito, possivelmente esteios, que terão pertencido ao monumento. Encontrar-se-ia separada da necrópole megalítica da Herdade Grande pela Ribeira de São Saturnino.

A implantação dos monumentos é variável, encontrando-se monumentos no topo de pequenas elevações (monumentos 2, 4, 7 e 10) a par de outros situados nas encostas destas (monumentos 1, 3, 5 e 8) ou no seu sopé (monumentos 6 e 9). OS «monumentos-satélite» encontram-se implantados em área plana em paisagem levemente ondulada (Cavaleiros), em

encosta sobranceira a curso de água (Horta das Antas) e topo de elevação destacada (São Saturnino). Surgem em contexto geológico de granitos porfiróides, ou na área de transição entre estes e os xistos silúricos (Herdade Grande 6 e 8) e os xistos câmbricos (São Saturnino). Implantam-se numa mancha de solos de tipo E, com manchas de solos de tipo B, C e D nas envolências.

Situada na margem direita da Ribeira de Ana Loura, a necrópole megalítica de Vale de Maceiras (Anexo 1, fig. 25) é constituída por dois monumentos. A paisagem em que se insere é razoavelmente homogénea, de um ponto de vista local, com diversas pequenas elevações que moldam a estrutura da área, drenada por pequenos cursos de água subsidiários da Ribeira de Ana Loura.

Ambos monumentos são de granito. Vale de Maceiras 1 implanta-se na encosta de uma pequena elevação que desce até à Ribeira de Ana Loura, que corre poucos metros a Oeste do monumento, sendo este mais perceptível para quem se aproxima vindo desta. Registe-se que, exactamente em frente do monumento, encontra-se um «porto» da Ribeira de Ana Loura, sendo usado ainda hoje como ponto de travessia. Para quem se aproxima de Este, o monumento não causa tanto impacto. Vale de Maceiras 2 implanta-se numa área deprimida, cingida a toda a volta por pequenas elevações, na área de confluência de dois pequenos cursos de água subsidiários da Ribeira da Ana Loura.

Encontra-se em contexto geológico de basitos, implantando-se numa mancha de solos de tipo A (surgindo em torno manchas de solos de tipo B, C, D e E).

A existência da necrópole megalítica de Burráz, localizada no concelho de Fronteira, é conhecida apenas por uma informação oral recolhida por A. Carneiro (2005a). No entanto, dado que outros vestígios arqueológicos dados a conhecer àquele investigador pela mesma fonte foram efectivamente localizados (sítios de cronologia romana, designados como Burráz 1 e 2), é de supor que esta necrópole (composta, segundo a mesma informação, por cinco monumentos) terá existido – tendo sido, possivelmente, destruída por trabalhos agrícolas.

Genericamente, localizar-se-ia em contexto geológico de xistos silúricos, numa área de solos de tipo E.

4.3. Monumentos isolados.

Como monumentos isolados surgem Comenda, Quinta de São Romão, São Pedro, Herdadinha, Monte Barão, Cardoso, Monte do Rio, Chafariz 4, Barroca, Vale da Lousa, Cardoso 1, Tapada Alta, Barba de Pele, Casas Altas, Defeza, Mortágua, Porto de Melões, Monte Branco do Mato, Aroeirais, Coutada de Baixo 2 e Sousel. Foram assim classificados por não apresentarem nenhuma óbvia relação directa com qualquer uma das necrópoles megalíticas identificadas – surgindo aparentemente isolados na paisagem.

O monumento da Comenda (Anexo 1, fig. 26) corresponde a uma pequena anta de Câmara e Corredor diferenciados, usando como o gnaisse como suporte. Implanta-se numa área de encosta, junto ao leito da Ribeira da Seda, em contexto geológico de ortognaisse granítico, em solos de tipo D.

Quinta de São Romão (Anexo 1, fig. 27) refere-se a um monumento conservando um único esteio de granito *in situ*. Implanta-se em área plana, junto a um pequeno curso de água subsidiário da Ribeira do Álamo. Encontra-se sobre xistos câmbricos (surgindo as rochas graníticas a cerca de 2 km), em solos de tipo C.

A anta de Monte Barão (Anexo 1, fig. 28) refere-se (pelas suas características) de um monumento de xisto de médias dimensões. Implanta-se em área levemente ondulada, junto a um pequeno curso de água subsidiário da Ribeira de Não Vás Lá, sobre contexto geológico de arenitos (encontrando-se os xistos silúricos a cerca de 1,5 km), numa mancha de solos de tipo D rodeada por solos de tipo B.

Cardosa (Anexo 1, fig. 29) trata-se de um monumento possivelmente de Câmara e Corredor diferenciados (não tendo sido identificados vestígios de Corredor), construído maioritariamente em grauvaque (sendo um dos elementos da Câmara de xisto). Encontra-se no topo de uma elevação suave (com excelente domínio visual, principalmente para Sul) inserida numa paisagem levemente ondulada, sobranceira à Ribeira do Zambujo (subsidiária da Ribeira de Sarrazola). Implanta-se sobre xistos silúricos (encontrando-se grauvaques a menos de 300 m), em solos de tipo C.

Vale da Lousa (Anexo 1, fig. 30) corresponde a um pequeno monumento de xisto de Câmara e Corredor indiferenciados (em «ferradura»). Implanta-se em esporão elevado, sobranceiro a curso de água subsidiário da Ribeira Grande, em paisagem de relevos marcados, com abundantes cristas xistosas, algumas com mais de 2 m de altura. Encontra-se em contexto geológico de xistos silúricos, numa mancha solos de tipo E rodeada de solos de tipo D.

A anta de Cardoso 1 (Anexo 1, fig. 31) refere-se a um pequeno monumento de granito de Câmara e Corredor diferenciados. Encontra-se no topo de uma elevação inserida numa paisagem de relevos marcados, em área de xistos silúricos (encontrando-se algumas ocorrências de rochas graníticas a pouco mais de 500 m), sobre solos de tipo E junto a solos de tipo C.

Tapada Alta (Anexo 1, fig. 32) trata-se de um monumento megalítico de xisto grauvaquico, implantado no alto de um outeiro elevado, dominando toda a área baixa dos vales das Ribeiras de Pascoais e Chaminé. Conserva um esteio *in situ*, estando outro tombado. Localiza-se em contexto de xistos e grauvaques câmbricos, em solos de tipo C.

Mortágua (Anexo 1, fig. 33) caracteriza-se como um monumento de xisto de Câmara e Corredor diferenciados, implantando-se em área aplanada, no fundo de uma encosta que

desce até à Ribeira de Sousel (localizando-se no seu leito de cheia, em área de vau). Encontra-se sobre xistos silúricos, em solos de tipo E. A relação com a provável necrópole de Burráz não é assegurada – não havendo qualquer relação visual entre ambas áreas.

Aroeirais (Anexo 1, fig. 34) refere-se a um monumento de granito de médias dimensões, implantado em esporão sobranceiro à Ribeira da Coutada (subsidiária da Ribeira Grande), desfrutando de um excelente domínio visual sobre todo o quadrante NE, oferecendo maior imponência para quem se aproxima de Norte (sendo a imponência mais esbatida nos restantes quadrantes). Encontra-se em contexto geológico de arenitos e cascalheiras (havendo ocorrências de granitos a cerca de 200 m), entre solos de tipo C e D.

Sousel (Anexo 1, fig. 35) parece corresponder (pelas dimensões da Câmara) a um grande monumento de xisto implantado no topo de um pequeno esporão (registando-se algumas cristas xistosas aflorando em redor do monumento). Encontra-se sobre xistos silúricos, em área de solos de tipo D.

São Pedro, Herdadinha, Monte do Rio, Barroca, Casas Altas e Defeza tratam-se de monumentos referidos por G. e V. Leisner (1959) como monumentos não localizados/destruídos. Barba de Pele e Monte Branco do Mato referem-se a monumentos referidos por M. C. S. Neto (1976-77), não tendo sido localizados. Chafariz 4 e Porto de Melões correspondem a informações orais não comprovadas. Coutada de Baixo 2 refere-se à informação oral de uma anta destruída (cedida pelo próprio *destruidor*) para a construção do armazém agrícola a herdade da Coutada de Baixo.

4.4. Questões morfológicas, suportes e localizações.

A análise arquitectónica dos monumentos megalíticos registados na área em estudo permitiu individualizar cinco tipologias gerais, tendo sido identificados monumentos incluídos na categoria de *monumentos de Câmara e Corredor diferenciados em planta*, *monumentos de Câmara e Corredor indiferenciados em planta* (descrevendo uma planta «piriforme» e de planta «em ferradura»), *monumentos com o Corredor descentrado em relação ao eixo da Câmara* (de planta em «9»), *monumentos fechados* (sem Corredor) e *monumentos «proto-megalíticos»*. Esta última categoria sub-divide-se entre as *pequenas sepulturas fechadas de Câmara poligonal* e os *pequenos monumentos de tendência «cistóide»* (planta rectangular, configurando galerias cobertas de pequena dimensão).

A primeira categoria (Anexo 4, gráfico 1), sendo a tipologia «típica» dos monumentos ortostáticos alentejanos, encontra-se representada em cerca de 40 monumentos aos quais se juntam 10 monumentos de interpretação duvidosa (correspondendo a um total de cerca de 39,37% do conjunto). Os monumentos de Câmara e Corredor indiferenciados registam quatro exemplares (3,15% da amostra). Um único monumento se inclui na categoria dos monumentos

de Corredor descentrado em relação ao eixo da Câmara (0,79% do conjunto). Os monumentos de Câmara fechada encontram-se representados por três elementos (2,4% do conjunto). 13 monumentos enquadram-se na categoria dos monumentos «proto-megalíticos», correspondendo cinco elementos a pequenos monumentos fechados de Câmara poligonal e oito a pequenos monumentos de tendência «cistóide» (perfazendo ambas categorias um total de cerca de 9,45% da amostra). A monumentos para os quais não foi possível definir uma tipologia arquitectónica específica, dado o seu estado de conservação ou não localização, corresponde um número de cerca de 57 elementos (cerca de 44,88% do conjunto).

A morfologia da Câmara destes monumentos megalíticos (Anexo 4, gráfico 2) divide-se entre Câmaras poligonais, Câmara elípticas, Câmaras sub-circulares, Câmaras rectangulares longitudinais, Câmaras rectangulares transversais e Câmaras rectangulares fechadas («cistóides»). As Câmaras poligonais encontram-se registadas em 41 monumentos (32,28% do conjunto). Sete monumentos apresentam câmaras elípticas (compondo cerca de 5,51% da amostra). A categoria das Câmaras sub-circulares encontra-se representada em oito monumentos (6,30% do conjunto). Os monumentos de Câmara rectangular dividem-se entre três monumentos de Câmara rectangular longitudinal (2,36% do conjunto) e sete monumentos de Câmara rectangular transversal (5,51% do conjunto) – correspondendo oito monumentos a Câmara rectangular simples (monumentos «proto-megalíticos» de tendência «cistóide», compondo cerca de 5,51% do conjunto). 54 monumentos não conservam elementos da Câmara suficientes para permitir a sua definição morfológica, correspondendo a cerca de 42,52% da amostra.

No que diz respeito à dimensão da Câmara (Anexo 4, gráfico 3), encontram-se 29 monumentos de Câmara pequena (onde se incluem os monumentos «proto-megalíticos», compondo 22,05% do conjunto), a par de 45 monumentos de Câmara média (35,43% do conjunto) e oito monumentos de Câmara grande (6,30% do conjunto) – não se encontrando referenciados monumentos de Câmara muito grande. Em 46 monumentos (36,22% do conjunto) não foi possível definir as dimensões da Câmara, por não terem sido localizados ou por não apresentarem elementos suficientes para realizar a leitura.

O número de esteios componentes da Câmara dos monumentos megalíticos analisados (Anexo 4, gráfico 4) divide-se entre os cinco esteios (cinco monumentos, compondo 3,94% do conjunto), seis esteios (três monumentos, compondo 2,36% do conjunto), sete esteios (organizados a partir do esteio de Cabeceira e representado por 38 monumentos, cerca de 29,92% da amostra), oito esteios (onze monumentos, contabilizando 8,66% do conjunto) e nove esteios (três monumentos, compondo 1,57% do conjunto). Em 68 monumentos (53,54% do conjunto), por não se terem localizado ou por não apresentarem elementos suficientes que permitissem a leitura, não foi possível inferir ou supor o número de esteios componentes da Câmara.

A morfologia do Corredor dos monumentos em análise (Anexo 4, gráfico 5) divide-se entre os Corredores de lados paralelos e os Corredores de lados afuselados (com largura menor na área inicial e maior na área terminal). A primeira categoria encontra-se representada em 19 monumentos (14,96% do conjunto), enquanto que a segunda apenas se regista em quatro monumentos (3,15% do conjunto). 16 monumentos estudados não apresentam Corredor (11,81% do conjunto), e em 89 casos não foi possível fazer uma leitura sobre a sua morfologia – dado não serem perceptíveis vestígios de Corredor, apresentarem esteios em apenas um dos lados ou tratarem-se de monumentos não localizados (70,08% do conjunto).

Em relação à dimensão do Corredor (Anexo 4, gráfico 6), foram registados monumentos com Corredor curto, Corredor médio, Corredor longo e Corredor muito longo – para além de monumentos sem Corredor (Câmaras fechadas). Dos monumentos analisados, 22 apresentam Corredor curto (17,32% do conjunto). Corredores médios encontram-se presentes em 12 monumentos (9,45% do conjunto). Monumentos de Corredor longo encontram-se registados em nove exemplares (7,09% do conjunto), enquanto Corredores muito longos se referenciam apenas em três monumentos (2,36% do conjunto). Na categoria de monumentos sem Corredor referenciam-se 16 casos (11,81% do conjunto), enquanto que 66 elementos, por não apresentarem vestígios perceptíveis de Corredor, não permitem uma leitura precisa (51,97% do conjunto).

A análise do gráfico de dispersão da relação entre as dimensões da Câmara e Corredor dos monumentos megalíticos em estudo (Anexo 4, gráfico 7) permite inferir (e embora apenas 42 casos terem permitido tal leitura), uma concentração de monumentos em que o diâmetro da Câmara oscila entre os 2 m e os 2,50 m para um comprimento do Corredor entre 1m e 2,5 m.

No que diz respeito à orientação do Corredor dos monumentos megalíticos analisados (Anexo 4, gráfico 8), medida de acordo com o seu eixo em toda a extensão, distribui-se entre os 90 e os 135 grados (entre 81° e 121,5°). Assim, Corredores orientados em torno aos 90 grados encontram-se representados num único monumento (0,79% do conjunto). Três monumentos apresentam o Corredor orientado em torno aos 95 grados (2,36% do conjunto). Um único monumento apresenta o Corredor orientado em torno aos 100 grados (0,79% do conjunto). Corredores orientados em torno aos 105 grados encontram-se registados em 11 monumentos (8,66% do conjunto). Seis monumentos apresentam o Corredor orientado em torno aos 110 grados (4,72% do conjunto). Os Corredores orientados em torno aos 115 grados, 120 grados e 125 grados registam-se em cinco monumentos (em qualquer uma das categorias, contabilizando cada uma cerca de 3,94% do conjunto). Orientações em torno aos 130 grados encontram-se representadas no Corredor de três monumentos (2,36% do conjunto), enquanto que em torno aos 135 grados se registam em dois monumentos (1,57% do conjunto). Monumentos sem Corredor (fechados) correspondem a 16 registos (11,81% do conjunto), e 70

monumentos se referem àqueles para os quais não foi possível determinar a orientação do Corredor (55,12% do conjunto).

Quadro 2

Orientação do Corredor dos monumentos megalíticos na área em estudo.

Orientação (grados)	Nº Monumentos
±90	1
±95	3
±100	1
±105	11
±110	6
±115	5
±120	5
±125	5
±130	3
±135	2
Sem Corredor	16
Indeterminado	70

Os monumentos megalíticos da área em estudo encontram-se construídos com recurso a diversos suportes, dependentes principalmente do contexto geológico em que se encontram (Anexo 4, gráfico 9). Construídos em granito/diorito, encontram-se 68 monumentos (52,76% do conjunto); contam-se ainda três monumentos construídos maioritariamente em granito onde se encontram alguns componentes de xisto (2,36% do conjunto). Outra rocha granitóide encontra-se representada em três monumentos construídos em gnaiss (2,36% do conjunto). O xisto (e rochas associadas) encontra-se como suporte de 11 monumentos (8,66% do conjunto), havendo ainda um monumento construído maioritariamente em xisto onde se encontram alguns componentes de granito (0,79% do conjunto), cinco monumentos construídos em xisto grauváquico (3,94% do conjunto), um monumento construído em grauvaque e um monumento construído maioritariamente em grauvaque onde se encontram alguns componentes de xisto (0,79% do conjunto). Monumentos para os quais não foi possível determinar o suporte geológico encontram-se representados por 35 registos (27,56% do conjunto).

O contexto geológico em que estes monumentos se implantam é igualmente diverso (Anexo 4, gráfico 10). Monumentos implantados em contextos de xistos silúricos encontram-se representados por 24 casos (compondo 18,90% do conjunto). Regista-se um único monumento implantado em área de xistos pré-câmbricos (0,79% do conjunto), registando-se 14 monumentos em área de xistos câmbricos (11,02% do conjunto). Em contexto de xistos grauváquicos encontram-se implantados cinco monumentos (3,94% do conjunto). Em áreas de granitos porfiróides encontram-se 46 monumentos (35,43% do conjunto) – encontrando-se

ainda um monumento na área de transição entre granitos porfiróides e xistos silúricos (0,79% do conjunto) e dois monumentos na área de transição entre granitos porfiróides e xistos câmbricos (1,57% do conjunto). Monumentos implantados em contextos geológicos de outras rochas graníticas encontram-se em áreas de ortognaisses graníticos (sete monumentos, cerca de 5,60% do conjunto), granodioritos (quatro monumentos, cerca de 3,15% do conjunto), dioritos (dois monumentos, cerca de 1,57% do conjunto) e basitos (nove monumentos, cerca de 7,09% do conjunto) – encontrando-se ainda um monumento na área de transição entre granodioritos e arenitos (0,79% do conjunto). Sobre arenitos e cascalheiras, correspondendo ao enchimento terciário da bacia do Tejo, encontram-se 12 monumentos (9,45% do conjunto) – localizados, contudo, relativamente próximo de áreas graníticas. A situação geológica de monumentos não localizados encontra-se incluída nestas contagens, obtida por aproximação de acordo com a sua presumível localização.

A implantação topográfica específica dos monumentos analisados regista-se igualmente numa curiosa variedade de soluções (Anexo 4, gráfico 11), encontrando-se monumentos implantados em áreas baixas (no fundo de vales ou no sopé imediato de elevações imponentes), em áreas planas incluídas em paisagens levemente onduladas (de relevos pouco marcados), em plataformas a meia-encosta, em planaltos ou rechãs (normalmente, sobre vales muito encaixados), em esporão com domínio visual sobre extensas áreas, no topo de elevações suaves incluídas em paisagens levemente onduladas (de relevos pouco marcados) e no topo de outeiros elevados. Implantados em área baixa encontram-se 23 monumentos (18,11% do conjunto). Em área plana regista-se a situação de 13 monumentos (10,24% do conjunto). 20 monumentos encontram-se implantados em plataformas a meia-encosta (15,75% do conjunto). Sobre planalto/rechã encontram-se cinco monumentos (3,94% do conjunto), encontrando-se nove monumentos sobre esporão (7,09% do conjunto). Implantados no topo de elevações suaves apresentam-se 19 monumentos (14,17% do conjunto), encontrando-se 15 monumentos no topo de outeiros elevados (11,81% do conjunto). Monumentos para os quais não foi possível inferir a sua situação topográfica específica, dado a sua não localização, correspondem a 24 casos referenciados (18,90% do conjunto).

Em relação à capacidade de uso dos solos em que os monumentos se erguem (Anexo 4, gráfico 12), estes encontram-se implantados maioritariamente em solos de tipo E (40 monumentos, correspondendo a 31,50% do conjunto) e C (43 monumentos, cerca de 33,07% do conjunto). 27 monumentos (21,26% do conjunto) encontram-se implantados em contexto de solos de tipo D, enquanto que em solos de tipo A se registam sete monumentos (5,51% do conjunto) e em solos de tipo B se registam 11 monumentos (8,66% do conjunto). A capacidade de uso de solos de monumentos não localizados encontra-se incluída nestas contagens, obtida por aproximação de acordo com a sua presumível localização.

Quando analisados individualmente, os monumentos megalíticos estudados oferecem uma importante variedade morfológica, seja a nível de tipologia arquitectónica, suporte ou implantação geológica e topográfica – por vezes, mesmo em monumentos componentes da mesma necrópole. Contudo, pelo exposto, fazendo-se uma análise estatística genérica dos dados recolhidos, pode-se concluir que, morfológicamente e em regra geral, os monumentos megalíticos da área em estudo se caracterizam como monumentos de Câmara e Corredor diferenciado em planta, com Câmara de dimensões médias, de contorno poligonal delineado por sete esteios organizados a partir do esteio de Cabeceira (geralmente, o mais robusto do conjunto). O Corredor apresenta-se, em média, curto, de lados paralelos e orientado a 105 graus. São monumentos de granito (ou rochas granitóides associadas), localizados em áreas de rochas graníticas, normalmente implantados no topo de elevações (desde elevações suaves a outeiros elevados) e preferencialmente em contextos de solos de tipo C e E.

Ressalve-se, contudo, o número preponderante dos monumentos para os quais não foi possível obter leituras precisas – comprometendo assim o rigor da amostragem e inviabilizando uma análise completa, seccionando a realidade arqueológica. No entanto, e de acordo com a informação disponível, parece que os monumentos da área em estudo não fogem às características morfológicas típicas dos monumentos megalíticos alentejanos, obtendo paralelos tanto em grupos mais setentrionais, como Crato ou área da bacia do Sever (cf. Parreira, 1996; Oliveira, 1998) ou mais austrais, como Reguengos de Monsaraz, Évora, Montemo-o-Novo e área de Pavia (cf. Gonçalves, 1992; Rocha, 1998).

4.5. Mobiliários votivos: contentores e conteúdos.

O espólio referenciado aos monumentos megalíticos da área em estudo, proveniente de recolhas de superfície ou escavações realizadas precocemente ou perpetradas por amadores, foi, para efeitos de análise, tipologicamente dividido em oito categorias-base: recipientes cerâmicos, artefactos de pedra polida, artefactos de pedra lascada, placas de xisto gravadas, artefactos de adorno pessoal, conjunto «campaniforme», outros artefactos e objectos e espólio osteológico. Será esta a ordem pelo que os mesmos serão apresentados.

Alguns artefactos apresentam proveniência dúbia, referindo-se a uma área genérica sem especificação de monumento. Este espólio sem proveniência exacta foi analisado como tendo provindo de monumentos megalíticos – opção esta baseada em dois pontos: as características morfológicas dos artefactos (por se encontrarem intactos ou por não registarem vestígios de uso, assim como por usarem como suporte matérias-primas de eleição, como a fibrolite) e o facto de os monumentos megalíticos, à data de recolha destes artefactos, se tratarem de locais «reconhecíveis» pelos colectores de espólio arqueológico.

Obviamente que não se trata de um método rigoroso, sendo o único possível no estado actual dos conhecimentos. E dado o interesse de algumas peças, estas não podiam deixar de ser estudadas e contextualizadas na medida do possível.

4.5.1. Recipientes cerâmicos.

Os registos de recipientes cerâmicos referem-se às antas de Torre do Ervedal 3, Herdade Grande 1 e 7, Almanhares 5, Tapada Alta, Vale de Maceiras 1 e 2 e Sousel. Existe ainda a referência à recolha de fragmentos de recipientes cerâmicos na anta de Aroeirais, não tendo sido possível analisar este espólio (na posse da proprietária).

De Torre do Ervedal 3 são provenientes vários fragmentos de recipientes cerâmicos, sendo que apenas dois conservam porções de bordo (correspondendo os restantes a fragmentos incharacterísticos) – correspondendo, respectivamente, a um esférico achatado e uma taça de bordo espessado externamente. Pelas suas características genéricas, parecem tratar-se ambos de recipientes enquadráveis morfologicamente já nos catálogos cerâmicos calcolíticos (cf. Gonçalves, 1989).

Das antas da Herdade Grande são provenientes vários fragmentos de recipientes cerâmicos. Dois deles (sendo impossível actualmente definir a proveniência exacta, embora apenas nos monumentos 1 e 7 se registem tais recolhas) permitem reconstituição de forma, tratando-se de uma pequena taça carenada tipo Crato/Nisa e de uma taça em calote fechada (Anexo 3, fig. 1).

Referentes a Almanhares 5, registam-se vários fragmentos de recipientes cerâmicos, exclusivamente incharacterísticos, recolhidos recentemente no monte de sedimentos provenientes da escavação clandestina do monumento.

Da anta da Tapada Alta provém um grande fragmento de recipiente de grandes dimensões recolhido junto ao monumento. Dado as suas características específicas, raras nos recipientes que comumente compõem os espólios «megalíticos», poder-se-á supor que é originário do contíguo povoado da Tapada do Vaz. Com efeito, trata-se de um grande recipiente de armazenamento (grande esferoidal de bordo espessado) coevo com a cronologia proposta para o sítio (Anexo 3, fig. 2).

Da anta de Vale de Maceiras 1 encontra-se nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia uma taça de fundo plano (Anexo 3, fig. 1). Foram ainda recolhidos recentemente vários fragmentos cerâmicos incharacterísticos em torno do monumento – recolhidos igualmente na área de Vale de Maceiras 2 após as destruições recentes.

Do monumento de Sousel são provenientes três recipientes cerâmicos, pertencentes ao acervo do Museu Nacional de Arqueologia. Referem-se a duas pequenas taças carenadas, características do grupo Crato/Nisa, e uma taça em calote (Anexo 3, fig. 1). O último recipiente

não foi localizado nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia, tendo-se recorrido ao desenho apresentado em por G. e V. Leisner (1959, Taf. 7) para a sua descrição.

4.5.2. Artefactos de pedra polida.

Os artefactos de pedra polida são, com efeito, os artefactos mais representativos nos conjuntos votivos dos monumentos megalíticos da área em estudo. Por serem talvez a realidade «mais visível», tendo em conta o contexto *cultural* em que foi recolhido este espólio, estão presentes em número visivelmente superior ao das restantes categorias de artefactos. Estão, assim, presentes nos monumentos de Cumeada (sem especificação de monumento), Benavila, Torre do Ervedal (monumentos 1 e 3, contudo com outros exemplares sem especificação de monumento), Penedo da Moura (espólio não localizado), São Martinho (sem especificação de monumento), Ladeira 1, Serra das Penas (sem especificação de monumento, mas possivelmente provenientes da anta do Caldeira), Herdade Grande (sem especificação de monumento), Aroeirais e Vale de Maceiras 1 – referindo-se a recolhas de ordem vária, desde «intervenções» a recolhas de superfície. Contam-se ainda com alguns exemplares recolhidos na área do concelho de Fronteira (presentes no Museu Regional de Beja) e na área de Benavila/Cumeada e na área de Torre do Ervedal (presentes no Museu Nacional de Arqueologia), que, pelas suas características morfológicas específicas, poderão provir possivelmente de monumentos megalíticos.

Os artefactos referentes às antas da Cumeada correspondem a duas enxós de basalto filoniano alterado e anfibolito, de secção sub-rectangular.

Um único artefacto provém com certezas da anta de Benavila, tratando-se de um machado de anfibolito, de secção circular.

Quatro elementos são provenientes de anta de Torre do Ervedal 1, referindo-se a um machado de anfibolite de secção sub-rectangular, duas enxós de anfibolito de secção sub-rectangular e um formão de micro-granito de secção sub rectangular

O conjunto recuperado em Torre do Ervedal 3, apesar de descontextualizado, poderá ilustrar um pouco as características morfológicas dos artefactos de pedra polida destinados a acompanhar as deposições funerárias na área em estudo. Com efeito, trata-se do conjunto mais extenso e seguramente referenciável a uma proveniência específica – sem, todavia, ser possível discernir a relação contextual dos diversos elementos. Tratam-se de 18 artefactos (oito machados e dez enxós), usando como suporte maioritário o anfibolito (exceptuando-se um machado em micro-granito e uma enxó em basalto filoniano alterado). Em termos morfológicos, a homogeneidade do conjunto esbate-se com a presença do machado GTACE/142 – apresentando secção circular (contrastando com a secção sub-rectangular dos restantes) e polimento aplicado apenas na superfície operante, sendo o corpo preparado por picotagem. Os

restantes exemplares apresentam as superfícies completamente polidas (exceptuando-se GTACE/146, conservando vestígios da lascagem de conformação na extremidade proximal) e os bordos parcialmente polidos.

De São Martinho (sem especificação de monumento, embora se registre a referência a um desconhecido monumento 7), são provenientes sete machados de anfibolito, com secções que variam entre sub-rectangular (cinco casos), oval e circular (um único caso em ambas categorias). Recolhido à superfície do monumento de Ladeira 1, regista-se um machado de anfibolito de secção sub-quadrangular com de 12 cm de comprimento.

Proveniente de um dos monumentos da Serra das Penas (sendo impossível definir qual em concreto, embora a depressão que a anta do Caldeira apresenta na Câmara possa sugerir que daqui provenham) encontra-se um conjunto de peças no qual se incluem vários exemplares de artefactos de pedra polida. Tratam-se de quatro machados de secção rectangular, duas enxós de secção sub-rectangular, um formão de secção sub-rectangular e um martelo de secção sub-rectangular (sendo aplanada a superfície operante), usando maioritariamente o anfibolito como suporte, à excepção de uma enxó em basalto filoniano alterado.

Referente à Herdade Grande, encontra-se uma enxó de fibrolite de secção oval, que J. L. de Vasconcellos (1927-29) regista como recolhida no campo, embora possa provir de um dos 10 monumentos referenciados na herdade (o que as suas características morfológicas parecem indicar), em especial daqueles destruídos e não reconhecidos por J. L. Vanconcellos (antas 8 a 10).

De Vale de Maceiras 1 são provenientes dois artefactos de pedra polida: um machado e uma enxó, ambos de anfibolito e secção sub-rectangular.

Existem registos de artefactos de pedra polida recolhidos na anta dos Aroeirais, encontrando-se actualmente na posse da proprietária, não tendo sido possível analisar este espólio.

Referenciados como de «proveniência desconhecida» (mas cujas características morfológicas específicas permitem supor que provenham de monumentos megalíticos, não sendo possível determinar quais) foram analisados três conjuntos: área de Benavila/Cumeada, área da Torre do Ervedal e área de Fronteira. O primeiro conjunto é composto por quatro machados de secção circular e sub rectangular (dois exemplares em ambas categorias) e três enxós de secção sub-rectangular e oval (um único exemplar), qualquer um deles de anfibolito. A superfície operante de uma das enxós encontra-se aplanada – resultando de polimento intencional e não de desgaste de uso. O segundo conjunto é composto por seis machados de anfibolito de secção circular (três exemplares), oval, sub-rectangular e sub-quadrangular (um exemplar cada), quatro enxós de anfibolito, fibrolite e basalto filoniano alterado de secção sub-rectangular e um formão de anfibolito de secção oval. Uma das enxós apresenta uma curiosa perfuração na extremidade proximal – não sendo possível discernir a sua função concreta. O

último conjunto é composto por três machados (dois exemplares de micro-granito, de secção circular, apresentando polimento apenas no gume, sendo o corpo desbastado por picotagem e um exemplar de anfibolito, de secção sub-quadrangular) e seis enxós (dividindo-se os suportes entre anfibolito, basalto filoniano alterado e fibrolite, sendo maioritariamente de secção sub-rectangular, com um exemplar com secção trapezoidal achatada. Um dos exemplares apresenta sulco transversal na face.

Nas reservas museológicas da Fundação Paes Teles estão presentes ainda abundantes artefactos de pedra polida, referenciados como de «proveniência desconhecida», não sendo possível determinar se provêm de monumentos megalíticos ou de espaços de habitat da área em estudo. No entanto, dois exemplares merecem especial atenção. Tratam-se, pelas suas características morfológicas, de peças comumente integradas em mobiliários votivos. Com efeito, referem-se a duas enxós de fibrolite, uma delas de pequenas dimensões (Anexo 3, fig. 10).

Os artefactos de pedra polida presentes nos mobiliários votivos dos monumentos em estudo repartem-se, assim, por quatro tipos morfológicos básicos: machados, enxós, formões e martelos – não tendo sido, até ao momento, recolhido qualquer exemplar de goivas. Os suportes utilizados repartem-se entre anfibolito (utilizado em maior número), micro-granito (utilizado exclusivamente em machados de secção oval/circular), basalto filoniano alterado (utilizado exclusivamente em enxós) e fibrolite (utilizado exclusivamente em enxós).

4.5.3. Artefactos de pedra lascada.

Registos de artefactos de pedra lascada referem-se unicamente às antas de Torre do Ervedal 3, São Martinho (sem especificação de monumento), Herdade Grande 1 e Aroeirais. Conta-se ainda com um conjunto de pontas de seta, pertencentes à colecção Canejo Coutel e actualmente incluídos no acervo do Museu Regional de Beja, que poderão ter sido recolhidos em algum (ou alguns) dos monumentos megalíticos do concelho de Fronteira.

De Torre do Ervedal 3 são provenientes quatro lâminas de sílex e chert (um único exemplar), encontrando-se fragmentadas e apresentando retoque contínuo semi-abrupto em ambos bordos – registando-se num dos exemplares, sobre o bordo direito, entalhe e retoques contínuos rasantes (que se estendem, inclusive, sobre a fractura das extremidades proximal e distal). A tonalidade do sílex varia entre acinzentada e creme-rosada, sendo a de chert de tonalidade acinzentada.

De São Martinho são provenientes dois artefactos de pedra lascada: um fragmento mesial de lâmina de sílex negro e uma raspadeira de sílex acastanhado, apresenta levantamento centrípetos na face e retoques curtos na extremidade distal e bordos em ambas faces.

Proveniente do monumento de Herdade Grande 1, regista-se um fragmento mesial de lâmina de sílex rosado.

O artefacto recolhido na anta de Aroeirais corresponde a uma pequena ponta de seta de sílex salmão, apresentando base recta e retoque bifacial invasor.

No acervo do Museu Regional de Beja, estando referenciados como pertencentes ao concelho de Fronteira (sem outras especificações), encontra-se um conjunto de pontas de seta que, pelas razões acima apontadas para os artefactos de pedra polida nas mesmas condições, foram incluídas neste capítulo. Tratam-se de nove artefactos, de tipologia e matéria-prima variada, maioritariamente de xisto jaspóide (havendo um exemplar de sílex de tonalidade acinzentada e um exemplar de xisto). A morfologia basal divide-se entre base triangular (um exemplar), base recta (três exemplares, sendo um deles de base recta assimétrica), base côncava (três exemplares), base muito côncava/aletas (dois exemplares) e base convexa (um exemplar). Em relação ao retoque, encontra-se exemplares com retoque bifacial curto (quatro exemplares), retoque bifacial invasor (três exemplares) e retoque bifacial cobridor (dois exemplares). O comprimento destas pontas de seta oscila entre 2,1 cm e 3,4 cm.

4.5.4. Placas de xisto gravadas.

Artefacto comum nos mobiliários votivos das comunidades da transição do 4º para o 3º milénio a.n.e., as placas de xisto gravadas encontram-se igualmente representadas na área em estudo. São provenientes das antas de Torre do Ervedal 3 (sem certezas absolutas), Aroeirais, Pessilgais 2, São Martinho (sem especificação de monumento) e Coutada 1. Neste âmbito, serão apresentadas apenas os exemplares referentes aos quatro primeiros monumentos – dado o paradeiro incerto do espólio recolhido na anta da Coutada 1 (Leisner e Leisner, 1959).

Na verdade, as placas de xisto gravadas possivelmente provenientes de Torre do Ervedal 3 encontram-se registadas no acervo museológico da Fundação Paes Teles com tendo «proveniência desconhecida». No entanto, tendo em conta o raio de acção do GTACE (responsável pela recolha deste espólio), serão provenientes de um monumento megalítico dos arredores do Ervedal. O espólio correspondente a «escavações» em monumentos megalíticos efectuadas por este grupo, e pertencentes ao acervo da daquela instituição, referem-se exclusivamente a monumentos na Torre do Ervedal (nomeadamente, Torre do Ervedal 1/Anta do Chaparro e Torre do Ervedal 3/Anta do Olival). Desta maneira, será de supor que este conjunto tenha a mesma proveniência, não se sabendo exactamente a que monumento corresponde (sugerindo-se, pela comparação do volume de espólio recolhido e sua cronologia relativa, a anta de Torre do Ervedal 3). Não destoam, assim, do contexto artefactual que é conhecido para este monumento (instrumentos de pedra polida maioritariamente tardios, as grandes lâminas retocadas, os recipientes cerâmicos claramente de 3º milénio a.n.e.).

Tratam-se, pois, de três exemplares de placas de xisto gravadas que apresentam, em particular, algumas características interessantes. A placa GTACE-133 corresponde a uma placa reaproveitada mediante corte longitudinal e conseqüente polimento do bordo esquerdo (cf. a respeito desta problemática Gonçalves, Pereira e Andrade, 2003). Apresenta-se fracturada (apenas se conserva a extremidade proximal), compondo-se a decoração por faixas ziguezagueantes compartimentadas (duas faixas perceptíveis, mais uma faixa de indicação de fim de placa). Pela espessura destas faixas (cerca de 2 cm), poderemos supor que (antes do reaproveitamento) se trataria de uma placa relativamente grande.

A placa GTACE-134 (que permitiu colagem com os fragmentos GTACE-1008 a 1011) apresenta-se como uma placa de xisto «típica», quanto à sua morfologia e motivo decorativo. Apresenta recorte sub-retangular. A Cabeça apresenta decoração composta por faixas oblíquas-horizontais preenchidas convergindo dos bordos da placa para o V central (a «Cabeça dentro da Cabeça»), sendo rematada por uma banda de triângulos preenchidos com o vértice para cima (que não se trata de uma banda de separação Cabeça/Corpo, visto ainda se incluir dentro do espaço daquela). A decoração do Corpo compõe-se por bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima (quatro bandas, com a seguinte sequência de triângulos: 6+5+6+6, estando truncados os triângulos junto aos bordos). Apresenta perfuração tronco-cónica (realizada da face para o verso). Trata-se, segundo o Índice de Alongamento de uma placa alongada.

A placa GTACE-135 apresenta recorte sub-retangular. A Cabeça apresenta decoração formada por faixas oblíquas-verticais preenchidas (três em ambos lados, compondo as faixas interiores a «Cabeça dentro da Cabeça») convergindo do bordo superior da placa para o separador Cabeça/Corpo. Este compõe-se em quatro campos: uma faixa totalmente preenchida, uma faixa lisa, uma banda de triângulos preenchidos com o vértice para cima (10) e faixa banda lisa. O motivo dominante do Corpo são as bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima, gravadas em número de quatro – sendo a segunda e a terceira bandas separadas por um campo tri-compartimentado composto por uma faixa lisa, uma banda de pequenos triângulos preenchidos com o vértice para cima e uma outra faixa lisa. Dado a fragmentação do bordo direito da placa, é impossível determinar com rigor o número total de triângulos gravados em cada banda. Apresenta, no verso, um possível ensaio de gravação. Apresenta perfuração tronco-cónica (realizada da face para o verso). Trata-se, segundo o Índice de Alongamento, de uma placa curta.

Da anta de Aroeirais são provenientes quatro pequenos fragmentos de placas de xisto gravadas, recolhidas recentemente à superfície da Câmara. Dado a sua pequena dimensão, escassa informação se pode recolher destes exemplares. Há, contudo, a notícia de que se encontrarão na posse da proprietária placas de xisto provenientes desta anta (tal como os

recipientes cerâmicos e artefactos de pedra polida acima mencionados); no entanto, revelou-se impossível o acesso a este espólio para análise (Anexo 3, fig. 18).

A placa FRONT.1.143, recolhida por trabalhadoras rurais à superfície da Câmara da anta de Pessilgais 2 e actualmente pertencente ao acervo do Museu Regional de Beja, revela-se como o exemplar mais curioso deste tipo de artefactos na área em estudo. Trata-se uma placa de xisto oculada que, como se verá adiante, permite algumas observações interessantes (Anexo 3, fig. 17). Apresenta recorte sub-rectangular. A Cabeça apresenta uma decoração composta por duas faixas curvilíneas não preenchidas formando a «Cabeça dentro da Cabeça». A figuração oculada apresenta os seguintes componentes iconográficos: Olhos, Sobrancelhas e Radiação Solar. Os Olhos são compostos por quatro círculos concêntricos, sendo preenchidos o segundo e o quarto (que corresponde à pupila e não se encontra preenchido no exemplar da direita). As Sobrancelhas encontram-se definidas por um segmento de círculo, sendo preenchido o espaço entre este e o Olho propriamente dito. A Radiação Solar encontra-se representada por traços simples, irradiando para cima a partir do limite superior da Sobrancelha e obliquamente para os lados. O Corpo, separado da Cabeça por um traço simples, encontra-se decorado com quatro faixas ziguezagueantes não compartimentadas preenchidas com traços num único sentido (e não com o reticulado característico do preenchimento da decoração das placas de xisto gravadas). Apresenta perfuração cilíndrica. Trata-se, segundo o Índice de Alongamento, de uma placa média.

4.5.5. Artefactos de adorno pessoal.

Artefactos de adorno pessoal provenientes de monumentos megalíticos da área em estudo referem-se somente a recolhas de superfície efectuadas no espaço da Câmara da anta de Aroeirais. Tratam-se de três contas de colar discóides em xisto, de pequena dimensão (a menor apresenta uma espessura máxima de 0,1 cm, apresentando a maior uma espessura máxima de 0,3 cm), com perfuração cónica realizada por abrasão rotativo (Anexo 3, fig. 19).

4.5.6. «Conjunto campaniforme».

Fazendo igualmente parte do acervo museológico da Fundação Paes Teles, encontrando-se designado como de «proveniência desconhecida», regista-se um conjunto de materiais arqueológicos que genericamente se podem incluir no designado «pacote campaniforme». Compõem-no um recipiente cerâmico liso, um «braçal de arqueiro», um punhal de lingueta, três pontas tipo Palmela e uma possível lâmina de faca espatulada (Anexo 3, fig. 20). Este espólio, já estudado por R. Mataloto, constitui «um efectivo conjunto, sincrónico e coerente em si,

aparentemente reunido como oferenda funerária» (Mataloto, 2006, p. 85). Desta maneira, e dado as especificidades do conjunto, o espólio nele incluído será tratado num único ponto.

Provêm, assim e provavelmente, de uma deposição funerária, possivelmente realizada num monumento megalítico – e tendo mais uma vez em conta o raio de acção do GTACE, possivelmente dos arredores do Ervedal. Assim, e pelas mesmas razões apontadas acima para as placas de xisto gravadas referenciadas em circunstâncias semelhantes, poder-se-á sugerir a anta de Torre do Ervedal 3 como proveniência provável.

Refere-se a um recipiente de colo alto estrangulado (esboçando um ombro vincado) e bojo esferoidal, com um diâmetro externo de 10,4 cm para uma altura exterior de 10,5 cm (sendo o Índice de Profundidade de cerca de 102).

O punhal de lingueta de cobre, de folha sub-triangular (de secção elíptica achatada) e lingueta curta. (de secção rectangular com rebordos) apresenta 20 cm de altura, para uma largura máxima de 4,7 cm e uma espessura média de 0,4 cm.

As pontas tipo Palmela apresentam folha oval alongada, de secção elíptica achatada, tendo entre 13 cm e 8,9 cm de comprimento. O pedúnculo de um dos exemplares apresenta-se, em relação ao comprimento da folha, mais curto que o das restantes.

Um último exemplar, apresentado por R. Mataloto (2006) como uma possível ponta tipo Palmela muito deteriorada, parece tratar-se antes de uma lâmina de punhal/faca espatulada curta, semelhante às recolhidas em diversos contextos calcolíticos. Não é certo, contudo, se o «denticulado» registado em ambos bordos se trata de serrilha ou deterioração da peça. Apresenta folha oblonga e base convexa; registando (e tendo a ponta fracturada) cerca de 5,6 cm de comprimento.

O «braçal de arqueiro» trata-se de uma peça de xisto, de formato rectangular alongado, com perfurações troncocónicas em ambas extremidades (com 1 cm de diâmetro na face e 0,5 cm no verso) e 11,7 cm de comprimento

Dentro do contexto cultural deste conjunto, existe ainda a referência à recolha de um possível «braçal de arqueiro» em Lameira 1 (Leisner e Leisner, 1959, p. 84), não tendo sido possível localizar este artefacto.

Da mesma maneira, encontram-se no Museu Regional de Beja dois artefactos metálicos provenientes do concelho de Fronteira (sem especificação de monumento ou sítio). Tratam-se um machado plano de cobre e uma ponta de cobre, apresentando o primeiro morfologia trapezoidal e gume convexo (com 16,2 cm de comprimento, 6,1 de largura na extremidade distal, 3,5 cm de largura na extremidade proximal. A ponta de cobre apresenta de folha sub-triangular estreita e pedúnculo alongado, com 10,7 cm de comprimento e uma largura máxima de 2 cm.

É desconhecida a proveniência exacta destes dois exemplares, assim como a sua cronologia específica. Pelo menos a ponta, referindo-se a um exemplar de folha estreita e

pedúnculo longo, não correspondendo aos arquétipos das pontas tipo Palmela, enquadrar-se-á já nas tipologias da Idade do Bronze – onde o machado de gume largo e arqueado não destoaria (cf. Schubart, 1975).

Refira-se igualmente a recolha de um fragmento de taça tipo Odivelas junto à anta de Torre do Ervedal 1, enquadrável já num momento pleno da Idade do Bronze.

4.5.7. Outros artefactos e objectos.

Dentro da categoria de «outros artefactos e objectos» recolhidos em monumentos megalítico da área em estudo contam-se um cossoiro em cerâmica recolhido na anta de Torre do Ervedal 3, um artefacto de fibrolite recolhido na Torre do Ervedal (sem especificação de monumento), um polidor e um artefacto lítico de forma ovóide alongada, ambos recolhidos num dos monumentos da Serra das Penas (provavelmente, na anta do Caldeira).

O cossoiro apresenta perfil tronco-cónico, com perfuração cilíndrica, com 3,4 cm de largura na base e 1,8 cm no topo. A sua filiação calcólica não é assegurada, embora não apresente as características típicas de cossoiros de etapas cronológicas mais tardias (apesar de exemplares de morfologia semelhante estarem presentes em abundante número no conjunto de espólio da Idade do Ferro da Cabeça de Vaiamonte).

O artefacto MNA 12949 aparenta tratar-se de um bloco de fibrolite onde foram esculpidas duas enxós acopladas, não tendo sido destacadas. Apresenta contorno rombóide, perfil bi-convexo, secção bi-trapezoidal (dois trapézios opostos unidos pela face mais curta) e gumes convexos. As suas dimensões são: 10,8 cm de comprimento, 4,8 cm de largura e 4 cm de espessura. Não se conhecem paralelos directos para tal exemplar, sendo de referir, no caso de artefactos acoplados, as contas de colar de Penedos de São Miguel (informação pessoal de V. S. Gonçalves) e as pontas de seta da anta do Monte das Pedras (Ferreira, 1970).

Os exemplares provenientes da Serra das Penas correspondem a um polidor e a um artefacto lítico de significado desconhecido. O polidor, em granito, apresenta forma rectangular e secção sub-rectangular – sendo as suas dimensões 7,7 cm de comprimento para 5,8 cm de largura e para 3,5 cm de espessura. Apresenta sulco transversal localizado sensivelmente a meio da peça (Anexo 3, fig. 23). A presença deste tipo de artefactos em contexto funerário não é estranha, sendo de referir, entre outros, o exemplar da anta do Penedos de São Miguel (informação pessoal de Victor S. Gonçalves) ou os exemplares decorados (incluídos na categoria de *ídolos*) de La Pijotilla (Hurtado, 1981). No entanto, a curiosa decoração que alguns exemplares apresentam permitem levantar algumas questões a respeito da sua interpretação, como se verá adiante.

O artefacto de significado desconhecido corresponde a uma peça lítica polida de rocha carbonatada. Apresenta forma ovóide alongada, sendo o verso aplanado e tendo um sulco

transversal em todo o seu perímetro. Mede 20,5 cm de comprimento para uma largura de 8 cm e uma espessura de cerca de 5,6 cm. Não se identificaram paralelos para esta peça, sendo desconhecida a sua função/significado. No entanto, a presença do sulco perimetral sugere que poderia estar/ser usada suspensa num qualquer elemento de tipologia desconhecida.

4.5.8. Espólio osteológico.

Recolhidos em Torre do Ervedal 3, encontram-se nas reservas da Fundação Paes Teles vários elementos osteológicos. Tratam-se de uma falange mesial de pé, quatro falanges mesiais de mão, um fragmento de clavícula e um fragmento de mandíbula (porção direita). Registam-se, ainda, alguns fragmentos muito deteriorados de ossos longos provenientes de um dos monumentos de São Martinho, pertencentes ao acervo do Museu Nacional de Arqueologia. Dado o seu estado de conservação (e por ainda se encontrarem envolvidos por sedimentos «protectores») não foi possível realizar uma análise precisa destes elementos.

5. MEGALITISMO NÃO-FUNERÁRIO: UMA ESTRANHA ESCASSEZ.

«Salve, falo sagrado
Erecto na planura
Ajoelhada!
Quente e alada
Tesura
De granito
Que, da terra empenhada
Empenhas o infinito.»

Miguel Torga, *Diário XIV*.

5.1. Megalitismo não-funerário na área da Ribeira Grande.

Um dos pontos a realçar no estudo das comunidades megalíticas da área da Ribeira Grande é, precisamente, a fraca expressão de monumentos megalíticos não-funerários registados. Este facto parece contrapor-se às realidades registadas em áreas mais setentrionais (cf. Oliveira e Oliveira, 1999-2000), e sobretudo, ao que se conhece actualmente para o Alentejo abaixo da Serra d'Ossa (cf. Calado, 2006). Com efeito, as áreas envolventes das principais necrópoles megalíticas foram alvo de prospecção intensiva, tendo sido objecto de especial atenção os ajuntamentos de grandes blocos provenientes da limpeza dos campos – tendo-se identificado um único elemento integrável nesta categoria.

Dentro da mesma unidade regional, contudo já fora do âmbito específico deste trabalho, pode ser referido o menir da Carrilha (Monforte). Localiza-se, embora possivelmente já desviado da sua posição original (segundo o que é referido em Boaventura, 2002) dentro da esfera de influência do povoado calcolítico do Pombal – tratando-se de um pequeno monólito granítico, com cerca de 1,65 m de altura visível acima do nível do solo.

O «menir» dos Sete (Monforte), tratando-se de um afloramento granítico natural e apesar da sua susceptível forma, não apresenta claros indícios de litolatria pré-histórica – como acontece, por exemplo, com o «menir» de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz), há alguns anos «circuncizado» e recentemente restaurado... A recolha de cerâmicas pré-históricas (aparentemente enquadráveis no Neolítico antigo, segundo a base de dados *Endovélico*) na envolvente imediata do «menir» dos Sete permitem apenas inferir uma ocupação do espaço, e não uma clara associação entre as antigas comunidades camponesas e este «monumento» natural.

5.2. Estela-menir da Lameira.

Identificada no decurso dos trabalhos de campo realizados no âmbito do presente estudo, a estela-menir da Herdade da Lameira (designada como Lameira 6) encontra-se incluída no espaço da necrópole megalítica da mesma herdade – entre as antas 1 e 3, a cerca de 60 m da primeira e 200 m da segunda (Anexo 1, fig. 22).

No entanto, a sua localização actual (junto à vedação que limita o caminho vicinal que conduz da estrada nacional ao monte e próximo a morouço de grandes blocos graníticos) poderá indicar deslocamento da sua posição original.

Trata-se de um monólito granítico, sumariamente afeiçãoado. O topo apresenta-se igualmente afeiçãoado, com uma série de depressões sensivelmente circulares que poderão tratar-se de «cavinhas» (embora o notável desgaste não o permita afirmar com certezas). Encontra-se, em princípio, aplanado na face – actualmente voltada para o solo, não sendo possível inferir a presença/ausência de gravuras. No verso (superfície voltada a Noroeste), registam-se um conjunto de «cavinhas» (três certas e uma incerta) com cerca de 4 cm de diâmetro. Apresenta secção semi-triangular, com uma altura de cerca de 2,40 m, para uma largura de 0,70 m na base e de 0,75 m no topo (Anexo 2, fig. 10). Encontra-se tombado, orientado no sentido SSE/NNW – topo e base, respectivamente.

5.3. Alguns casos «suspeitos».

Com efeito, a estela-menir da Lameira constitui o único elemento claramente enquadrável no universo do megalitismo não-funerário identificado na área em estudo. De referir, contudo, que certos elementos arquitectónicos de alguns monumentos ortostáticos (Cágados, Pedro Tourez 1) apresentam uma certa tendência «menírica» (Anexo 2, fig. 10). No entanto, a sua inclusão no conjunto arquitectónico do monumento (na área de transição Corredor/Câmara) e a sua pequena dimensão não os permitem incluir na categoria do megalitismo não-funerário propriamente dito ou de monumentos megalíticos não-funerários reutilizados. Tratam-se, neste sentido, de pilaretes de reforço, de apoio da laje de «fecho em cutelo» ou de apoio a uma qualquer estrutura de fecho de tipologia desconhecida.

Outro caso curioso encontra-se, igualmente, aparentemente associado a um monumento ortostático. Junto à anta de Pessilgais 2, tombado a Norte, encontra-se um bloco granítico alongado (designado como Pessilgais 2b), de secção semi-quadrangular, com cerca de 3 m de altura para 0,70 m de largura, que poderá corresponder a um menir (Anexo 2, fig. 10). Não é claro se se trata de um monumento deslocado ou se de um reaproveitamento na construção do monumento ortostático. A sua forma tosca, contudo, levanta sérias questões quanto à sua interpretação.

6. OUTROS ESPAÇOS «SAGRADOS»: ARTE RUPESTRE E ROCHAS COM «COVINHAS».

«Tão sagradas são as pedras em que me sento e repouso, como aquelas que ergo para acolher o meu corpo e o meu espírito. Porque eu estou em tudo e tudo está em mim.»

Anónimo, *Luzes e Sombras na Terra dos Sítios*, séc. XXI.

6.1. «Arte rupestre» na área da Ribeira Grande.

Dentro do contexto daquilo que se pode designar genericamente como arte rupestre, são registadas na área em estudo apenas manifestação do género denominado comumente como rochas com «covinhas» (embora outras manifestações se encontrem associadas, possivelmente já distantes cronologicamente). No entanto e num sentido geral, não se trata de uma área onde se desconhecem manifestações artísticas neolíticas e calcolíticas. Não nos esqueçamos da proximidade regional da arte do Vale do Tejo (e, de certa maneira e em igual modo, da arte do Guadiana), para não falar já dos abrigos pintados de Arronches.

As rochas com «covinhas» são, contudo, a expressão «artística» com maior representação na unidade regional em que o presente estudo se inclui – com variedades a nível da dimensão dos conjuntos, surgindo isolados ou formando complexos de vários elementos.

Não poderá deixar de ser referido, ainda e por se localizar em área limítrofe, o «santuário» pré-histórico do Reguengo (Alter do Chão), onde por entre o conjunto omnipresente das «covinhas» se encontram gravadas representações solares e lunares (Oliveira, 2006). Este género de gravuras não foi, contudo e até ao momento, identificado na área em estudo.

6.2. Os casos em análise.

As referências a rochas com «covinhas» na área em estudo contabilizam-se por cerca de 14 elementos (não se contabilizando aqui os elementos localizados em espaços de habitat), usando como suporte afloramentos graníticos de dimensão variável e painéis de xisto naturalmente aplanados. A análise da sua dispersão permite inferir a sua associação espacial tanto a monumentos megalíticos como a espaços de habitat – não sendo, contudo, claramente inteligível a sincronia cronológica entre qualquer um destes elementos. A presença deste tipo de insculpturas em componentes arquitectónicos de monumentos megalíticos, assim como em afloramentos expostos em áreas de habitat, poderá sugerir a sua contemporaneidade – embora a questão seja, naturalmente, objecto de discussão (como se verá adiante).

Torre do Ervedal 11 (referido na base de dados *Endovélico* como Torre do Ervedal 7, referência que corresponde a um monumento megalítico registado nos anos 40 do século passado por G. e V. Leisner) encontra-se relativamente próximo da anta de Torre do Ervedal 1 (cerca de 200 m), junto à margem actual da Ribeira Grande (Anexo 1, fig. 20). Trata-se de um afloramento granítico apresentando um conjunto pouco extenso de «covichas». Não apresenta grande destaque na paisagem, encontrando-se incluído no espaço da necrópole megalítica da Torre do Ervedal (relacionado concretamente com o núcleo Sul, no seu extremo ocidental).

Monte da Horta 1 corresponde a um afloramento granítico de feição arredondada, de médias dimensões, com cerca de 2,50x2 m, junto a um curso de água subsidiário da Ribeira da Fonte (por sua vez, subsidiária da Ribeira Grande). O topo apresenta dois patamares sensivelmente planos, encontrando-se um conjunto de 23 «covichas» no patamar mais elevado e sete «covichas» no patamar mais baixo. A dimensão destas insculpturas varia entre 3 cm e 6 cm de diâmetro (Anexo 1, fig. 20).

São Domingos 2 trata-se do elemento mais impressionante do conjunto de rochas com «covichas» na área da Ribeira Grande. Identificado no decurso do presente estudo, trata-se de um painel de xisto aplanado, disposto em pendor inclinado (cerca de 35°), localizado no fundo de uma encosta, junto ao leito da Ribeira de Sarrazola (a cerca de 10 m do seu curso actual). Com cerca de 5m², apresenta insculpturas cerca de duas centenas e meia de «covichas» de diâmetros diversos (variando entre 3 e 10 cm), muitas delas aparentemente alinhadas com as fissuras naturais do xisto, disposta perpendicularmente em relação ao eixo longitudinal do painel (Anexo 1, fig. 18; Anexo 2, fig. 11).

Pedra da Malha 2 localiza-se no topo de uma elevação sobranceira à Ribeira Grande, na área de uma curva deste curso de água. Trata-se de um afloramento granítico, de dimensões moderadas, apresentado cerca de 16 «covichas» de pequeno diâmetro (média de 3 cm) insculpturas no seu topo. A relação com o habitat de Pedra da Malha 3, do qual dista cerca de 180 m, poderá ser sugerida (Anexo 1, fig. 36).

Pessilgais 4 (assim designado no âmbito do presente estudo) localiza-se a cerca de 30 m da anta de Pessilgais 3 (Anexo 1, fig. 21). Trata-se de um pequeno afloramento granítico, praticamente ao nível do solo actual, apresentando duas «covichas» no seu topo. Pela proximidade, sugere-se a relação com o monumento acima referido – onde, com efeito e segundo R. Boaventura (2001, p. 102), se encontra um esteio com uma «covicha» insculpturada.

Arneiros 3 trata-se de um conjunto de afloramentos graníticos, localizados entre a anta de Arneiros 2 e a Ribeira do Pau (a 40 e 60 m de distância respectivamente). Alguns destes afloramentos apresentam-se dispostos formando painéis horizontais, sendo que apenas três deles apresentam «covichas» insculpturas – dispostas em conjuntos que variam entre 6 e 35

«covichas», com um diâmetro médio de 4 cm. Mais uma vez, a relação com monumentos megalíticos é óbvia (Anexo 1, fig. 21).

Pedra do Fradinho 2 surge numa área marcada pela presença de imponentes afloramentos graníticos, alguns deles configurando abrigos – não tendo nenhum deles, contudo e até ao momento, revelado vestígios de ocupação pré-histórica (Anexo 1, fig. 24). Apesar das abundantes formações morfológicamente semelhantes presentes na área, apenas se identificaram insculpturas neste elemento. Trata-se de um grande afloramento granítico destacado na paisagem (devido às suas dimensões e ao facto de se encontrar isolado em relação às restantes formações geológicas semelhantes, numa paisagem de relevos suaves), de feição grosseiramente zoomórfica, em cujo topo se observam um conjunto de depressões circulares. A forte erosão registada não permite, todavia, distinguir claramente as que são de origem natural daquelas que se tratam efectivamente de «covichas». (compondo um conjunto com cerca de 30 elementos).

Junto à Ribeira de São Saturnino, e a cerca de 120 m do sítio de Picanços 1 (possivelmente relacionado com o espaço de habitat Picanços 2), localiza-se Picanços 5 (Anexo 1, fig. 24). Trata-se de um afloramento granítico onde se registam apenas duas «covichas», tendo uma delas, contudo, cerca de 15 cm de diâmetro.

Herdade Grande 16 trata-se de um elemento não localizado (Anexo 1, fig. 24). Segundo a base de dados *Endovélivo*, é descrito como um «monólito granítico com fossetes, que se encontra junto a uma árvore num moroiço de pedras». Tal descrição permite supor que não se trataria de um grande afloramento (como os registados na área), assim como a possibilidade de não se encontrar no seu local de origem (visto ter sido encontrado incluído num moroiço).

Vale Redondo 1 corresponde a uma crista xistosa, orientada no sentido NW/SE, com cerca de 18 m de comprimento, no leito de um curso de água subsidiário da Ribeira de Sousel (Anexo 1, fig. 38). Foram identificados dois conjuntos de «covichas». O primeiro conjunto, localizado sensivelmente a meio da crista, num patamar sub-elevado com cerca de 0,70x1,10 m, é composto por cerca de 36 «covichas». O segundo conjunto, localizado no topo aplanado da crista, no extremo NW, é composto por cerca de 50 «covichas». A par destes dois conjuntos, identificou-se a ocorrência de algumas «covichas» isoladas.

Vale Redondo 2 caracteriza-se como um afloramento de xisto com cerca de 8 m de comprimento, localizado no topo de um pequeno cabeço entre dois cursos de água subsidiários da Ribeira de Sousel (Anexo 1, fig. 38). Foi identificado um conjunto pouco extenso de «covichas», dispersas por toda a superfície deste afloramento.

São João 2 localiza-se na encosta NW do cabeço onde se encontra o povoado de São João 1 (Anexo 1, fig. 38). Trata-se de um afloramento de xisto no leito de um curso de água subsidiário da Ribeira de Sousel, em cujo topo aplanado se identificaram quatro «covichas».

Falcatos 1 trata-se de uma crista de xisto orientada no sentido NW/SE, junto à Ribeira de Ana Loura (Anexo 1, fig. 39; Anexo 2, fig. 12). É composto, pela fragmentação natural do xisto, por quatro painéis verticais, em cuja face voltada para a Ribeira se encontram insculturado conjuntos de «covichas» (somente nos painéis centrais). O primeiro conjunto é composto por dois sub-conjuntos separados, com cinco «covichas» cada. O segundo conjunto, mais extenso, é composto por cerca de 70 «covichas». A forte presença de líquenes nas faces destes painéis impede a identificação de outros elementos – podendo vir a ser identificados após limpeza.

Falcatos 2, localizado a cerca de 50 m de Falcatos 1, corresponde a um conjunto de afloramentos de xisto, no topo de um dos quais se identificaram três «covichas» (Anexo 1, fig. 39). A forte erosão registada poderá ter eliminado outros elementos semelhantes.

O caso de Pegadas do Diabo levanta algumas questões pertinentes à definição cronológica das insculturas do tipo «covichas». Trata-se de um conjunto de três painéis oblíquos, junto à Ribeira de Ana Loura (Anexo 1, fig. 39), onde se encontram insculturados tanto «covichas» como motivos podomorfos. Iconograficamente, o último motivo será já referente a épocas mais tardias, nomeadamente da Idade do Bronze – o que a proximidade ao povoado aparentemente fortificado do Castelo do Gusmão (localizado no topo do cabeço em cujo sopé se encontram os painéis gravados) parece confirmar. Um dos painéis apresenta exclusivamente motivos podomorfos (cerca de 80 elementos). Os restantes apresentam tanto podomorfos como «covichas» associadas. Estas «covichas» diferem, contudo, daquelas registadas no sítio próximo de Falcatos 1 (sendo mais largas e menos profundas). A questão principal é, pois, se ambos motivos são contemporâneos ou se manifestações cronologicamente diacrónicas. Como se verá adiante, a presença de «covichas» em monumentos e sítios de épocas posteriores ao Neolítico e Calcolítico não é inédita, debatendo-se aí tal problemática.

Regista-se ainda a ocorrência de afloramentos com «covichas» incluídos em espaços de habitat, como São João 1 e Cavaleiros 8.

No primeiro caso, foram identificados três painéis (designados como Rocha 1, 2 e 3) no topo do cabeço onde se instala o povoado. A Rocha 1 corresponde a um afloramento de xisto com cerca de 2 m de comprimento, onde se encontram insculturadas dois conjuntos de «covichas» (com 11 e seis «covichas»). A Rocha 2, localizada a cerca de 8 m S da Rocha 1, corresponde a um afloramento de xisto com cerca de 3 m de comprimento, fragmentado em vários patamares – encontrando-se três «covichas» no patamar mais elevado e um conjunto de 12 «covichas» no patamar mais baixo. A Rocha 3, localizada a cerca de 10 m E da Rocha 2, apresenta cerca de 1,50 m de comprimento, encontrando-se um conjunto de oito «covichas» insculturadas a par de uma «covicha» isolada (Anexo 2, figs. 13-14).

Cavaleiros 8 encontra-se no topo de uma pequena elevação, coroada por um grande afloramento granítico associado a blocos de menor dimensão. Nestes, no lado Este e Sul do grande afloramento, foram identificados conjuntos pouco extensos de «covichas» (entre dois e

três elementos, identificados em quatro blocos). O topo deste afloramento encontra-se bastante erodido, pelo que a presença de insculpturas semelhantes não foi comprovada.

A área envolvente do painel de São Domingos 2 e, de certa maneira, toda a extensão do vale imediato da Ribeira de Sarrazola (especificamente, as zonas onde se registam contextos geológicos de xisto) poderá ainda oferecer outros elementos de arte rupestre. Não foi possível, no âmbito particular deste estudo, realizar uma prospeção sistemática com vista à identificação de outras manifestações artísticas ao longo do curso daquela linha de água – estando programados, no entanto, futuros trabalhos de campo com vista a esclarecer tal questão.

Outra área com vasta potencialidade a nível de arte rupestre é a área envolvente da anta de Vale da Lousa. Trata-se, com efeito, de um vale encaixado onde afloram imponentes cristas de xisto (algumas com mais de 2 m de altura). Uma análise superficial desta área não permitiu, até ao momento, identificar manifestações artísticas pré-históricas – relegando-se para outro contexto de estudo uma prospeção mais sistemática da área, orientada precisamente para este objectivo.

7. POVOAMENTO «MEGALÍTICO»: QUE POVOADOS PARA AS NECRÓPOLES MEGALÍTICAS DA ÁREA DA RIBEIRA GRANDE?

«A dificuldade de associação de grupos megalíticos a um povoamento correspondente tem suscitado a clássica dicotomia: invisibilidade dos espaços dos vivos/visibilidade (e monumentalidade) dos espaços dos mortos. A estratégia de exclusão de uma das formas de monumentalização e de exibição espacio-temporal poderá significar que, embora correspondam a diferentes conceptualizações de ocupação do espaço, necrópoles e povoados poderiam ser integráveis numa mesma forma de compreensão da paisagem, em complementaridade interactiva.»

Gonçalves e Sousa, 2000, p. 19.

7.1. Um povoamento disseminado?

Uma das directrizes do presente estudo seria, precisamente, identificar os espaços habitacionais dos construtores e utilizadores das necrópoles megalíticas referenciadas – julgando-se que a análise destas não se poderia imiscuir da análise daqueles. Esperava-se, assim, delimitar crono-culturalmente a ocupação do espaço – relacionando espaços da vida com espaços da morte.

No entanto, uma das principais dificuldades na definição dos povoados das comunidades megalíticas da área da Ribeira Grande é, precisamente, a sua indefinição. Tratam-se, no geral, de sítios com escassa representação artefactual (motivada possivelmente pela uso actual dos solos), com espólio maioritariamente incharacterístico, podendo ser apenas genericamente referenciados como neo-calcolíticos (embora algumas considerações crono-culturais possam ser retiradas do espólio recolhido em alguns poucos povoados).

Dado o volume pouco significativo do espólio identificado e recolhido, este não será (pela óbvia limitação das conclusões subseqüentes) objecto de uma análise exaustiva. Na verdade, a grande maioria dos materiais cerâmicos identificados (sendo os elementos tradicionalmente mais fiáveis a nível crono-cultural) referem-se a fragmentos incharacterísticos, não conservando porções de bordo ou outro qualquer componente distintivo – não sendo, assim, possível a recuperação de formas. Reserva-se para outro âmbito a clarificação de todas as questões levantadas – nomeadamente a nível de uma melhor definição crono-cultural destes espaços de habitat (se possível, com recurso a escavação).

As evidências de espaços habitacionais das antigas comunidades camponesas da área da Ribeira Grande, directa ou indirectamente relacionados com as necrópoles megalíticas reconhecidas, são difíceis de considerar mesmo de um ponto de vista meramente teórico. Contudo, uma relação espacial pode ser evidenciada, encontrando-se pelo menos aqui uma

base de trabalho. Fortemente especulativa, é certo, mas a única disponível no estado actual dos conhecimentos, não se dispondo de dados provenientes de trabalhos de escavação. Com efeito, os vestígios de habitat até hoje registados são escassos e inconclusivos, parecendo revelar um modelo específico de ocupação do espaço, pouco visível na paisagem e artefactualmente pobre, que não parece concordar com a existência de grandes monumentos megalíticos na sua envolvência imediata.

No âmbito do presente trabalho, foram considerados especialmente os habitats relacionados (pelo menos, espacialmente) com as necrópoles megalíticas identificadas – embora outros, pelas suas características específicas e apesar de não se encontrarem aparentemente relacionados com qualquer necrópole ou monumento megalítico, sejam objecto de especial atenção. Contudo, todos os vestígios de povoamento, incluindo ocorrências de achados isolados (exceptuando-se os percutores, pelas razões descritas acima), foram cartografados. Estão, assim, referenciados 46 possíveis espaços de habitat na área em estudo, a par de 11 ocorrências de achados isolados.

Directa e espacialmente relacionados com necrópoles ou monumentos megalíticos surgem: Provença 1, Tapada, Ladeira e Areias 1 relacionados com a necrópole de Torre do Ervedal; Reboredo de Baixo e os achados isolados de Meoleiro e Vale de Carros relacionados com a necrópole da Ladeira; Lameira 7 relacionado com a necrópole da Lameira; Alter do Chão, Couto da Madalena 4, São Pedro 3 e os achados isolados de Casaca e Serra dos Tojos relacionados com a necrópole de Alter Pedroso; Tapada do Vaz relacionado com o monumento da Tapada Alta; Domingos Pires 1 e Poço do Escudeiro relacionados com a necrópole de Pessilgais; Arneiros 4 e 6 relacionados com a necrópole de Arneiros; Penedo Gordo, Picanços 1, Cavaleiros 3, 7, 8 e 9 relacionados com a necrópole da Herdade Grande; Braga relacionado com o monumento de Horta das Antas; Monte das Oliveiras 2 e o achado isolado de Mariano relacionados com necrópole de Vale de Maceiras. Refira-se, mais uma vez, que esta relação se baseia apenas na proximidade espacial, não se dispondo de dados que possam comprovar impreterivelmente a sua sincronia cronológica.

Sem relação directa com necrópoles ou monumentos megalíticos, e muito embora seja possível registar a sua presença dentro da área teórica de exploração de recursos destes povoados, surgem Santa Lúzia, Zambujeira 2 e 3, Banamar, Maria Rosa, Ladrões 3, Pedra da Malha 3, Monte do Outeiro, Revenduda 1, São João 1, Moinho de Vento, Cerejeira, Monte das Pedras, Vale de Paredes Novo 3, Madalena e Castelo de Gusmão.

Nota-se, assim, um povoamento disseminado do território (tanto na sua totalidade como em áreas de ocupação preferencial), mas com concentrações óbvias na área de algumas importantes necrópoles megalíticas – conformando uma ocupação modelar do espaço, condicionada pelo geo-morfologia do mesmo e pelas diversas matizes geológicas. Tratam-se, genericamente, de pequenos sítios – hipótese sugerida pela dispersão de espólio arqueológico,

nunca excedendo os 200 m² (exceptuando o conjunto de Arneiros 4 e 6, com uma dispersão de espólio arqueológico superior a 500 m²).

Com efeito, as comunidades megalíticas da área em estudo parecem revelar um modelo de povoamento disperso pelo território, sem a concentração em torno a um ou mais grandes povoados. Curiosamente (ou não), a maior incidência destes sítios reconhece-se nas áreas próximas às necrópoles megalíticas, surgindo preferencialmente nas áreas com aptidões agrícolas favoráveis. E mesmo aqueles que podem parecer distantes de agrupamentos megalíticos ou monumentos isolados poderão não o ser. Assim, Monte do Outeiro surge próximo ao local onde se encontraria a anta de Monte Branco do Mato e Porto de Melões 2 e 3 surgem próximos (pensa-se) da anta de Porto de Melões (existência referida apenas por informação oral, não localizada). Monte das Pedras e Braga surgem a meio caminho entre as necrópoles megalíticas da Herdade Grande e Vale de Maceiras, podendo ser relacionados com qualquer um destes conjuntos. Vale da Charca surge também relativamente próximo da anta de Aroeirais, assim como Moinho de Vento e Boavista não distam grandemente do monumento de Sousel.

Casos interessantes, de um ponto de vista analítico, representam os sítios identificados em torno às necrópoles megalíticas da Herdade Grande, Pessilgais/Arneiros e Vale de Maceiras (nestes últimos casos, excessivamente próximos a monumentos megalíticos), e os sítios calcolíticos identificados na zona Sul da área de estudo – permitindo já outro tipo de observações, sendo à frente apresentadas.

7.2. Estratégias de implantação.

Em relação às estratégias de implantação (a nível de topografia, geologia e capacidade de uso dos solos), os povoados reconhecidos na área em estudo obedecem a condicionantes distintas – seguindo modelos e padrões variados, que poderão ser indicadores de diferenças cronológicas entre os diversos espaços.

A nível de implantação topográfica (Anexo 4, gráfico 14), foram referenciados sítios localizados em plataforma a meia-encosta (14 registos), sobre rechã (dois registos), em esporão (um registo), no topo de elevação suave (11 registos, dos quais três se encontram instalados no topo de elevação suave entre afloramentos graníticos) e no topo de outeiro elevado (16 registos, um dos quais instalado no topo de outeiro muito elevado). Contam-se ainda três sítios referenciados que, pela sua não localização, não foi possível estabelecer a sua implantação topográfica específica.

Procedendo a uma análise material aprofundada, embora fortemente especulativa dado o óbvio carácter inconclusivo dos dados recolhidos, várias observações curiosas podem ser obtidas.

Os povoados atribuídos provavelmente ao Neolítico encontram-se, assim, implantados em área aberta ou sobre elevações suaves sem grande defensibilidade (embora o contexto paisagístico em que se incluem lhes permita desfrutar de um excelente domínio visual sobre o mesmo). Encontram-se, por vezes, rodeados por afloramentos graníticos – como São Martinho 8, Penedo Gordo e Pedra da Malha 3, sendo de referir nestes dois últimos casos a presença de estruturas compostas por blocos pétreos «fechando» o espaço entre afloramentos. Parece-me correcto, no contexto geral da área em estudo, utilizar para estes sítios a designação de «povoados megalíticos abertos», usada por M. Calado (2001) para designar os pequenos sítios neolíticos instalados junto ou na área de necrópoles megalíticas, por vezes em áreas rodeadas por grandes afloramentos graníticos, aproveitando os abrigos formados por estes.

Por sua vez, os povoados possivelmente atribuídos ao Calcolítico encontram-se no topo de cabeços elevados (encontrando-se em Cabeça de Vaiamonte o paradigma dos povoados de altura) – dominando áreas com solos não muito apropriados a práticas agrícolas primitivas (notando-se uma predominância de solos de tipo A, excessivamente pesados), mas ideais para o estacionamento de gados (extensas áreas de várzea de cursos de água importantes).

Soluções de carácter defensivo (identificadas por alterações micro-topográficas no terreno) podem ser apontadas para os povoados de Tapada do Vaz e Castelo do Gusmão, embora neste último, registando-se uma forte ocupação atribuível à Idade do Bronze, o sistema defensivo possa ser relativo a esta etapa cronológica (o que a ausência de vestígios idênticos no vizinho povoado calcolítico da Madalena poderá confirmar).

No geral, qualquer um dos sítios analisados dispõem de excelentes condições de visibilidade sobre a área envolvente – se não total, pelo menos sectorial. Mesmo aqueles localizados em plataforma a meia-encosta ou no topo de elevações suaves sem grande destaque na paisagem, encontram-se incluídos em áreas abertas de relevos pouco marcados – sendo possível assim controlar todo o espaço envolvente. Em relação à inter-visibilidade entre os diversos povoados, por se ter reconhecido um sistema de povoamento disseminado, esta não é tão evidente – registando-se principalmente no agrupamento de sítios na área da necrópole megalítica da Herdade Grande, existindo contacto visual entre os sítios de Cavaleiros 7 a 9 e Picanços 1 e 2.

Em relação ao contexto geológico (Anexo 4, gráfico 15), os povoados encontram-se instalados em áreas de granitos porfiróides (15 sítios, dois dos quais se encontram na transição para os arenitos e cascalheiras e um na transição para os xistos câmbricos), basitos (cinco sítios, um dos quais na transição para os xistos silúricos), xistos silúricos (16 sítios), xistos câmbricos (cinco sítios) e arenitos e cascalheiras (seis sítios, dois dos quais na transição para os xistos silúricos).

Refira-se a curiosa incidência de sítios calcolíticos (como São João 1, Madalena, Zambujeira 2 e 3) em contextos geológicos mais áridos, com relevos muito marcados e

superfícies muito dissecadas – estando os sítios neolíticos instalados preferencialmente nas áreas graníticas, com relevos mais suaves e paisagens levemente onduladas relativamente bem drenadas (coincidindo com o vale imediato da Ribeira Grande).

Pela capacidade de uso dos solos, registam-se sítios instalados em qualquer um dos tipos de solo registados (Anexo 4, gráfico 16) – sendo que quatro sítios se instalam em área de solos de tipo A, sete sítios em área de solos de tipo B, cinco sítios em área de solos de tipo C, oito sítios em área de solos de tipo D e 23 sítios em área de solos de tipo E.

Tratando-se apenas da localização específicas dos povoados, e registando-se a presença de manchas de outros tipos de solos nas supostas áreas de exploração de recursos (com mais aptidão agrícola que aqueles em que se encontram efectivamente instalados), tal leitura deve ser cautelosa. O grande número de sítios instalado sobre solos de tipo E (com escassa aptidão agrícola) não será assim tão relevante se pensarmos que a escassas centenas de metros se encontram manchas de solos de tipo B e C (com elevada e média aptidão agrícola).

7.3. Cultura material: as observações possíveis.

Como dito, o espólio recolhido nos sítios referenciados como espaços de habitat não permite traçar grandes conclusões a respeito da sua cronologia fina – tratando-se maioritariamente de elementos incaracterísticos de recipientes cerâmicos ou de instrumental lítico atípico.

No âmbito deste trabalho, procedeu-se a uma recolha selectiva do espólio identificado, recolhendo-se apenas elementos caracterizadores – nomeadamente, fragmentos cerâmicos que permitissem reconstituição de forma, artefactos de pedras lascada com retoque ou outros elementos de interesse analítico.

7.3.1. Recipientes cerâmicos.

Registos de ocorrência de fragmentos cerâmicos são praticamente omnipresentes nos espaços de habitat da área em estudo. Contudo, a grande maioria refere-se a fragmentos incaracterísticos de cronologia pré-histórica – tendo apenas sido possível a reconstituição de formas nos exemplares recolhidos nos sítios de São Martinho 8, Lameira 7, São João 1, Zambujeira 2 e 3, Madalena, Penedo Gordo, Picanços 1, Pedra da Malha 3, Braga, Arneiros 4, Couto da Madalena 4, Monte das Pedras, Monte do Outeiro e Cabeça de Vaiamonte (tendo sido usados como referências os catálogos tipológicos apresentados em Gonçalves, 1989).

Como formas abertas, identificaram-se taças em calote, taças rasas, taças de paredes espessas e bordo não espessado, taças de paredes espessas e bordo espessado internamente, pratos de bordo espessado externamente, pratos de bordo espessado

internamente, pratos de bordo espessado interna e externamente, taças carenadas de bordo espessado externamente. Dentro das formas fechadas, foram registados exemplares de esféricos simples, esféricos de bordo exvertido, esféricos de colo estrangulado, potes de bordo espessado, potes de bordo não espessado, taças em calote, taças carenadas.

As taças em calote abertas foram registadas nos povoados de São João 1, Pedra da Malha 3, Couto da Madalena 4 e Monte das Oliveiras 2, registando dimensões que oscilam entre 13 cm e 17 cm de diâmetro externo.

As taças de paredes espessas registam-se somente em São João 1, variando entre os tipos de bordo não espessado e de bordo espessado internamente. Tratam-se, no geral, de grandes recipientes, com diâmetros externos superiores a 25 cm.

Os pratos, presentes em São João 1, Madalena, Zambujeira 2 e 3, Braga e Cabeça de Vaiamonte, variam entre exemplares de bordo espessado externamente, exemplares de bordo espessado internamente e exemplares de bordo espessado interna e externamente – oscilando os exemplares recolhidos entre 28 cm e 36 cm de diâmetro externo. O índice de profundidade de alguns exemplares (segundo os critérios apresentados em Soares e Silva, 1975) poderá levar a considerá-los como taças. No entanto, tratando-se de recipientes incompletos, e sendo o índice de profundidade estabelecido com base em valores supostos, foram considerados genericamente como pratos. Facto curioso regista-se num dos exemplares de São João, em que a fractura do lábio permite observar que o espessamento do bordo se obteve por aplicação de cordão sobre o lábio após moldagem do vaso, e não por repuxamento da pasta ainda fresca.

Um único exemplar se pode enquadrar na categoria das taças carenadas de bordo espessado, referindo-se a um recipiente recolhido em São João 1. Apresentando 29 cm de diâmetro externo, de bordo espessado externamente, não corresponde aos arquétipos típicos das taças carenadas do Neolítico final alentejano, enquadrando-se antes no mesmo grupo tipológico dos pratos e taças de bordo espessado calcólíticos.

A forma esferoidal é a mais representada no conjunto dos povoados estudados, estando presentes os tipos de esférico simples (Lameira 7, São João 1, Pedra da Malha, Penedo Gordo, Picanços, Braga e Arneiros 4, com diâmetros externos oscilando entre 10 cm e 22 cm), esférico de colo estrangulado (São João 1, Pedra da Malha 3, Monte das Pedras, com diâmetros externos oscilando entre 10 cm e 21 cm) e esféricos de bordo exvertido (Tapada do Vaz e Madalena, com diâmetros externos oscilando entre 12 cm e 16,8 cm). Dentro do mesmo conjunto se poderão incluir igualmente os potes de bordo espessado, presentes em Zambujeira 2 e Picanços 1, com diâmetros externos oscilando entre 15 cm e 21,5 cm.

Os potes de bordo espessado encontram-se representados em São João 1, Madalena e Braga (com diâmetros externos oscilando entre 23 cm e 28,4 cm). Aqui se poderá incluir

igualmente o exemplar recolhido junto ao monumento da Tapada Alta que, pelas suas características específicas, poderá provir do contíguo povoado da Tapada do Vaz.

Taças em calote fechadas foram identificadas em São Martinho 8, tratando-se de um exemplar com cerca de 17 cm de diâmetro externo.

Exemplares de taças carenadas foram identificados em Penedo Gordo e Pedra da Malha 3, correspondendo a exemplares conservando apenas a carena (variando o diâmetro externo destas entre 18,6 cm e 26 cm).

Recipientes decorados foram identificados em São Martinho 8, São João 1, Cabeça de Vaiamonte, Picanços 1 e Couto da Madalena 4. Do primeiro povoado provém um pequeno fragmento incaracterístico com decoração incisa, composta por dois sulcos horizontais paralelos localizados em parte incerta do recipiente. O exemplar recolhido em São João 1 corresponde um fragmento de bojo com decoração impressa, obtida pela aplicação de matriz denteada (pente). Da Cabeça de Vaiamonte provem um fragmento cerâmico decorado com incisões preenchidas com «pasta branca» (Fabião, 1996, p. 40), não tendo sido possível a sua análise. Decoração plástica regista-se em exemplares provenientes de Picanços 1 e Couto da Madalena 4, correspondendo respectivamente a um esférico com aplicação de mamilo abaixo da linha do bordo e a um fragmento de taça em calote aberta com aplicação de mamilo abaixo da linha do bordo.

Recipientes com elementos de preensão/suspensão foram recolhidos em Penedo Gordo, Pedra da Malha 3 e Cavaleiros 3. Do primeiro sítio provém um fragmento de recipiente cerâmico com pega alongada horizontal, característica de conjuntos atribuíveis ao Neolítico final (nomeadamente, em recipientes esferoidais). Em Pedra da Malha 3 foi recolhido um fragmento de recipiente cerâmico com elemento de suspensão com perfuração vertical, que poderá ser coeva com os fragmentos de taças carenadas ali registados. De Cavaleiros 7 é proveniente um pequeno fragmento com arranque de asa, não sendo possível, pelas seu grau de fragmentação, realizar qualquer leitura morfológica.

Com efeito, tratam-se maioritariamente de formas de fundo comum (taças em calote e esferoidais), tendo-se apenas registado especificidades crono-culturais nos povoados de Pedra da Malha 3 e Penedo Gordo (pela presença de taças carenadas), Couto da Madalena 4 (pela presença de taças em calote mamiladas), São João 1, Zambujeira 2 e 3, Braga e Cabeça de Vaiamonte (pela presença de pratos de bordo espessado e taças de paredes espessas) – apontando assim para ocupações atribuíveis ao Neolítico final nos dois primeiros casos e ao Calcolítico nos restantes. O pequeno fragmento com decoração incisa recolhido em São Martinho 8 poderá indicar uma ocupação relativa ao Neolítico antigo, o que está longe de se afirmar com certezas.

Por dificuldades logísticas, não foi possível ter acesso ao espólio cerâmico recolhido no centro urbano de Alter do Chão – embora, pela presença de pesos de tear e grandes lâminas retocadas (apresentados abaixo), a sua cronologia calcolítica seja comprovável.

Da mesma maneira, por impedimentos informáticos, não foi possível analisar a totalidade do espólio proveniente da Cabeça de Vaiamonte e pertencente ao acervo do Museu Nacional de Arqueologia – tendo-se recorrido como referência ao espólio apresentado em Boaventura, 2001.

De referir ainda um conjunto de fragmentos de recipientes cerâmicos (conservando apenas um porção de bordo, correspondendo a uma taça em calote muito aberta), doados por José Correia à Câmara Municipal de Fronteira. A sua proveniência exacta é desconhecida, havendo apenas a informação de terem sido recolhidos no espaço entre o Monte da Talha de Baixo e a Herdade Grande. Neste espaço é conhecido somente o sítio de Penedo Gordo, não sendo certo que daqui provenham.

7.3.2. Artefactos de pedra polida.

Registos de artefactos de pedra polida referem-se aos sítios de Areias 1, Tapada, Banamar, Couto da Madalena 4, Domingos Pires 1, Poço do Escudeiro, Cabeça de Vaiamonte, Vale da Charca, Braga, Cerejeira e Boavista.

De Areias 1 são provenientes quatro elementos, um machado e três enxós – qualquer um dos elementos conseguidos sobre suporte de anfibolito. O machado apresenta secção rectangular, medindo cerca de 10,2 cm de comprimento. As enxós apresentam igualmente secção rectangular, não excedendo os 9 cm de comprimento.

No sítio da Tapada foi recolhido um martelo de anfibolito, de secção sub-rectangular, com cerca de 12 cm de comprimento, apresentando a superfície operativa plana.

Proveniente de Banamar é um machado de anfibolito, de secção rectangular. Apresenta o gume rombo, desgastado por uso intensivo.

No sítio de Couto da Madalena 4 foi recolhido um fragmento proximal de machado de anfibolito, fracturado longitudinalmente, apresentando o corpo totalmente polido.

O exemplar recolhido em Domingos Pires 1 corresponde a uma grande enxó de matéria-prima xistosa, com cerca de 23 cm de comprimento, de secção sub-rectangular.

De Vale da Charca provém um fragmento de machado de anfibolito, apresentando secção circular.

Proveniente de Poço do Escudeiro, regista-se a recolha de um fragmento distal de machado de anfibolito, de secção circular.

São referidos como provenientes da Cabeça de Vaiamonte vários artefactos de pedra polida, nomeadamente sete machados e uma enxó (Fabião, 1996, p. 40). Tal como com os

recipientes cerâmicos daqui provenientes e pelas mesmas razões, não foi possível analisar este conjunto.

Do povoado de Braga foi recolhido um fragmento proximal de enxó de anfibolito fracturada longitudinalmente, apresentando secção rectangular.

De Cerejeira provém um fragmento proximal de machado de anfibolito, de secção sub-quadrangular, de corpo totalmente polido.

No sítio de Boavista foi recolhido um machado de anfibolito, de secção circular e polimento aplicado exclusivamente no gume.

Como se denota, tratam-se maioritariamente de exemplares de secção rectangular ou quadrangular – registando-se exemplares de secção circular apenas nos sítios de Vale da Charca, Poço do Escudeiro e Boavista. Atendendo à atribuição cronológica «tradicional» destes artefactos, baseada nesta característica morfológica, poder-se-ia apontar o povoamento da área em estudo para uma época de plena consolidação das antigas comunidades camponesas (Neolítico final/Calcolítico).

7.3.3. Artefactos de pedra lascada.

No conjunto dos sítios analisados, destaca-se a omnipresença de indústria lítica incaracterística em quartzo, caracterizada genericamente por lascas brutas e restos de talhe. De resto, escassos são os elementos que permitam uma análise conclusiva.

Exemplares de lâminas de sílex foram recolhidos nos sítios de Picanços 1, São Pedro 3, Banamar e Alter do Chão. Os exemplares de Picanços 1 e São Pedro referem-se a exemplares não retocados. De Banamar é proveniente um fragmento de lâmina espessa, retocado no anverso com retoques invasores em ambos bordos – assemelhando-se a uma peça foliácea em fase de preparação. De Alter do Chão são provenientes um fragmento de lâmina não retocada e dois grandes fragmentos proximais de lâminas retocadas em ambos bordos com levantamentos contínuos semi-abruptos.

Lascas retocadas foram recolhidas nos sítios de São Martinho 8 (exemplares de quartzo), Braga (exemplar de quartzo), Porto de Melões 2 (exemplar de quartzo) e Couto da Madalena 4 (exemplares de quartzo e rocha siliciosa). Registam-se igualmente lascas denticuladas nos sítios de São Martinho 8 (denticulado distal de quartzo) e Couto da Madalena 4 (denticulado duplo em quartzito).

Os núcleos encontram-se representados por exemplares prismáticos de lamelas ou pequenas lascas (fragmento de núcleo de lamelas em basalto filoniano alterado de São Martinho 8, núcleos prismáticos em quartzo e rocha siliciosa de Couto da Madalena 4, achado isolado de fragmento de núcleo prismático em quartzo de Casaca). Refira-se igualmente a presença de seixos-núcleo de quartzito em Braga e Reboredo de Baixo.

7.3.4. Artefactos de pedra afeiçoada.

Dentro do conjunto de artefactos de pedra afeiçoada contam-se os elementos de mó (moventes e dormentes), bigornas de talhe e percutores. Obviou-se a análise destes últimos, exceptuando-se elementos que reunissem características de outros elementos de pedra afeiçoada (nomeadamente, bigornas), por se tratarem quase exclusivamente de seixos amorfos de quartzito ou quartzo usados ocasionalmente como percutores.

Os elementos de mó dormentes registados referem-se tanto a exemplares identificados em áreas de habitat como a achados isolados. Estão, assim, referenciados nos sítios de Picanços 2, Monte do Outeiro, Vences, Porto de Melões 2, Vale de Paredes Novo 3, Monte das Pedras, Cavaleiros 8 e Herdade Grande 17 (sítio não localizado); surgem, como achados isolados, em Picanços 3 (possivelmente relacionado com o sítio de Picanços 1, do qual dista cerca de 50 m), Cardoso 2, Vale de Paredes Novo 2, Mariano, Vale de Carros e Meloeiro (ambos relativamente próximos do sítio de Reboredo de Baixo). Tratam-se, genericamente, de elementos em granito – exceptuando-se o exemplar de Cardoso 2, sobre xisto grauváquico.

Elementos claramente interpretados como moventes registam-se apenas nos sítios de São João 1 e Lameira 7. O primeiro refere-se a um exemplar em quartzito de tendência paralelipédica, com a superfície operante totalmente aplanada por abrasão – as restantes superfícies apresentam «polimento» hídrico, indicando que se trata do aproveitamento de um seixo de ribeira. O segundo exemplar corresponde a uma peça de quartzito negro (refira-se que se trata de um bloco, e não de um seixo rolado), apresentando contorno ovóide, com a superfície operante aplanada por abrasão – terá sido igualmente reaproveitado como percutor (como se denota pelas marcas de percussão presentes nos bordos), assim como bigorna de talhe (facto evidenciado pela característica concavidade registada no topo).

Os percutores foram identificados nos sítios de Lameira 7 (para além do movente reutilizado como percutor referido acima), Penedo Gordo, Picanços 1, Vences, Reboredo de Baixo, Ladrões 3, Cavaleiros 7 e 9, Poço do Escudeiro, Monte das Oliveiras 2 e Herdade Grande 17 (não localizado). Como dito acima, por se tratarem quase exclusivamente de seixos amorfos de quartzito ou quartzo usados ocasionalmente como percutores, estes elementos não foram objecto de análise. No entanto merecem referência os exemplares de Lameira 7, Penedo Gordo e Cavaleiros 7 – referindo-se o primeiro a um bloco de anfibolito usado como percutor, o segundo a um percutor discóide sobre seixo de quartzito (apresentando negativos de lascagem que, apesar de poderem ser o resultado do seu uso enquanto instrumento de percussão, poderá sugerir a reutilização de um utensílio sobre seixo talhado) e o terceiro a um percutor sobre seixo rolado de quartzito igualmente usado como bigorna de talhe – conforme se denota pelas marcas existentes em ambas faces.

7.3.5. Pesos de tear.

Dividindo-se entre placas e crescentes, os pesos de tear estão referenciados nos sítios de São João 1, Braga, Cabeça de Vaiamonte e Alter do Chão – permitindo atestar a cronologia calcolítica destes sítios. Para efeitos de análise, e não sendo possível ter acesso aos exemplares provenientes da Cabeça de Vaiamonte (pelas razões acima apresentadas), recorreu-se às descrições apresentadas em Boaventura, 2001.

Do sítio de São João 1 são provenientes dois fragmentos de pesos de tear, correspondendo à morfologia designada por placas de duas perfurações em cada extremidade. Apresentam 4,2 cm e 4,5 cm de largura e 0,8 cm e 0,9 cm de espessura – sendo o comprimento impossível de determinar.

Um único elemento se refere ao sítio de Braga, correspondendo a um fragmento de peso de tear crescente, com uma espessura de cerca de 1,4 cm.

Da Cabeça de Vaiamonte, segundo os dados apresentados em Boaventura, 2001, são provenientes 28 pesos de tear, dividindo-se entre placas (sete exemplares) e crescentes (21 exemplares). A primeira categoria regista exemplares com uma perfuração e com duas perfurações em cada extremidade – oscilando as suas dimensões entre 2,6 cm e 3,6 cm de largura, entre 0,8 cm e 1,7 cm de espessura e 7,2 cm de comprimento (medida referente ao único exemplar inteiro recolhido). Regista-se, igualmente, a presença de um exemplar com decoração incisa.

De Alter do Chão, foi possível analisar três elementos, correspondendo a fragmentos de duas placas de duas perfurações em cada extremidade e de um crescente. Os primeiros apresentam 4 cm e 5 cm de largura e 1,3 cm e 1,8 cm de espessura – sendo o comprimento impossível de determinar. O segundo, correspondendo a um exemplar robusto, apresenta 1,3 cm de espessura.

7.3.6. Outros artefactos e objectos.

Na categoria de outros artefactos e objectos contam-se os artefactos recolhidos no sítio da Ladeira e pertencentes ao acervo museológico da Fundação Paes Teles (o restante espólio proveniente deste sítio não foi objecto de análise, visto estar incluído num projecto de investigação, relegando-se para a respectiva directora a publicação de resultados) – tratam-se de dois artefactos de adorno pessoal e um artefacto de osso polido.

Os primeiros referem-se a um pequeno fragmento de pendente de xisto com perfuração troncocónica; o segundo refere-se a um exemplar de concha de gastrópode perfurada, possivelmente da família das *naticidae* (espécies abundantes na costa portuguesa, provando-se assim relações entre o litoral e o interior). Tais elementos são usualmente característicos de

contextos atribuíveis ao Neolítico antigo – hipótese que está longe de se comprovar, esperando-se a divulgação dos dados obtidos com as intervenções recentes no sítio.

O artefacto de osso polido poderá corresponder a um cabo de instrumento. Refere-se a um pequeno fragmento de tendência tubular, polido nas superfícies e na extremidade não fracturada. Desconhece-se a que tipo de instrumento estaria associado.

Outro elemento integrável na categoria de outros artefactos e objectos refere-se ao fragmento de «ídolo de cornos» recolhido em São João 1. Trata-se de um exemplar em argila, conservando uma das protuberâncias «corniformes» e a parte superior da perfuração central.

Dentro do conjunto dos outros artefactos e objectos, poderão ser igualmente considerados os grandes artefactos de anfibolito polidos, recolhidos na área de Benavila e Avis (sem proveniência especificada). Não se tratam propriamente de machados, hipótese confirmada pela ausência de gume (sugerida apenas no artefacto FAPT/75) e pelo excessivo peso que apresentam (tornando difícil o seu manuseamento), pelo que não foram considerados na categoria dos artefactos de pedra polida. O contexto em que surgem tais artefactos, nomeadamente como achados isolados (cf Heleno, 1933; Gonçalves, 1983-84), não permite a sua inclusão em conjuntos interpretados como espaços habitacionais – contudo, serão aqui apresentados, na medida em que evidenciam vestígios de povoamento.

Tratam-se de artefactos de grande dimensão, oscilando o seu comprimento entre 26,5 cm e 33,5 cm, apresentando corpo rombóide e secção circular. Como já foi referido, tais artefactos não poderão ser considerados instrumentos no sentido estrito do termo, parecendo assim «indubitável o significado sagrado destes artefactos, considerada a absoluta impossibilidade de um uso *prático* específico» (Gonçalves, 1983-84, p. 198).

Refira-se, ainda, a recolha de alguns nódulos de «barro de cabana» nos povoados de São João 1 e Castelo do Gusmão.

7.4. A «questão» campaniforme.

A presença de práticas funerárias atribuíveis à transição do 3º para o 2º milénio a.n.e. na área do Ervedal (e, como dito e sem certezas absolutas, possivelmente referentes a Torre do Ervedal 3), permite inferir a suposta ocupação do espaço nesta etapa cronológica. No entanto, sítios de habitat directamente correlacionáveis com este espaço sepulcral não se encontram – até ao momento – referenciados nas suas envolvências imediatas.

Como dito acima, o recipiente cerâmico incluído neste conjunto não se trata de um recipiente campaniforme no verdadeiro sentido do termo. Com efeito, a altura do colo, assim como o seu característico estrangulamento, permitem enquadrá-lo em catálogos cerâmicos mais característicos daquilo que se designa por Bronze do Sudoeste. No entanto, a sua inclusão num conjunto em que se contam também artefactos como um «braçal de arqueiro» e

pontas tipo Palmela – artefactos relativamente comuns em contextos campaniformes – levam a considerá-lo como pertencente ao mesmo conjunto crono-cultural.

Vestígios de povoamento na área em estudo, atribuíveis a esta etapa cronológica são referenciados, de acordo com a bibliografia, na Cabeça de Vaiamonte. Com efeito, para além dos níveis da Idade do Ferro e romano-republicanos que caracterizam este sítio, foram identificados níveis atribuíveis ao Calcolítico. A referência à recolha de uma ponta tipo Palmela num destes níveis permitiria correlacionar cronologicamente (e não, refira-se, geograficamente) uma das etapas de utilização deste habitat com o «enterramento» de (supostamente) Torre do Ervedal 3.

Contudo, a análise pormenorizada deste artefacto não permite, de acordo com as suas características morfológicas, integrá-lo no conjunto das pontas tipo Palmela. Apresenta folha triangular rematada por duas aletas laterais (afastando-se, assim, da característica folha ovóide das pontas tipo Palmela). A presença de uma perfuração da folha poderá indicar o seu reaproveitamento como furador, indicando encabamento por meio de rebitagem usando-se o pedúnculo como elemento perfurante.

Assim, nada permite defender uma ocupação relativa ao Calcolítico final neste sítio, referindo-se apenas uma ocupação atribuível indistintamente ao Calcolítico inicial e pleno (pela presença de pratos e taças de bordo espessado e pesos de tear rectangulares e crescentes).

No entanto, vestígios de povoamento atribuíveis a esta etapa cronológica não são alheios à área da Ribeira Grande. No povoado do Pombal (já fora do âmbito deste estudo, mas espacialmente relacionável), a presença de cerâmicas campaniformes incisas (enquadráveis no estilo de Ciempozuelos) indica uma etapa de ocupação referenciável a finais do 3º milénio a.n.e. – de certa maneira coeva com o contexto acima referido.

8. ESPAÇO FÍSICO, ESPAÇO CULTURAL: NECRÓPOLES MEGALÍTICAS, POVOADOS E PAISAGEM NA ÁREA DA RIBEIRA GRANDE.

«The first principle of thinking about landscape is very simple. People in the past did not simply live, discard items, and built on sites, but they also interacted with the landscape beyond. Landscape archaeology, then, is about what lies beyond the site.»

Johnson, 2005, p. 156.

8.1. Arqueologia da Paisagem e megalitismo na área da Ribeira Grande.

A análise dos modelos de ocupação e utilização do espaço pelas comunidades pré-históricas (lido a diversos níveis) não se pode dissociar de uma definição clara da paisagem e de como esta influenciou a implantação de monumentos e sítios – porquanto estes podem ser entendidos como referências de significação dessa mesma paisagem, a nível social e cultural (Garcia Sanjuán, 2000).

Neste sentido, analisar e definir o fenómeno de «megalitização» da paisagem, enquanto vínculo entre o meio ambiental e as comunidades humanas neolíticas e calcolíticas que o percorreram e exploraram (e, como consequência, os padrões de assentamento destas mesmas comunidades), terá sempre como base a leitura estruturalista do espaço – assente em três dimensões de percepção, determinadas precisamente pela aferição da relação entre o Homem e o Meio (Criado Boado, 1999). Distinguem-se assim o espaço físico/ambiental (enquanto espaço onde se desenvolvem as actividades humanas), o espaço social (enquanto espaço onde se regulam as relações entre indivíduos e entre grupos) e o espaço simbólico (enquanto espaço cultural de significação emblemática).

Da adição destes três factores, duas questões podem ser levantadas: de que modo os monumentos megalíticos influem na paisagem (enquanto referências ou marcos «legitimadores» de ocupação do espaço) e de que modo a paisagem influi nos monumentos megalíticos (em termos de suporte construtivo, implantação topográfica, morfologia). No âmbito deste trabalho, tal leitura será possível pela avaliação das características específicas dos monumentos megalíticos – que, enquanto elementos simbólicos, se incluem na paisagem – delimitando-a sócio-culturalmente enquanto espaço de movimentação e de vivência.

Assim, definir as variâncias de entendimento do espaço físico (enquanto factor de implantação de monumentos e sítios) ao longo de toda a diacronia cronológica do fenómeno megalítico, definindo igualmente a articulação entre monumentos funerários e povoados (e a inserção de ambos na paisagem) poderá resultar numa aproximação aos esquemas de

entendimento do Meio por parte das comunidades megalíticas. Neste sentido, será talvez necessário reconhecer a desconformidade entre paisagem e território – referindo-se paisagem ao espaço físico propriamente dito e território ao espaço social e simbólico (incluído naquele espaço físico, mas «manipulado» de acordo com os sistemas sócio-culturais influentes). No entanto, a paisagem, enquanto conceito abstracto incluído em esquemas de percepção específicos, não se tratará também de território, na medida em que pode ser lida e interpretada de acordo com aqueles mesmos sistemas sócio-culturais definidos?

Poder-se-á, assim, distinguir Arqueologia da Paisagem de Arqueologia do Território? Entendendo a paisagem como um sistema complexo e dinâmico onde se regista a interacção de diversos factores (naturais e culturais), influenciando e sendo influenciada por estes (distinguindo-se, assim, a paisagem natural da paisagem construída ou humanizada), e o território como um espaço delimitado configurando uma ideia de apropriação geográfica, a resposta poderia ser afirmativa. No entanto, a paisagem pode ser igualmente entendida como factor estruturante do território e este como agente transformador daquela – sendo, assim, ambos elementos indissociáveis. No âmbito específico deste trabalho, o fenómeno de «megalitização» da paisagem poderá precisamente ser entendido como a condição causal da transformação da paisagem em território (Criado Boado, 1993; 1995), na medida em que a regulamenta e delimita. Desta maneira, a paisagem deverá ser sempre entendida enquanto «construção» humana (mental ou material), sugerida pela óbvia interacção entre o ambiente natural e o ambiente social.

A leitura do território realizar-se-á, neste sentido, de acordo com a análise de modelos de assentamento (padrões de implantação de monumentos e sítios), com a definição de vias de trânsito e com a delimitação de áreas de exploração de recursos (áreas de ocupação preferencial). Tratar-se-á, pois, da construção da paisagem social, regulada pela interacção entre o espaço natural e o espaço humano (ou entre o espaço físico e o espaço sócio-cultural) – sendo que o conceito de percepção da paisagem é um conceito transmutável, passivo de ser sucessivamente revisto e reinterpretado. A própria ideia que se faz da paisagem, enquanto espaço de interacção e articulação entre o Homem e o Meio, descreve-se em variantes graus de entendimento dependentes dos diversos domínios em que se desenvolve a actividade humana (nomeadamente, no âmbito económico, social e cultural).

Assim, o megalitismo, enquanto fenómeno de expressão cultural, manifesta a relação dos grupos construtores e utilizadores destes monumentos com a paisagem natural em que se encontram inseridos. A interpretação desta paisagem «cultural» obtém-se, desta maneira, pela percepção de todos os seus constituintes enquanto elementos de significação – legitimada pelo contexto sócio-cultural onde estão incluídos. No entanto, o carácter hermenêutico de tal leitura revela-se manifestamente delicado a nível de fiabilidade de conclusões, dado o evidente distanciamento cronológico e cultural entre a *obra* e o *intérprete*. Neste sentido, será sugerível,

em detrimento de uma análise da paisagem enquanto todo orgânico pleno de significado, uma análise da sua estrutura – ou seja, uma análise da sua composição e não do seu significado estrito, pretendendo-se definir não a sua significação, mas estabelecer a relação entre os seus elementos constituintes.

Seja como for, o megalitismo reveste-se sempre e neste âmbito, de um carácter «sacralizador» do espaço natural, como referência de apropriação deste espaço – manifestando-se na adição de elementos que o convertem em espaço social (Criado Boado e Vaquero Lastres, 1993). Deste modo, cria-se «uma *Paisagem Cultural*, assumindo estes monumentos uma expressão simbólica, inscrita pelos grupos humanos no espaço geográfico, que polariza nestes territórios concepções de uma actividade simbólica e possivelmente de interrelação grupal» (Ventura, 1998, p. 22). Da mesma maneira, se poderá referir que «el megalitismo, como realidad cultural, produce una determinada experiencia simbólico-ritual del espacio-tiempo social que es coherente con las racionalidades económicas y los procesos sociales que marcan la transformación desde las primeras y sencillas comunidades neolíticas, hacia las sociedades campesinas complejas marcadas por el surgimiento de la división y de todo el entramado socio-cultural que acompaña a esta» (Criado Boado e Vaquero Lastres, 1993, p. 205-206).

Os contornos da paisagem na área em estudo encontram-se, portanto, bem delimitados. Como exposto no Capítulo 3, trata-se de uma área com uma relativa heterogeneidade orográfica e geológica, dividindo-se entre a pene-planície do Alto Alentejo e o enchimento terciário da bacia do Baixo Tejo – caracterizando-se como uma área em que as paisagens levemente onduladas com algumas elevações imponentes e numerosos relevos residuais (paisagem características dos contextos geológicos graníticos e rochas granitoides associadas) se alternam com os relevos acidentados com os vales dos principais cursos de água muito escavados e superfícies muito dissecadas (paisagens características dos contextos geológicos de xistos e outras rochas associadas) e as zonas planálticas correspondentes aos depósitos terciários do Tejo (paisagens características de arenitos e cascalheiras formando montículos e terraços fluviais por vezes pronunciados). A nível da capacidade de uso dos solos, esta divide-se entre grandes extensões de solos impróprios a práticas agrícolas primitivas (nomeadamente, solos de tipo A e de tipo E) – registando-se, no entanto, manchas de solos de tipos B, C e D incluídos naquelas. A reconstituição do coberto vegetal, de acordo com os dados antricológicos recolhidos em diversos monumentos megalíticos alentejanos, permitiu identificar uma paisagem caracterizada pela diminuição dos bosques mistos de *quercus* e a extensão dos espaços abertos ou de mato arbustivo, coincidindo com o período de consolidação das antigas comunidades camponesas e, de certa maneira, com o apogeu do fenómeno megalítico (cf. Capítulo 3).

Será, portanto necessário definir como o território (enquanto espaço entendido e apreendido) se engasta nesta paisagem – ou seja, como esta foi percebida e usada, como as condicionantes paisagísticas influenciaram os modos de vidas das comunidades pré-históricas, definindo a «íntima relação entre as sociedades humanas e o seu espaço e [...] sobre a forma como essa relação se expressa materialmente» (Valera, 2000, p. 121). No âmbito específico da análise do fenómeno megalítico, tal realidade pode ser delimitada tendo em vista dois factores básicos: o contexto geológico (determinante a nível da distribuição espacial e da morfologia dos monumentos) e a implantação topográfica (em conexão com a visibilidade/invisibilidade dos monumentos e sua relação com vias de trânsito, marcos paisagísticos ou áreas de exploração de recursos). Com a clarificação destas duas condicionantes, a definição da relação entre monumentos ou grupos de monumentos (principalmente, a nível de contexto cronológico) e da relação entre monumentos e espaços de habitat revelar-se-á indispensável para um claro entendimento da percepção do espaço por parte das comunidades megalíticas – exercício que, sem recurso a escavação, se assume como difícil de empreender.

Realce-se que, por ora, aqui se trata apenas de uma abordagem linear, a única possível de realizar no estado actual dos conhecimentos. Não se trata de reconhecer na área da Ribeira Grande a existência de um único grupo cronológica ou culturalmente coerente, mas antes de fazer uma leitura global dos dados disponíveis, esperando que, num futuro próximo, o geral se transforme em particular e as observações se transformem em conclusões. Seja como for, o que importa ressaltar é que o megalitismo da área em estudo tem que ser visto como parte de um conjunto mais amplo, não podendo ser lido numa perspectiva puramente administrativa, mas englobado num contexto mais vasto que abarca áreas dos actuais concelhos do Crato, Portalegre, Elvas, Estremoz, Mora e Ponte de Sor – para não falar já dos conjuntos de Nisa e Castelo de Vide ou da linha Montemor-Évora-Reguengos.

No entanto, ao analisarmos a cartografia megalítica do Distrito de Portalegre a uma escala elevada (cf. Oliveira e Oliveira, 2000, p. 468, Est. I), constata-se que o megalitismo norte-alentejano, ou num sentido mais pragmático, a ocupação do território durante os 4º e 3º milénios a.n.e., parece estruturar-se em relação a dois importantes cursos de água: o Rio Sever e a Ribeira da Seda, sendo enquadrado pelas cadeias montanhosas de São Mamede e Ossa. No âmbito específico deste trabalho, nota-se a curiosa concentração de monumentos ao longo do curso da Ribeira da Seda e seus afluentes (facto igualmente ressaltado por R. Parreira, a respeito dos monumentos do Crato), registando-se uma multiplicidade de manifestações megalíticas ao longo do curso desta linha de água (alternando espaços vazios com áreas de grande densidade megalítica) que seria interessante analisar, de um ponto de vista puramente teórico, a respeito de agrupamentos megalíticos específicos e sua relação com espaços de habitat. Reconhece-se, igualmente, uma grande variedade em termos

morfológicos, desde os pequenos monumentos «proto-megalíticos» de Avis e Alter do Chão até aos grandes monumentos de Fronteira.

Como ponto de partida e como acima referido, análise do fenómeno megalítico enquanto factor dinâmico da paisagem, poderá ser conduzida tendo em conta quatro vínculos não necessariamente antagónicos (Afonso Marrero *et al.*, 2006, p. 41):

- 1 – situação dos monumentos em relação ao contexto geológico ou importantes marcos naturais;
- 2 – situação dos monumentos em relação a vias de trânsito;
- 3 – situação dos monumentos em relação a outros monumentos;
- 4 – situação dos monumentos em relação a espaços de habitat.

De um ponto de vista teórico, tais condicionantes poderão ser lidas da seguinte maneira: «De un modo descriptivo, podríamos decir que los factores y elementos que se conjugan para determinar el emplazamiento de aquellos [monumentos megalíticos], pertenecen a dos tipos distintos de realidades, a dos subsistemas diferentes de las culturas megalíticas [...] concebidas como un sistema. Por una parte su situación es consecuencia y reflejo de la distribución espacial de las poblaciones megalíticas; isto quiere decir que en certa medida esta relacionada con su pauta de ocupación del territorio, con lo que podría denominarse su “subsistema de asentamiento”, fenómeno que, a su vez, esta relacionada quando menos con el “subsistema económico” y con el “subsistema de organización social” de los grupos constructores de megalitos. Y por outra parte, el emplazamiento de éstos estará condicionado por el “subsistema de creencias religiosas y de ritual”, lo que quiere decir que aquél ha de ser elegido en función de ciertas imposiciones culturales» (Criado Boado, 1985-85, p. 7).

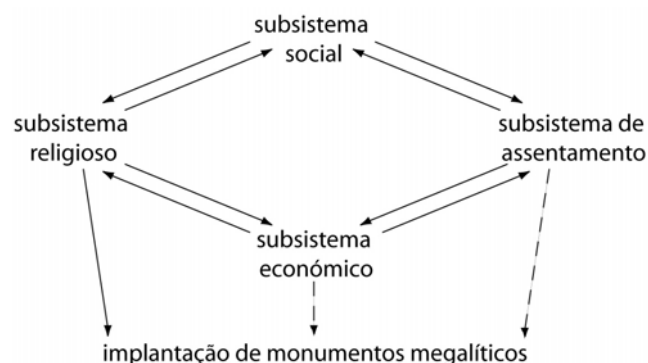


Figura 2: Esquema da implantação de monumentos megalíticos, de acordo com a interação dos diversos subsistemas (segundo Criado Boado, 1984-85, p. 8).

Em particular, os monumentos megalíticos da área em estudo primam pela sua heterogeneidade, caracterizada pela implantação específica dos monumentos (a nível topográfico e geológico), pela paisagem em que se incluem e pela sua própria morfologia – pelo que a caracterização das necrópoles megalíticas evidencia-se, efectivamente, pela relação espacial existente entres os monumentos, tendo sido aqui analisados do ponto de vista da sua vinculação a pontos específicos da paisagem, a possíveis vias naturais de trânsito ou a potenciais áreas de exploração de recursos (factor que se define especificamente pela identificação dos espaços de habitat).

Exercícios semelhantes têm sido experimentados para diversas áreas peninsulares, mais assiduamente e com especial incidência na área galega (entre outros títulos, Criado Boado, Fábregas Valcarce e Vaquero Lastres, 1990-91; Criado Boado e Vaquero Lastres, 1993; Vaquero Lastres, 1990; 1991-92) – de onde importantes dados a este respeito têm sido revelados e onde os trabalhos se têm mostrado mais profícuos, pelo menos a julgar pelo número de títulos publicados. Nesta região, os trabalhos têm demonstrado a coincidência entre a implantação dos monumentos megalíticos e os caminhos de acesso à planície interior galega, sendo edificados em zonas de grande visibilidade rodeando áreas aptas para a exploração agrícola. Tal facto coincide, de certa maneira, com o observado na Serra da Aboboreira (Jorge, 1986) ou na plataforma do Mondego (Ventura, 1999).

Para o Sudoeste peninsular, trabalhos sobre vias de trânsito e implantação megalítica não têm sido tão desenvolvidos – para permitir o modelo de observações registado em áreas mais setentrionais. As características morfológicas do terreno divergem daquelas registadas nas áreas acima referidas, não sendo tão clara a identificação de vias naturais de trânsito (como refere um particular cante alentejano, aqui «*tudo é caminho e chão*»). No entanto, algumas observações curiosas são possíveis quando a dispersão megalítica é analisada pela cartografia apresentada. No entanto, e como já muitas vezes foi repetido, o mapa não é o terreno, pelo que, para já, considerações baseadas na análise de uma cartografia demasiado genérica serão evitadas.

Em particular para a área de Reguengos de Monsaraz, um dos grupos mais intensa e criteriosamente estudados no Sudoeste peninsular, a dispersão megalítica é analisada, não em função de vias de trânsito, mas – dado as características específicas do conjunto – do seu agrupamento em torno ao principais sítios de habitat registados, definindo-se áreas centrais e áreas periféricas de distribuição (Gonçalves, 1992; Gonçalves e Sousa, 2000). A implantação dos monumentos megalíticos de Reguengos de Monsaraz é lida, assim, numa lógica de «demarcação» de uma vasta área de ocupação, na configuração de um verdadeiro «território megalítico» (Gonçalves, 1999). No entanto, denota-se (principalmente no sub-grupo Norte) a curiosa coincidência da dispersão dos monumentos megalíticos com o caminho antigo que liga Reguengos a Monsaraz (cujo traçado coincide sensivelmente com a estrada actual).

No entanto, a implantação de monumentos megalíticos em função de vias de trânsito (concretamente, em relação a rotas de transumância) foi já sugerida para o contexto regional em que se inclui o presente estudo (Chapman, 1979; em particular para o grupo megalítico do Crato, cf. Parreira, 1996, p. 93), ressaltando-se a coincidência da implantação megalítica com as linhas de cumeada.

Na área em estudo, é possível registar várias situações curiosas, no âmbito da localização específica dos monumentos megalíticos. Assim, é possível notar que um certo número de factores concorre para a coincidência de concentrações megalíticas em zonas específicas da área em estudo. Desde já, a curiosa a disposição nos limites ou no interior das manchas graníticas. E, por coincidência (ou não, já que aqui se encontram as melhores condições de assentamento) é nesta área que se concentram os indícios de povoamento – podendo ser encarada como áreas centrais de territórios de exploração de recursos, ficando as necrópoles votadas às áreas periféricas. Tal realidade regista-se nas áreas das necrópoles megalíticas da Herdade Grande, Torre do Ervedal, Lameira e São Martinho/Paço Branco/Terrosa.

8.2. Megalitismo funerário na área da Ribeira Grande: considerações sobre implantações, suportes, arquitecturas e cronologias.

Observando o mapa de distribuição dos monumentos megalíticos na área da Ribeira Grande, evidenciam-se três núcleos principais, distribuídos por contextos geológicos específicos e agrupados em coincidência com as manchas graníticas ou outras rochas granitóides. Distinguem-se, assim, os núcleos de Ervedal-Figueira e Barros (necrópoles de Torre do Ervedal, São Martinho/Paço Branco/Terrosa e Lameira), Fronteira (necrópoles da Herdade Grande, Arneiros/Pessilgais e Vale de Maceiras) e Alter Pedroso (necrópoles de Alter Pedroso, Quinta do Pião e Serra das Penas). Tais necrópoles caracterizam-se por conjuntos relativamente extensos, surgindo, a par destes agrupamentos e em contextos geológicos distintos, necrópoles menos extensas e monumentos isolados.

A respeito da implantação específica dos monumentos, várias particularidades interessantes podem ser evidenciadas. Em relação à sua situação topográfica, apesar de (se os critérios topográficos forem avaliados individualmente) um maior número de monumentos se encontrar implantado em áreas baixas (logo seguido de monumentos implantados em plataformas a meia-encosta), se analisarmos os sistemas de implantação a uma escala geral (em termos de altimetria relativa, contabilizando, na mesma categoria, o número de monumentos implantados em planalto/rechã, esporão, elevação suave e outeiro elevado), denota-se uma clara predominância de monumentos implantados sobre elevações ou a cotas elevadas (cerca de 48 monumentos, dos quais 34 se implantam no topo de elevações suaves ou outeiros elevados).

Assim, a implantação dos monumentos megalíticos da área da Ribeira Grande obedece a certos padrões reconhecíveis, não tão coetâneos como o desejado para uma análise básica, mas identificáveis e facilmente grupáveis. Identifica-se, assim, uma grande variabilidade na vinculação dos monumentos à paisagem, e da relação destes com o meio envolvente – podendo ser explicada em parâmetros económicos, rituais ou cronológicos (Gonçalves, 1992).

No entanto, quando analisados a uma escala mais pormenorizada, os padrões de implantação destes monumentos podem sugerir considerações interessantes, nomeadamente quando postos em relação com pontos específicos da paisagem. Com efeito, temos na área em estudo monumentos que podem ser considerados *visíveis* e monumentos que podem ser considerados *invisíveis* – estes últimos por se encontrarem em áreas muito elevadas (como a anta da Tapada Alta e os monumentos da necrópole da Serra das Penas) ou em áreas muito deprimidas (como as antas de Mortágua e Comenda). Existem, portanto, monumentos que parecem não obedecer a uma *lógica de visibilidade* explícita. Contudo, se associarmos estes monumentos a pontos específicos na paisagem, a sua posição aparentemente absurda ganha algum sentido.

Com efeito, a integração dos monumentos na paisagem lê-se precisamente na definição dos esquemas de visibilidade/invisibilidade dos mesmos. No entanto, em detrimento desta suposta visibilidade/invisibilidade dos monumentos megalíticos, seria mais correcto atender a uma lógica de perceptibilidade/imperceptibilidade, tendo em conta que: «*Visível é aquilo que é reconhecível*, e essa dimensão não é exclusivamente física, decorrendo de uma multiplicidade de critérios que orientam a observação» (Gonçalves e Sousa, 2000, p. 26). Ou, por outro lado, poder-se-ia referir que os monumentos megalíticos têm como função «*ser vistos desde aquellos lugares donde debían verse*» (Criado Boado, Aira Rodriguez e Diaz-Fierros, 1986, p. 144).

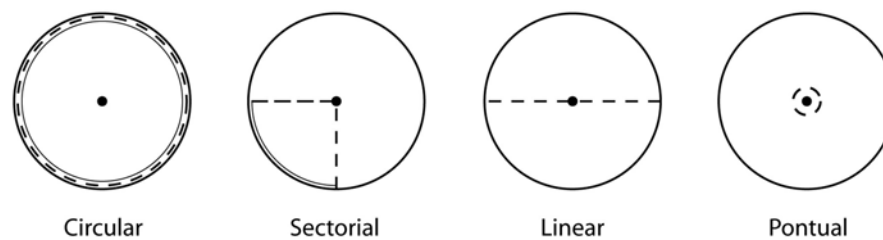


Figura 3: Esquema de visibilidades de e para o monumento: campos visuais específicos (segundo Criado Boado e Vaquero Lastres, 1993).

Os monumentos megalíticos da área em estudo obedecem, pois, a vários padrões de visibilidade/perceptibilidade (definidos em Criado Boado e Vaquero Lastres, 1993). Reconhecem-se assim monumentos que desfrutam de: visibilidade circular, por se encontrarem

em áreas planas ou levemente onduladas, sendo visíveis de qualquer quadrante (Herdade Grande, Torre do Ervedal); visibilidade sectorial, por se encontrarem em plataformas a meia encosta (Vale de Maceiras); visibilidade linear, por se encontrarem sobre linhas de cumeeada elevadas ou no fundo de vales muito escavados (Cumeada), sendo visíveis para quem percorre o eixo destas «vias»; visibilidade pontual, por se incluírem em relevos muito marcados, localizando-se em cotas mais elevadas ou mais deprimidas (Serra das Penas, Mortágua).

Notam-se, no entanto, algumas «soluções» curiosas do ponto de vista da suposta *visibilidade* dos espaços funerários: em primeiro lugar, o aproveitamento de pequenas elevações, no topo das quais se erguem os monumentos, de modo a conferir maior imponência à estrutura tumular e deste modo uma maior visibilidade (de que são exemplos Herdade Grande 2 e 4 e Penedo da Moura 1); em segundo, a utilização de blocos de quartzo na estrutura tumular de pequenos monumentos de xisto, beneficiando assim do choque cromático proporcionado por aquele mineral (como nos casos das antas da Ladeira). De qualquer modo, quando cobertos de terra e na primavera seguinte à sua construção, com o inevitável verdejar dos campos, os monumentos diluir-se-iam na paisagem. Assim, a própria *visibilidade* dos monumentos não assentará precisamente na sua *invisibilidade*, tendo em conta que, dentro de um universo específico, são espaços facilmente reconhecidos e reconhecíveis?

Usando o exemplo dos monumentos do grupo do Crato (de certa maneira coincidente com o caso da Ribeira Grande), onde grande percentagem se implanta em contexto paisagístico aberto ocupando «segmentos da paisagem visivelmente bem delimitados» (Parreira, 1996, p. 61), é evidente supor que o objectivo lógico da erecção destes monumentos será precisamente a sua suposta perceptibilidade na paisagem, agindo sempre como marcas de um território ocupado, o que não invalida o facto de alguns elementos registarem implantações aparentemente absurdas – dado estarem incluídos num contexto específico de inclusão na paisagem, relacionados com elementos particulares da mesma, tais como pontos de passagem, eixos de «circulação», marcos geográfico – micro-áreas definidas como *locaís*, espaços criados e conhecidos através de experiências, símbolos e significados comuns (segundo a definição de *place* defendida por Ch. Tilley (1994).

Desta maneira, «debemos saber que las “condicionantes de visibilidad” pueden ser muchas y muy variadas. Así resultará que ciertas mámoas que podrían parecer ocultas en realidad presentan unas circunstancias de visibilización específicas y originales. En primer lugar se debe diferenciar entre la concreción visual del elemento visibilizado y la objectivación específica de esa visión que permite dotarla de una área propia, de una dirección e, incluso, de un posible sentido» (Criado Boado e Vaquero Lastres, 1993, p. 213).

Assim, a anta de Mortágua, situada junto à Ribeira de Sousel, em pleno leito de cheia, há que ser pensada em relação com um vau deste curso de água, localizado próximo do monumento. Os monumentos da necrópole megalítica da Serra das Penas, implantados sobre

uma crista rochosa de conglomerados, dominam toda a área baixa dos vales das Ribeiras de Pascoais e Chaminé. Noutra sentida, a Serra das Penas, não se tratando de um conjunto de elevações excessivamente imponentes, assume-se como marco na paisagem, principalmente para quem, de Norte, se dirige às terras baixas do vale da Ribeira Grande (ou vice-versa), registando-se um importante «ponto de passagem» na Portela das Penas – não será por acaso que dois fortins romanos republicanos foram aqui instalados, um de cada lado desta portela (Carneiro, 2004). A anta de Vale de Maceiras 1 implanta-se numa vertente sobranceira à Ribeira de Ana Loura, em posição frontal a um «porto» deste curso de água, causando grande impacto visual para quem o atravessa vindo do lado oposto.

Tratam-se, obviamente, de monumentos instalados em função de vias de trânsito – relacionados directamente com pontos de passagem. A possível demarcação de um eixo de circulação regista-se na necrópole da Cumeada (complementada pela necrópole de Pedro Tourez e o monumento da Comenda), erguendo-se abaixo de uma linha de cumeada, numa área genérica de encosta sobranceira à Ribeira da Seda, coincidindo com o caminho antigo entre Benavila e Seda, e daqui até à via romana de Alter do Chão (onde, no troço entre esta povoação e a ponte de Vila Formosa, se encontram igualmente dispostos vários monumentos megalíticos).

Implantada em função de um importante marco geográfico, apesar de se poder citar igualmente o caso da necrópole da Serra das Penas, parece estruturar-se a necrópole de Alter Pedroso. Com efeito, a óbvia imponência do perfil escarpado do conjunto de elevações em torno das quais se estrutura esta necrópole, terá configurado em tempos pré-históricos um notável marco na paisagem – podendo ter sido usado como ponto de referência/localização. Da mesma maneira, será de referir o domínio visual extremo que se obtém do seu topo, permitindo observar praticamente toda a vasta planície alto-alentejana, desde São Mamede à Serra d'Ossa, sendo possível avistar igualmente a área do vale do Tejo e a baixa planície alvicastrense.

As restantes necrópoles megalíticas (não relacionadas com nenhum ponto específico da paisagem) poderão formar ou indicar áreas de ocupação de territórios preferenciais e de marcação destes, servindo como pontos de referência dos mesmos – tendo-se como exemplo na área em estudo os extensos conjuntos de Torre do Ervedal, São Martinho/Paço Branco/Terrosa, Arneiros/Pessilgais, Herdade Grande e respectivos «monumentos-satélite», encontrando-se espacialmente associados a espaços de habitat.

O exemplo mais evidente deste tipo de vinculação à paisagem parece ser o da última necrópole referida, parecendo marcar o seu núcleo uma extensa área territorial disposta entre si e o curso da Ribeira Grande, área esta pontuada pelos diversos vestígios de habitat identificados. Os monumentos desta necrópole desfrutam de uma excelente condição de intervisibilidade, estando assim – e pelo menos do ponto de vista visual – relacionados entre si

e com o território que marcam. Ainda que, para este caso, se possa referir também a curiosa coincidência do traçado de um caminho antigo, possivelmente já com utilização em época romana, com a situação desta necrópole (cf. Carneiro, 2004, p. 159). Não quero com isto dizer que se trata de um caminho usado já desde o Neolítico, o que, num esquema puramente teórico, seria razoavelmente aceitável – no entanto, não é o Homem que faz os caminhos, e este com certeza sempre ali esteve. E, com efeito, este género de caminhos, os chamados caminhos de «pé-posto», estão ligados a antigas vias de transumância, que aproveitam vias naturais de fácil trânsito, pelo que a sua origem pode remontar a tempos mais distantes.

Noutro sentido, as necrópoles compostas por dois monumentos (e até mesmo os monumentos isolados), poderão corresponder a algo semelhante ao que foi avançado para o caso dos monumentos do Poço da Gateira, Reguengos de Monsaraz, fazendo-o corresponder à área de necrópole de uma pequena quinta neolítica (Gonçalves, 1992; 1999), podendo assinalar uma área pouco extensa de exploração de recursos. No entanto, as evidências de povoamento identificadas nas imediações destas necrópoles (ou monumentos isolados) não permitem traçar qualquer tipo de considerações a este respeito.

Temos, pois e pelo exposto, diversos tipos de vinculação à paisagem. Desde já, a relação específica de certos monumentos com pontos particulares da paisagem, normalmente relacionados com vias de trânsito e pontos de passagem. Noutro sentido, quando a necrópole não parece estar relacionada com nenhum ponto específico da paisagem, poderá levantar-se a hipótese de marcar um dado território de ocupação preferencial. Neste ponto, o agrupamento em torno a um grande monumento que ocuparia uma posição de destaque dentro do conjunto da necrópole (sendo os restantes monumentos de menor tamanho e de visibilidade mais restrita), como já foi sugerido para outros grupos do sudoeste peninsular (Leisner e Leisner, 1949; Bueno Ramírez, 1988; Parreira, 1996; Oliveira, 1998) ou para a área galega (Criado Boado e Vaquero Lastres, 1993, p. 237), parece registar-se na área em estudo – segundo o exemplo concreto da necrópole de São Martinho/Paço Branco/Terrosa.

Por outro lado, o contexto geológico da área em estudo, funcionando como factor preferencial para a edificação de monumentos megalíticos, não agiu todavia como impedimento definitivo. reconhecendo-se monumentos edificadas nos variados contextos geológicos presentes na área. Nota-se, contudo e como referido acima, uma importante coincidência entre a implantação dos monumentos e as áreas de granitos e outras rochas granitóides – contabilizando 72 monumentos (contando igualmente com aqueles localizados na área de transição entre estes e contextos geológicos distintos), registando-se conseqüentemente uma clara predominância dos monumentos construídos em granito ou outras rochas granitóides – colmatando-se com uma utilização preferencial de solos entre média e baixa capacidade agrícola para a edificação de monumentos megalíticos.

Assim, se o contexto geológico não é condicionante, é, neste sentido e pelo menos, factor de estruturação dos monumentos. As antas da Cumeada, Torre do Ervedal, São Martinho/Paço Branco/Terosa, Lameira, Herdade Grande e Arneiros/Pessilgais encontram-se em áreas graníticas; as antas de Alter Pedroso e Vale de Maceiras em áreas de basitos, as antas de Medronhal e Aroeirais sobre depósitos detriticos mas próximo a manchas de granitos, as antas da Serra das Penas em conglomerados rochosos entre xistos câmbricos, as antas da Ladeira, São Domingos e Mortágua em xistos silúricos, e anta da Tapada Alta em contextos de calcários e dolomitos cristalinos sobre xistos câmbricos. E neste conjunto, as variâncias dos monumentos em termos dimensionais ou morfológicos parecem prender-se somente com a matéria-prima utilizada. A própria dimensão dos monumentos não pode, nestas áreas de contextos geológicos variados, ser tomada como indicador cronológico preciso. A morfologia do xisto permite raramente a construção de grandes monumentos como os registados na área granítica (ressalvando-se os casos de Monte Barão e Sousel) – sendo, pois, uma condicionante da matéria-prima a maior ou menor dimensão dos ortóstatos utilizados na sua construção, e consequentemente o seu número. A dimensão dos monumentos pode, assim, reflectir apenas as condicionantes das matérias-primas ou, por outro lado, da capacidade sócio-económica das comunidades que os constroem e utilizam.

Citando mais uma vez os estudos realizados na área galega, aqui se concluiu que o contexto geológico pouca importância representa para a implantação dos monumentos megalíticos, já que estes se encontram edificados em substratos geológicos diversos, sendo local a matéria-prima utilizada na sua construção. No caso da Ribeira Grande, e em especial as antas da Serra das Penas (exemplo mais claro e empiricamente observável), a matéria-prima usada na sua construção é, indubitavelmente, local – percebendo-se áreas de corte nas fragas que poderão reflectir o trabalho de extracção de lajes utilizadas como esteios. No entanto, para um conjunto megalítico relativamente próximo (as antas da Rabuje, Monforte), registou-se a presença de matérias-primas exógenas – obviamente, numa escala local (Boaventura, 2000). Contudo, não se pode excluir aqui a provável utilização de blocos erráticos, que podem estar, por vezes, afastado do seu local de origem (cf. a este respeito Scarre, 2004). Na área em estudo, alguns monumentos apresentam, na sua arquitectura, blocos brutos que parecem não ter recebido trabalho, o que pode comprovar a efectiva utilização/aproveitamento de blocos erráticos.

Assim, as evidências sugerem que, apesar de o granito ser o elemento preferencial, o substrato geológico não parece ter funcionado exclusivamente como factor condicionante da construção de monumentos megalíticos. Não parece, pois, existir um claro investimento na obtenção de matéria-prima, sendo utilizado o suporte disponível localmente (utilizando-se até, ao que parece, blocos erráticos). Citemos o exemplo da anta da Belhoa (Reguengos de Monsaraz), que, apesar de se implantar a poucos metros do substrato granítico, foi construída

com a matéria-prima do local onde foi levantada, nomeadamente o xisto (Gomes, 1997), revelando uma clara falta de investimento na obtenção dos suportes.

Na área da Ribeira Grande, o facto de existirem monumentos que recorrem a um suporte diverso do contexto geológico em que se encontram há que ser minimizada – pois a matéria-prima utilizada nestes casos nunca se encontra a mais de 1 km do local em que se edificam os monumentos (de que são exemplo os monumentos de Aroeirais, Medronhal, Cardoso 1, Monte das Freiras e Torrejana). Em contrapartida, encontram-se monumentos de xisto localizados a curta distância de manchas de granitos, não tendo estes sido utilizados na sua construção. A utilização de suportes diversos encontra-se igualmente atestada, como em Montalto (monumento de xisto com Chapéu de granito) ou Torre do Ervedal 2 (monumento de granito com esteios do Corredor de xisto).

Em relação à arquitectura específica dos monumentos, conclui-se que a tipologia arquitectónica mais representativa é a dos monumentos de Câmara e Corredor diferenciados, que se refere à tipologia «típica» dos monumentos megalíticos alentejanos. Regista-se uma clara maioria de monumentos de Câmara de contorno poligonal, média, composta por sete esteios organizados a partir do esteio de Cabeceira. Os monumentos de Corredor de lados paralelos são os que se encontram em maior número, sendo predominantes os monumentos de Corredor curto dentro do universo de análise. A orientação do Corredor regista o claro domínio de monumentos com o Corredor orientado em torno aos 105 graus – balizados por monumentos de Corredor orientado entre 90 e 135 graus.

Como se já referiu em outros contextos, os levantamentos realizados com meios e métodos parcos, aliado ao facto de grande parte deles ser efectuado sem recurso a escavações e com os esteios desviados da sua posição original, não permite considerar a arquitectura dos monumentos como factor condicionante de definição ou agrupamento cronológico das manifestações megalíticas (Gonçalves e Sousa, 2003, p. 207). F. Criado Boado e J. Vaquero Lastres referem, neste sentido, que a variabilidade arquitectónica é, não apenas dependente de fenómenos diacrónicos, mas também de factores de ordem económica e cultural actuando de maneira diferencial em certas áreas (Criado Boado, Fábregas Valcarce e Vaquero Lastres, 1990-91, p. 28) – facto já ressaltado na comparação dos monumentos de granito e xisto na área do Sever (Oliveira, 1998).

Assim e apesar de certas coincidências, em relação às arquitecturas, a variabilidade é o ponto comum. Registam-se grandes monumentos (Herdade Grande 6, Penedo da Moura 1), alguns com Corredor longo (Caldeira) a par de pequenos monumentos de Corredor incipiente (como os registados na área dos xistos) e monumentos «proto-megalíticos» (Paço Branco 1 a 3, Terrosa 2 a 5, Couto da Madalena 1). As Câmaras (e em especial o número de esteios) também parecem ser variável. Existem monumentos com sete esteios organizados a partir do

grande esteio de Cabeceira, monumentos com oito esteios e monumentos com nove esteios com aparência de Câmara fechada. Refira-se também a arquitectura específica da anta da Horta das Antas, tendo este descentrado em relação ao eixo da Câmara, conferindo ao monumento um aspecto geral de 9 quando visto em planta, paralelizável com alguns monumentos centro-alentejanos – nomeadamente antas de Vidigueiras 1 e 2, Reguengos de Monsaraz (Leisner e Leisner, 1951; Gonçalves, 1992). Da mesma maneira, é de salientar a existência de monumentos de Câmara e Corredor indiferenciados, dividindo-se entre os grandes monumentos de planta «piriforme» (Benavila) e os pequenos monumentos em forma de ferradura (Banejo, Vale da Lousa).

Curioso é notar que uma mesma necrópole pode incluir monumentos de características arquitectónicas distintas, como Torre do Ervedal, São Martinho/Paço Branco/Terrosa, Alter Pedroso ou Serra das Penas – podendo reflectir fenómenos diacrónicos ou ser apenas resultado de factores económicos e culturais actuando de forma diferencial. Esta realidade é igualmente comprovada para o grupo do Crato, em que o polimorfismo arquitectónico registado dentro de uma única necrópole é explicado como o resultado do «uso diferenciado dos monumentos e a diversidade dos rituais a eles associados» (Parreira, 1996, p. 85).

No entanto, a questão da inclusão de monumentos «proto-megalíticos» no conjunto de determinadas necrópoles (Torre do Ervedal, São Martinho/Paço Branco/Terrosa, Alter Pedroso) poderá configurar uma perduração de um espaço sagrado, reforçando o carácter simbólico do espaço em que se encontram inseridos e esboçando uma óbvia intenção de «monumentalização» da paisagem, podendo estes espaços ter sido «inaugurados» precisamente pelos monumentos «proto-megalíticos». Com efeito, estes monumentos encontram-se associados a monumentos de maiores dimensões (ou estes àqueles), por vezes separados por escassos metros (Torre do Ervedal 6 a cerca de 50 m de Torre do Ervedal 1, Torre do Ervedal 10 a cerca de 30 m de Torre do Ervedal 5, São Martinho 1 a 3 a cerca de 30 m de São Martinho 4, Couto da Madalena 1 a cerca de 25 m de Couto da Madalena 2, Almanhares 3 a cerca de 20 m de Almanhares 2). Seguindo uma visão «evolucionista», poderemos ser levados a considerar os monumentos «proto-megalíticos» como os mais antigos destes conjuntos, podendo para o efeito ser usados os exemplos dos monumentos do litoral alentejano (cf. Silva e Soares, 1983) ou os monumentos intervencionados por M. Heleno nas áreas de Coruche e Montemor (cf. Rocha, 2006 – em especial a datação obtida para a sepultura de Cabeço da Areia, centrada em meados do 4º milénio a.n.e.). Porém, e precisamente neste último grupo, um monumento que, pelas suas características arquitectónicas poderia ser enquadrável numa fase inicial do megalitismo alentejano, apresenta espólio «evoluído» enquadrável no conjunto dos monumentos de Corredor (cf. o monumento da Talha 1 em Rocha, 2006).

Assim, se a grande maioria dos monumentos «proto-megalíticos» poderão ser característicos de uma etapa correspondente a momentos anteriores a meados do 4º milénio a.n.e. (estabelecida de acordo com o espólio recolhido), outros apresentam características que os permitem equiparar aos monumentos de Corredor tipicamente megalíticos (ressalvando-se, obviamente, a possíveis reutilizações dos espaços). Salienda-se, contudo, um possível polimorfismo evolutivo, com a coexistência de diversos tipos arquitectónicos – mesmo numa única necrópole. Ou, ainda e mais uma vez, a óbvia capacidade das comunidades que, por diversos motivos, poderão não conseguir reunir esforços para a construção de um grande monumento, recorrendo à construção de monumentos de menores dimensões.

Seja como for, note-se a curiosa coincidência espacial entre uma necrópole maioritariamente composta por monumentos «proto-megalíticos» (São Martinho/Paço Branco/Terrosa) e um espaço de habitat possivelmente atribuível ao Neolítico antigo (São Martinho 8) – sendo impossível, sem recurso a escavação, fazer corresponder ambos espaços.

Notam-se, igualmente, algumas soluções arquitectónicas curiosas registadas nos monumentos megalíticos da área em estudo. Os monumentos de Tapada do José Cary e Almanhares 4 apresentam dois esteios de Cabeceira alinhados e funcionando como um único esteio. Ainda na anta de Tapada do José Cary, regista-se a presença de um pilar de reforço/suporte no exterior da Câmara, entre os esteios 5 e 6. O monumento do Caldeira apresenta um pilar de fecho, colmatando um espaço vazio entre os esteios 3 e 4 da Câmara. De referir ainda as duas lajes de xisto implantadas entre os esteios do Corredor, em ambos lados, no monumento de Horta das Antas – correspondendo possivelmente ao suporte de uma estrutura de fecho de tipologia desconhecida. Ou ainda a inclusão de pilaretes «meníricos» na área de transição Corredor/Câmara nos monumentos de Pedro Tourez 1 e Cágados.

A questão da orientação do Corredor dos monumentos megalíticos estudados merece, igualmente, comentário crítico. Com orientações balizadas entre os 90 e os 135 graus (correspondente às declinações registadas para o período compreendido entre o equinócio e o solstício de inverno), nota-se, contudo, uma clara predominância de monumentos com o Corredor orientado em torno aos 105 graus. Mas, mais uma vez, estando indisponíveis dados cronométricos precisos, não é possível confirmar se tais divergências se reflectem em diferenças cronológicas de construção dos monumentos.

Tais valores coincidem, genericamente, com o que se regista no contexto alentejano (cf. Hoskin, 2001), sendo possível a comparação com outros grupos megalíticos (Anexo 4, gráfico 13). Os monumentos do grupo do Crato registam, assim, orientação preferencial entre os 110 e os 135 graus, registando um pico em torno aos 100 graus (Parreira, 1996, p. 58-59). Para os monumentos de Évora, regista-se uma maior percentagem de orientações entre os 110 e os 120 graus – valores que se registam igualmente no grupo de Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 1992, p. 155). Ainda a respeito deste último grupo, nota-se o facto curioso de

(acordando com os dados fornecidos pelos trabalhos recentes nos monumentos afectados pela albufeira do Alqueva) a orientação dos monumentos com espólio mais antigo variar entre os 100 e os 110 grados e a orientação dos monumentos com espólio «evoluído» centrar-se em torno aos 120 grados (Gonçalves e Sousa, 2003, p. 207) – facto que teoricamente se pode extrapolar para os restantes monumentos do grupo, com monumentos mais antigos orientados a Este em oposição a monumentos mais recentes orientados a Sudeste (Gonçalves, 1992).

A comparação com outros importantes grupos, como bacia do Sever e área de Pavia, não se revestirá de importância relevante (dado a escassez de dados publicados a este respeito). Para o primeiro grupo, distinguem-se apenas monumentos com orientações inferiores ou superiores a 100 grados – registando-se uma maior percentagem de monumentos com orientações superiores, sem precisão de valores (Oliveira, 1998). Para o segundo grupo, nada de concreto é referido a este respeito (Rocha, 1998).

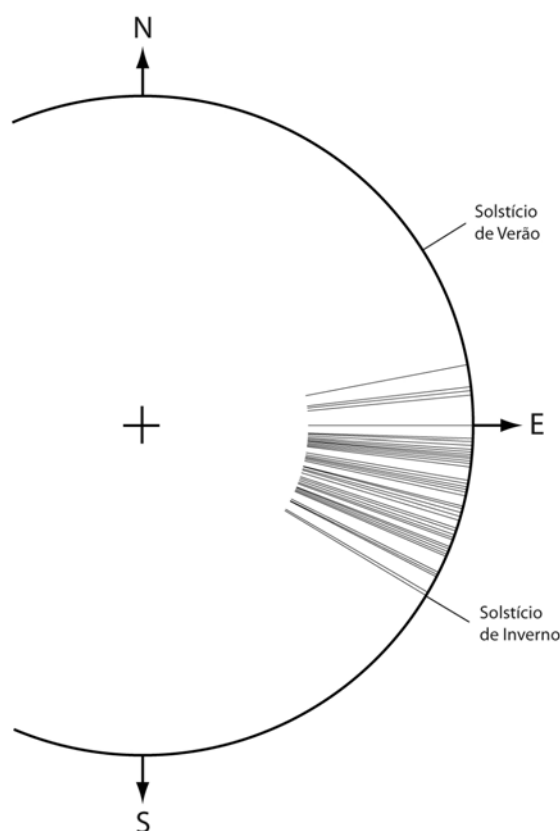


Figura 4: Diagrama explicativo da orientação do Corredor dos monumentos megalíticos da área em estudo, medida em grados.

Pelo exposto acima e apesar de algumas coincidências, denota-se uma clara heterogeneidade de manifestações dentro do conjunto de uma mesma necrópole. Neste sentido, a definição cronológica precisa dos monumentos componentes destas necrópoles revelar-se-ia extremamente importante para a compreensão da construção destas áreas

enquanto necrópole megalítica e da própria estruturação da paisagem enquanto espaço «megalitizado».

Com efeito, o conceito de «necropolização» não consubstancia necessariamente o conceito de «contemporaneidade» dos diversos monumentos. O exemplo das antas de Santa Margarida (Gonçalves, 2001; 2003a), podendo configurar algo que se poderia caracterizar genericamente como necrópole megalítica dado a proximidade entre os monumentos e a sua própria situação geográfica dentro do espaço do «grupo megalítico» de Reguengos de Monsaraz, permitiu confirmar as diferenças cronológicas dos diversos monumentos desta necrópole, confirmadas pelas datações ^{14}C (facto que o espólio recuperado já permitia supor). E se a estes monumentos juntarmos o contíguo núcleo da Comenda, em que um dos monumentos apresenta um *tholos* anexo (Comenda 2), apresenta-se-nos um espaço «necropolizado» composto por monumentos de tipologia diversa usado durante vários séculos – tratando-se, assim, da contínua utilização de uma área que mantém a sua «vocaçã» de espaço simbólico, numa clara intenção de «megalitização» da paisagem.

No contexto regional imediato da área em estudo, tal evidência é igualmente registada. Tomando o exemplo da necrópole da Rabuje, Monforte (Boaventura, 2006), foi inferida a diacronia cronológica dos diversos monumentos que a compõem. Os dois monumentos escavados referem-se precisamente a dois momentos distintos do megalitismo alentejano. Temos, no caso de Rabuje 5, a característica associação de geométricos e artefactos de pedra polida de secção ovalada e corpo picotado, que tanto as datações obtidas para este monumento como para outros de características semelhantes apontam para meados do 4º milénio a.n.e. O caso de Rabuje 3 refere-se a mobiliários votivos caracterizados por pontas de projectil e placas de xisto gravadas, já atribuíveis à transição do 4º para o 3º milénio a.n.e. Assim, como se evidencia, temos monumentos atribuíveis a momentos culturais distintos compondo a mesma necrópole – o que poderá indicar o agrupamento em torno a um monumento anterior, como meio de afirmação e legitimação da posse do território.

Na área em estudo, o desconhecimento dos contextos precisos do espólio recuperado não permite traçar grandes considerações a este respeito – nomeadamente a nível da definição concreta dos parâmetros cronológicos em que os monumentos (e, conseqüentemente, as necrópoles) se inserem. Os recipientes cerâmicos referem-se, genericamente a tipos morfológicos incluídos nos conjuntos referentes ao Neolítico final e Calcolítico (nomeadamente, as pequenas taças carenadas tipo Crato/Nisa de Herdade Grande e Sousel ou a taça de bordo espessado externamente de Torre do Ervedal 3), assim como os artefactos de pedra polida (apresentando maioritariamente secção sub-quadrangular ou sub-rectangular, destacando-se o conjunto de Torre do Ervedal 3, estatisticamente mais relevante) e pedra lascada (lâminas de retoque contínuo semi-abrupto e pontas de seta de retoque bifacial). Tal evidência é igualmente comprovada pela presença de placas de xisto gravadas em conjuntos específicos (Pessilgais 2

e possivelmente Torre do Ervedal 3). Percebe-se, assim e pelo que é possível recuperar dos respectivos contextos, uma utilização (não necessariamente contemporânea da construção) dos monumentos megalíticos da área em estudo nos últimos séculos do 4º milénio e primeiros séculos do 3º milénio a.n.e. – comprovada pela escavação dos monumentos da Coudelaria de Alter (Oliveira, 2006).

Especial destaque merece a placa de xisto gravada recolhida na Câmara da anta de Pessilgais 2, permitindo já colocar pelo menos um episódio de utilização deste monumento na primeira metade do 3º milénio a.n.e. Trata-se, como já dito, de uma placa oculada, inserindo-se assim num vasto universo mágico-religioso que cobre todo o Sul peninsular durante o 3º milénio a.n.e., podendo, numa leitura mais estrita, recolher-se outro tipo de considerações. Com efeito, a concepção dos Olhos de Sol gravados nesta placa é, de todo, rara, recolhendo espantosos paralelos em duas placas provenientes de dois monumentos de Montemor-o-Novo e Évora (conjuntos em estudo no âmbito do projecto «PLACA NOSTRA», sob a direcção científica de Victor S. Gonçalves) – levantando mais uma vez a questão de artesão e *ateliers*...

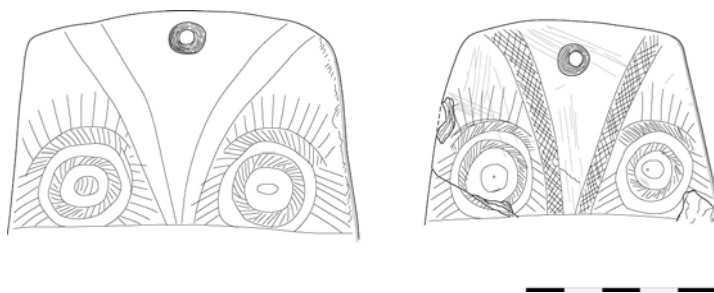


Figura 5: Comparação entre a composição dos Olhos de Sol das placas de Pessilgais 2 e Anta Grande do Zambujeiro, esta última adaptada de Gonçalves, 2004, p. 178, fig. 7.

É comprovada igualmente a reutilização, em momentos mais tardios, de monumentos megalíticos na área em estudo – temática já abordada por R. Mataloto no contexto alentejano (Mataloto, 2005; 2006; 2007) e observável possivelmente em Torre do Ervedal 3. Como dito, apesar de poder ser referido genericamente como um conjunto «campaniforme», a análise específica do espólio que o compõe levanta algumas questões pertinentes. Com efeito, a sua definição cronológica precisa e a sua inclusão em conjuntos «puramente» campaniformes levanta algumas questões – como já foi salientado por R. Mataloto (2006). Com efeito, e se o espólio metálico se pode caracterizar como de «fundo comum campaniforme», o recipiente cerâmico parece afastar-se daquele universo cultural. Poderá corresponder já a um complexo campaniforme tardio, antevendo já a cerâmica do Bronze antigo (Ruíz-Gálvez, 1979) – reflectindo «uma clara evolução a partir das morfologias cerâmicas «campaniformes», em particular as mais próximas do mundo «Ciempozuelos», com as suas formas mais baixas e

carenadas» (Mataloto, 2006, p. 87), com paralelos em monumentos como Monte do Outeiro (Schubart, 1965b), incluído no designado horizonte da Ferradeira (Schubart, 1971).

Mas, para o efeito, nenhum dos monumentos é seguramente datável. Como dito, a ausência de escavações arqueológicas cientificamente aceitáveis nos monumentos megalíticos de Fronteira dificulta qualquer tentativa de atribuição cronológica, e a morfologia da matéria-prima usada e a própria capacidade das comunidades megalíticas influem deveras na configuração dos monumentos, pelo que as características arquitectónicas não podem, por si só e a meu ver, ser usadas como indicador cronológico seguro. Neste sentido, revela-se igualmente difícil estabelecer a relação directa (para além da meramente espacial) entre necrópoles e habitats – tendo em conta as referidas divergências particulares do megalitismo da Ribeira Grande, na medida em que «una configuración regular se asociará a posesión de terreno y alta densidad de población, así como una economía estable. Por outra parte, una dispersión irregular indicará densidad baja, una territorialidad no definida, y por tanto una estrategia de movilidad» (Carlos Izquierdo, 1988, p. 116).

8.3. Povoados e povoamento: paisagens e territórios na área da Ribeira Grande.

Após o exposto acima, definir os níveis de articulação entre espaços dos mortos e espaços dos vivos torna-se necessário para uma melhor compreensão da inclusão de ambos na paisagem e de como a implantação de uns influencia a implantação de outros. Tendo em consideração a abundância relativa de monumentos megalíticos na área em estudo (e a sua dispersão específica, esboçando áreas de necrópole), seria de supor um esquema de povoamento mais denso do que aquele que se regista. Com efeito, parece registar-se na área da Ribeira Grande uma ocupação modelar do espaço, caracterizada por pequenos sítios com escassa representatividade arqueológica, condicionada pelo geo-morfologia do mesmo e pelas suas diversas matizes geológicas. As situações mais recorrentes encontram-se, precisamente, dentro das manchas de granitos ou outras rochas associadas, onde as evidências megalíticas são mais abundantes.

Assim, à aparente concentração de monumentos megalíticos, que se parecem agrupar formando pequenos núcleos bem localizados na paisagem, definindo áreas de necrópole, parece que condiz uma ocupação modelar do espaço reflectida em padrões variados, com um povoamento disseminado no espaço e com fraca representatividade arqueológica – característico de comunidades com uma super-estrutura económica baseada na pastorícia transumante e agricultura de pequena escala (cf. Joyce e Johannssen, 1993; Kent, 1993; Tomka, 1993). Poderemos, pois, estar perante um cenário em que as comunidades privilegiam a mobilidade, com sistemas de assentamento de curto espectro e onde não se regista um claro investimento em estruturas habitacionais duráveis (Cribb, 1991; Creighton e Segui, 1998;

Señorán, 2007), o que não impediu, contudo, que se construíssem grandes monumentos como Herdade Grande 6, Caldeira ou Penedo da Moura 1. Esta relação entre espaços da vida e espaços da morte deve, no entanto, ser estabelecida com prudência e de forma não precipitada. É posta em evidência, principalmente baseada na proximidade entre ambos, embora este tipo de abordagem deva ser cauteloso – dado que os dados recolhidos são manifestamente insuficientes para uma definição precisa de ambos contextos. E se em sítios como Alcalar (Parreira e Serpa, 1995), Perdigões (Lago *et al.*, 1998; Valera *et al.*, 2000), Pijotilla (Hurtado, 1987) ou (muito recentemente) Porto Torrão a relação é óbvia, para a área em estudo a situação é complexa.

Com efeito, a escassez dos dados materiais recolhidos e as lacunas contextuais registadas não permitem elaborar um diagrama cultural rigoroso para as comunidades megalíticas da área da Ribeira Grande – como referido, o grosso da cultura material identificada refere-se a fragmentos cerâmicos incaracterísticos, impossibilitando uma atribuição cronológica precisa para a grande maioria dos espaços de habitat referenciados.

As mais antigas evidências de povoamento das antigas comunidades camponesas na envolvente imediata da área em análise referem-se aos sítios do Neolítico antigo recentemente escavados no espaço da Coudelaria de Alter do Chão (Oliveira, 2006). No conjunto destes sítios, ressalva-se a presença de cerâmicas com decoração cardial no sítio da Porta do Tempo – o que, aliando-se aos dados de Valada do Mato e gruta do Escoural, vem abrir mais uma vez a discussão sobre a presença dos primeiros grupos neolíticos no interior alentejano (não sendo este o local para comentar tal problemática). Tratam-se, no entanto, de composições decorativas simples, que mais se aproximam daquelas registadas na Estremadura portuguesa do que as conhecidas na área andaluza. Foram igualmente recolhidas cerâmicas decoradas com sulco inciso abaixo do bordo, tradicionalmente atribuídas ao Neolítico médio.

Na área da Ribeira Grande, poderá ser sugerida uma ocupação atribuível ao Neolítico antigo para o sítio de São Martinho 8. Implanta-se sobre uma elevação suave, rodeada por afloramentos graníticos, sobranceira à Ribeira de Sousel. Apesar da escassez de espólio arqueológico observado, foi recolhido um pequeno fragmento cerâmico decorado com dois sulcos paralelos incisos. Tanto o esquema de implantação do sítio como o motivo decorativo registado encontram paralelos nos sítios acima referidos – podendo ser sugerida a sua sincronia cronológica. Curiosamente, encontra-se incluído no espaço de uma necrópole maioritariamente composta por monumentos «proto-megalíticos» e monumentos megalíticos de pequena dimensão (São Martinho/Paço Branco/Terrosa).

Para o sítio da Ladeira poder-se-ia defender igualmente uma ocupação relativa ao Neolítico antigo, baseada somente nos artefactos de adorno pessoal recuperados. Com efeito, tanto o pequeno pendente de xisto como o elemento de colar sobre concha de gastrópode são comuns

em contextos referentes a esta etapa cronológica. No entanto, nenhum outro dado permite atestar esta hipótese. As escavações recentes conduzidas no sítio (promovidas pela Câmara Municipal de Avis) não permitiram, até ao momento, identificar os níveis de ocupação pré-histórica que os vestígios de superfície sugerem. É referida apenas a recolha de abundante espólio pré-histórico, não se especificando a sua natureza.

Em relação ao Neolítico final, esta etapa cronológica encontra-se representada com relativa precisão nos sítios de Couto da Madalena 4, Penedo Gordo, Picanços 1 e Pedra da Malha 3. Tratam-se de pequenos sítios, implantados em plataforma a meia encosta ou sobre elevações suaves, onde a recolha de taças carenadas, esféricos e taças mamiladas sugerem a atribuição cronológica defendida. São sítios que não oferecem grandes condições de defensibilidade mas que, dado encontrarem-se incluídos em paisagem abertas, desfrutam de excelentes condições de visibilidade sobre a área envolvente. Por aproximação, poder-se-ia sugerir que sítios que oferecem as mesmas condições de implantação partilham a mesma atribuição cronológica – o que está longe de se poder afirmar com certezas. Curiosa é a sua dispersão ao longo do vale imediato da Ribeira Grande e a coincidência espacial com as principais necrópoles megalíticas identificadas. Estes pequenos sítios, localizados em áreas abertas, sobre elevações suaves (por vezes incluídos em áreas de grandes afloramentos graníticos) junto a importantes cursos de água, podendo ser designados como «povoados megalíticos abertos», parecem corresponder assim a ocupações atribuíveis ao Neolítico – com características de implantação próprias (que reflectirão estratégias específicas de exploração do espaço).

A curiosa incidência destes sítios neolíticos em áreas ricas em manifestações megalíticas leva a supor a sua sincronia crono-cultural, sendo tentador (contudo, obviamente arriscado, fazer corresponder a construção e utilização daqueles espaços sepulcrais aos habitantes de tais sítios). Tal evidência é especialmente possível de observar na área da necrópole megalítica da Herdade Grande, onde se encontram variados vestígios de locais de habitat (Penedo Gordo, Picanços 1 e 2, Cavaleiros 3, 7, 8 e 9), apartados por curtas distâncias. Esta proximidade e a sua escassa representatividade em termos artefactuais, poderá indicar uma ocupação sazonal no espaço, na mesma área mas não necessariamente no mesmo sítio – assemelhando-se (e embora os tempos sejam outros) ao que parece acontecer durante o Neolítico antigo de Reguengos de Monsaraz, na área junto ao Guadiana (Gonçalves, 2002). Regista-se, pois, um povoamento difuso, diluído no espaço mas concentrado numa área estratégica entre a necrópole megalítica da Herdade Grande e a importante fonte de recursos que constitui a Ribeira Grande. No entanto, a identificação de elementos de mó dormentes, embora isolados e dispersos pela área, parecem indicar a existência de comunidades mais estáveis – o que, segundo os dados de que se dispõe, não se reconhece incontestavelmente na área da Ribeira Grande.

Tomemos um exemplo concreto, que servirá de termo comparativo para a análise das relações povoado/necrópole na área da Ribeira Grande: nas proximidades da necrópole megalítica do Lucas (Alandroal), composta por pequenos monumentos, «os vestígios de habitat pré-histórico [...] parecem corresponder a um modelo disperso, em áreas abertas, com ténue expressão arqueológica» (Calado, 1993, p. 155), sendo referido que «a necrópole podia corresponder a grupos economicamente especializados na pastorícia, com uma mobilidade que justificasse a própria inconsistência dos vestígios habitacionais» (Calado, 2001, p. 78). Diga-se igualmente que a escavação da anta do Lucas 1 revelou espólio que sugere uma datação antiga dentro do megalitismo regional (nomeadamente machados de secção circular). Reconhecer-se-à aqui algo semelhante ao registado para a área em estudo ou diferenças cronológicas poderão separar ambos conjuntos? No estado actual dos conhecimentos não podemos responder com certezas.

Da mesma maneira e como modelo de comparação, será necessário referir os indícios de povoamento nas áreas envolventes das principais necrópoles do grupo megalítico do Crato, nomeadamente nas áreas de Vale da Anta, Espadaneira e Crucieira/Taliscas – onde se concentram vários espaços de habitat crono-culturalmente semelhantes e espacialmente relacionados com espaços «necropolizados» concretos (Parreira, 1996, p. 75-82). Levanta-se, assim e novamente, a hipótese de estes monumentos assinalarem áreas preferenciais de exploração de recursos, estando os povoados logicamente incluídos nestes territórios.

Noutro sentido, a extrema proximidade entre alguns espaços habitacionais neolíticos e monumentos megalíticos (como Monte das Oliveiras 2 em relação a Vale de Maceiras 1 e Arneiros 4 e 6 em relação a Arneiros 1) levanta várias questões que de momento não são possíveis de responder com certezas. Podemos, no entanto, encarar esta evidência em três hipóteses explicativas: (1) trata-se de um local de habitat anterior à construção do monumento; (2) trata-se de um pequeno acampamento de pastores instalado, durante o tempo de estacionamento, junto do monumento, usando-o como ponto de referência; (3) trata-se do acampamento dos construtores do monumento, aqui instalados temporariamente durante o tempo da sua construção. No estado actual dos conhecimentos, qualquer uma das premissas é válida – não sendo possível, à partida, refutar ou defender qualquer uma de elas.

Durante o Calcolítico, a julgar pelos exemplos dos sítios de Zambujeira 2 e 3, São João 1, Revenduda 1, Tapada do Vaz, Vaiamonte, Madalena e Castelo do Gusmão (ocupações comprovadas pela identificação de pratos e taças de bordo espessado ou outros tipos cerâmicos culturalmente coevos), parece registar-se uma nova concepção de utilização do espaço, com a ocupação de áreas não exploradas no Neolítico, com novas estratégias de implantação (abandono das estratégias de implantação em áreas abertas, privilegiando a implantação no topo de outeiros elevados). Tal «prática» poderá estar relacionada com fenómenos de «enxameamento» (Gonçalves, 1989a), em que, por falência de recursos (já que

a sobre-população não se parece evidenciar com os dados arqueográficos disponíveis), são ocupados territórios não ocupados numa etapa antecedente, não necessariamente por comunidades locais. Curiosamente, são escassos os monumentos megalíticos identificados na envolvente imediata de grande percentagem destes sítios – podendo as tumulações corresponder a uma tipologia de difícil identificação no terreno.

Com efeito, estabelecendo-se uma área teórica de captação de recursos para os sítios calcolíticos referidos, denota-se a escassez de monumentos megalíticos nas suas envolventes imediatas (o que não acontece com os sítios de habitat neolíticos, incluídos no espaço das necrópoles). Obviamente que se trata de um exercício teórico, remetendo-se para outro contexto de estudo uma análise mais pormenorizada deste facto (nomeadamente a nível da delimitação de áreas de captação de recursos por distância e tempo percorrido).

O que se ressalva de tal observação é a coincidência de sítios neolíticos com os solos mais férteis (ao longo do vale da Ribeira Grande), dominando estes povoados «megalíticos» extensas áreas de potencialidade agrícola (manchas de solos de tipo B, C e D), instalados em locais que permitam um claro controlo sobre o território e espacialmente relacionados com necrópoles megalíticas. Por outro lado, os sítios claramente calcolíticos encontram-se genericamente dispostos na orla dos solos pesados, dominando extensas áreas de várzea ideais para o estacionamento de gados. Poderá tal facto indicar uma ocupação das terras mais férteis (coincidindo com as manchas graníticas) no Neolítico, dispersando-se o povoamento para áreas com menos apetência no Calcolítico, revelando novas estratégias de exploração do território? Com base na análise dos dados disponíveis, a resposta parece ser afirmativa – embora as limitações impostas pelas respectivas condições de recolha levem a encarar com prudência qualquer hipótese explicativa.

Estes povoados calcolíticos tratam-se, no geral, de pequenos sítios, nunca excedendo as áreas de dispersão de espólio arqueológico os 200 m², delimitadas pelo exíguo espaço de ocupação permitido pelo topo dos cabeços em que se instala a larga maioria. Revelam, contudo, um manifesto interesse pelo controlo da paisagem envolvente (se não total, pelo menos sectorial) e pelas áreas supostas de exploração de recursos – sugerindo-se a existência de sistemas defensivos apenas em Tapada do Vaz e Castelo de Gusmão (embora neste último caso e como dito acima, a possível estrutura se possa referir à ocupação da Idade do Bronze aí registada).

Excepção à regra destas estratégias de implantação calcolíticas parece constituir o caso de Braga, instalado ao longo de uma encosta suave incluída num relevo levemente ondulado, sem preocupações excessivas a nível defensivo. O mesmo parece suceder em relação ao caso de Alter do Chão, embora a sua situação em pleno centro urbano limite um pouco a aferição de tal hipótese, a nível de análise de características micro-topográficas do terreno. Curiosamente, a localização espacial de ambos sítios coincide com áreas de «intensa» ocupação neolítica.

Tratar-se-á assim da calcolitização das comunidades megalíticas «autóctones», cujos vestígios se materializam nas extensas necrópoles de Herdade Grande e Alter Pedroso e nos diversos indícios de povoamento neolítico a elas associados? Obviamente que, no estado actual dos conhecimentos, tal hipótese está longe de ser defensável – somente sugerida no contexto de um esquema de racionalização teórica.

O que falta, com efeito, nas necrópoles megalíticas estudadas é a existência de um grande povoado que congregasse os esforços necessários à construção dos grandes monumentos que se encontram. Não se pode deixar de referir, pela sua proximidade, o povoado de Pombal (Monforte), que levanta duas questões pertinentes ao estudo das antigas comunidades camponesas no Sul de Portugal: a questão dos povoados com fossos e a questão da presença campaniforme no interior alentejano. No entanto, não é este o tempo ou o local para discutir tais questões (sendo a questão campaniforme sumariamente abordada devido ao conjunto recolhido na área do Ervedal). No entanto, este povoado parece-me já demasiado afastado deste universo, tanto a nível geográfico como a nível crono-cultural – aparentando um momento muito tardio para os parâmetros cronológicos do apogeu do megalitismo alentejano. Assim, para o que nos interessa, o povoamento reconhecido em torno ao povoado do Pombal, aparentemente anterior a este, parece corresponder, igualmente, a um povoamento disperso, sem uma importante expressão arqueológica e sem uma atribuição crono-espacial precisa – destacando-se, no entanto, sítios como Vale de Romeiras 2 ou Santo António 3 (Boaventura, 2001).

Assim, e desmitificando-se as ocupações relativas ao Calcolítico final da Cabeça de Vaiamonte (cf Capítulo 7.4), apenas o sítio de Pombal apresenta ocupações atribuíveis à segunda metade do 3º milénio a.n.e. – não sendo, contudo, incluído no contexto específico deste estudo.

Seja como for, na análise das estratégias de ocupação territorial há que ter em conta, e atendendo aos exemplos etnográficos, a seguinte compartimentação do espaço: povoado permanente (ou semi-permanente, em regimes sazonais) controlando o território; acampamentos estacionais em torno ao povoado central; campos de cultivo para agricultura de subsistência, no espaço entre o povoado central e os acampamentos subsidiários; malhadas de gado, no espaço entre o povoado central e os acampamentos subsidiários mas numa área já periférica do espaço; necrópole utilizada pelo conjunto da comunidade como meio de ligação ao espaço; áreas de mata, zona de caça no exterior imediato de influência directa do povoado central; áreas de captação de matéria-prima local para uso imediato, para acumulação de excedentes para «armazenamento» e permuta localizadas provavelmente num raio extenso. Porque, e uma coisa hoje seja certa e ao contrário da actualidade, o ser humano não pode viver amontoado – seja por motivos de higiene ou se supra-aproveitamento do território. A área da Ribeira Grande, apesar das conclusões deficitárias que os dados disponíveis permitem,

poderá – durante toda a possível diacronia de ocupação do espaço – configurar uma malha de povoamento semelhante, não tendo os dados, contudo e até ao momento, confirmado esta hipótese. Ou estaremos perante um cenário completamente distinto, em que o suposto lugar central estaria dividido por diversos pequenos lugares, cada um com o seu esquema de subsistência próprio, autónomos mas concomitantes, partilhando um óbvio sub-sistema mágico-simbólico comum?

8.4. Outros elementos da paisagem megalítica: menires, estelas-menir e rochas com «covichas».

A ocupação humana da paisagem da área da Ribeira Grande, materializada principalmente nos monumentos megalíticos e sítios de habitat identificados, manifesta-se ainda noutros elementos crono-culturalmente coevos: os monumentos megalíticos não funerários e as rochas com insculpturas do género «covichas». Tais manifestações revestem-se de importância idêntica àquela registada por monumentos megalíticos funerários e espaços de habitat, na medida em que reflectem igualmente esquemas dinâmicos de entendimento do espaço, no âmbito da sua ocupação e utilização, complementando-se numa lógica de legitimação de exploração do território.

Como referido, são escassos os elementos referentes ao megalitismo não funerário na área em estudo – sendo apenas de referir com certezas a estela-menir da Lameira, encontrando-se incluída (embora possivelmente desviado da sua posição original) num espaço bem delimitado em termos megalíticos: a necrópole da Lameira. Terá agido assim como «marco sinalizador» de um espaço concreto, marcando uma área de necrópole. Tal conjugação de elementos (monumentos ortostáticos e estelas/menires) não é inédita no contexto regional da área em estudo. No grupo do Crato, são de referir os exemplos de Saragonheiros 1 e Tapada da Lage das Peles, encontrando-se no primeiro caso um menir tombado junto à entrada do Corredor e no segundo um menir localizado a cerca de 60 m do monumento (Parreira, 1996). Igualmente no espaço da Coudelaria de Alter do Chão, a relação entre monumentos megalíticos funerários e monumentos megalíticos não funerários é evidenciada, nomeadamente na anta da Soalheira, com a presença de um menir na área fronteira do monumento (Oliveira, 2006). Mas mais uma vez se coloca a questão: o que antecede o quê? O que influenciou e o que foi influenciado?

O elemento designado como Pessilgais 2b relaciona-se igualmente com um monumento megalítico (anta de Pessilgais 2), encontrando-se tombado junto a este. No entanto e como dito acima, a sua interpretação reveste-se de alguma incerteza resultante da sua morfologia específica.

A presença de pequenos pilaretes de feição «menírica» no conjunto arquitectónico de monumentos funerários encontra-se igualmente registada na área em estudo, nomeadamente

em Pedro Tourez 1 e Cágados. Posicionam-se ambos casos na transição Corredor/Câmara (embora em Cágados este elemento se encontre já tombado), podendo ser interpretados como elementos de apoio da laje de «fecho em cutelo» ou de apoio a uma qualquer estrutura de fecho de tipologia desconhecida. Elementos semelhantes encontram-se na anta dos Penedos de São Miguel ou Anta Grande do Zambujeiro – não se tratando, em rigor, de menires reutilizados na estrutura tumular, antes de elementos específicos com uma função específica.

Não foram, assim, referenciados quaisquer elementos enquadráveis na categoria dos monumentos não funerários que surjam isolados (sem relação a monumentos funerários), contrastando com o que se conhece para áreas mais setentrionais (cf. Oliveira, 1998; Oliveira e Oliveira, 1999-2000) ou mesmo com a zona abaixo da Serra d'Ossa (Calado, 2006).

As rochas com «cavinhas», por seu lado, revestem-se ainda de factores de interpretação difusa. Se a respeito da sua cronologia precisa muitas questões poderão ser levantadas, em relação ao seu significado as perguntas continuam a ser mais que as respostas. Ao formarem padrões, estes não são actualmente reconhecíveis (não se podendo deixar de referir certas «composições» semi-circulares em Falcatos 1 e os conjuntos aparentemente alinhados com as fissuras naturais do xisto em São Domingos 2). Sobre a hipótese de poderem constituir «santuários», refira-se que em importantes complexos de arte como o do Vale do Tejo, estas manifestações ocupam um lugar periférico dentro do conjunto – nomeadamente, associados a curso de água secundários (Monteiro e Gomes, 1974-77; Henriques, Caninas e Chambino, 1995), pelo que poderão ser interpretadas como manifestações «artísticas» anódinas. Na área em estudo, surgem associados espacialmente a monumentos megalíticos (e, em menor número, a espaços de habitat), podendo ser crono-culturalmente correlacionados. Com efeito, a presença de insculpturas deste género em elementos arquitectónicos de monumentos megalíticos (Herdade Grande 6, Cumeada 2, Ladeira 2, Pedro Tourez 1...) permite associar, à primeira vista, a realização deste painéis ou blocos ao universo megalítico. Lembremos, contudo e a este respeito, que as cavinhas presentes se encontram maioritariamente nas faces externas daqueles elementos, encontrando-se cobertas pelo *tumulus* após a construção do monumento, pelo que duas hipóteses poderão ser levantadas: (1) são gravadas na altura da construção do monumento e propositadamente escondidas pela estrutura tumular; (2) são gravadas já numa altura de desestruturação da mamoa, em que as faces externas dos componentes se encontram expostas (numa clara lógica de manutenção de um espaço simbólico).

Para a defesa da primeira hipótese, vários argumentos poderão ser usados. Na face lateral da estela-menir do Monte da Ribeira, por exemplo, as «cavinhas» foram insculpturadas pouco acima da base, numa área que não seria visível por se encontrar subterrada (Gonçalves, Balbín-Behrmann e Bueno-Ramírez, 1997) – logo, a sua gravação seria contemporânea de erecção do monumento. Da mesma maneira, no monumento de Juan Ron 1, um conjunto de

«covichas» foram insculturadas na face interna de um dos esteios do Corredor, pouco acima da sua base. Segundo P. Bueno Ramírez e colaboradores, estas estariam «literalmente tapadas por el depósito del corredor, com lo que se certifica su factura megalítica sin ninguna duda (Bueno Ramírez *et al.*, 1998, p. 165). No monumento de Máimon 1, as «covichas» encontram-se igualmente insculturadas na face interna de uma das tampas do Corredor – podendo-se supor que seriam anteriores à colocação da mesma (Bueno Ramírez *et al.*, 1999; Bueno Ramirez e Balbín Behrmann, 2003). Contam-se ainda com os dados recolhidos no povoado do Escoural, onde as rochas com «covichas» surgem sob níveis de ocupação calcolítica (com datações ^{14}C coincidentes com a primeira metade do 3º milénio a.n.e.), sob muralhas ou derrubes das mesmas (Gomes, Gomes e Santos, 1993).

No entanto, para a defesa da segunda hipótese, outros argumentos estão disponíveis. Surgem, igualmente, em contextos de cronologias mais recentes, em necrópoles da Idade do Bronze pleno como na tampa da sepultura 23 da necrópole da Provença (Santos, Soares e Silva, 1974) ou na tampa da sepultura do Sobreiro (Gomes *et al.*, 2002), em necrópoles da Idade do Ferro como na estela 1 da necrópole da Abóboda (Beirão, 1986, p. 132) ou mesmo em necrópoles de época romana como Talha de Baixo (informação pessoal de André Carneiro). Poder-se-á sempre argumentar, contudo, que se tratam de reaproveitamentos de componentes de monumentos megalíticos em monumentos posteriores. Com efeito, não se encontra nenhuma associação directa entre monumentos com «covichas» gravadas e reutilizações dos mesmos em épocas posteriores (a não ser Anta Grande do Zambujeiro, com reutilizações/ocupações das Idades do Bronze e do Ferro). Como dito, surgem igualmente no painel de Pegadas do Diabo (com motivos iconográficos atribuíveis à Idade do Bronze) – contudo, divergem morfológicamente daquelas registadas nos vizinhos painéis de Falcatos 1 e 2 (e, em geral, naqueles teoricamente atribuíveis a uma idade neo-calcolítica). A sua presença em áreas de habitat, como Cavaleiros 8 e São João 1, permite igualmente supor que correspondem a um mesmo momento crono-cultural. Poderemos questionar, assim, se as «covichas» registadas nos monumentos megalíticos em estudo não seriam precisamente insculturadas com o objectivo de ficarem cobertas – tal como as gravuras registadas na face externa do primeiro esteio da Câmara da Anta Grande do Zambujeiro.

Registe-se, contudo, a sua óbvia relação com cursos de água, encontrando-se praticamente todos os elementos enquadráveis nesta categoria localizados no leito de ribeiras de caudal variável. Um caso curioso parece regista-se em Pedra do Fradinho 2 – elemento que se encontra relacionado com a necrópole megalítica da Herdade Grande e com a área de exploração de recursos dos povoados adjacentes e que poderá corresponder a um possível caso de litolatria, facto sugerido pelo aspecto zoomórfico (nomeadamente, de feição grosseiramente leporídea) da formação granítica, complementado pela gravação de «covichas» no seu topo.

9. INTEGRAÇÃO CULTURAL: NEOLÍTICO E CALCOLÍTICO ALTO ALENTEJANO NO CONTEXTO DO SUDOESTE PENINSULAR.

«A vasta região que [...] [é] o Alentejo, constitui, desde a alvorada dos tempos em que pode assinalar-se a presença do homem na terra portuguesa, o espaço geográfico onde, de preferência, as correntes culturais se cruzam, se chocam ou se refundem. Na terra alentejana têm surgido mais ou menos abundantes, testemunhos da passagem, do encontro ou da permanência de povos, como se esta terra sem barreiras naturais a todos chamasse e acolhesse no seu seio fértil, até que, revigorados ou emancipados, dela irradiassem com diversos rumos.»

Pina e Carvalho, 1962, p. 159.

Quando analisamos o megalitismo alto-alentejano, ou, numa visão puramente administrativa, do distrito de Portalegre, não é de todo possível contornar os trabalhos desenvolvidos por R. Parreira (1996) e J. Oliveira (1998). As conclusões retiradas do estudo das manifestações megalíticas das áreas do Crato e bacia do Sever tornam-se indispensáveis para a compreensão da evolução do megalitismo nesta área peninsular, sendo fácil alargar um pouco o espectro para as áreas circundantes, e ter um ponto de comparação disponível para outro tipo de análises. Aqueles trabalhos fornecem, no entanto, uma visão geral para o enquadramento específico do megalitismo da área da Ribeira Grande. Como se sabe, cada área é uma área, e os casos têm de ser vistos individualmente (mas sem perder de vista, é certo, os contextos mais abrangentes).

Espera-se, todavia, que a divulgação final dos resultados dos trabalhos recentes realizados na necrópole megalítica da Rabuje (Monforte), em complemento dos já divulgados a respeito dos monumentos da Coudelaria de Alter do Chão (Oliveira, 2006), dado a proximidade relativa com os monumentos em estudo, venha trazer novas luzes sobre o megalitismo da área austral do Norte Alentejano. No primeiro caso, dado as características específicas do conjunto, a definição da sincronia ou diacronia dos monumentos – e a sua possível relação com espaços habitacionais – revela-se extremamente importante, e, neste caso específico, de utilidade indispensável.

Da mesma maneira, a divulgação célere dos resultados obtidos com o desenvolver dos projectos COMONPH e MODELVAS, dado (e como referido acima) a sua inclusão na área geográfica em que o presente estudo se enquadra, revela-se de extrema importância para a caracterização rigorosa do fenómeno megalítico da parcela austral do Norte alentejano – estabelecendo-se semelhanças e divergências entre os diversos núcleos identificados.

Assim, e numa visão pluralista, o megalitismo da área da Ribeira Grande define-se em concordância com os grupos acima citados. Tendo em conta os dados fornecidos, e recorrendo

a critérios generalistas, a relativa homogeneidade dos conjuntos megalíticos alto-alentejanos/estremenhos (a nível de arquitecturas e espólio votivos), permite supor a possível existência de um grupo cultural homogéneo localizado no espaço entre o Tejo e a Serra d'Ossa (facto sugerido em Bueno Ramírez, 1988) – independente mas não alheio a grupos localizados em áreas mais austrais. Assim, o fenómeno de «megalitização» da paisagem na área da Ribeira Grande pode ser analisado tendo como ponto de comparação directa as áreas mais a Norte e os trabalhos aí realizados, não descurando, contudo, as evidências dos núcleos centro-alentejanos da linha Montemor-Évora-Reguengos. Com efeito, aqui dá-se a passagem entre os monumentos megalíticos do grupo Crato/Nisa e os importantes núcleos megalíticos da linha acima referida. Parece pois, ainda que a análise mereça e deva ser mais aprofundada, que estamos perante uma verdadeira área de fronteira. Lembremos, mais uma vez, que escassos quilómetros para Sul da área de estudo se encontra a Serra d'Ossa, verdadeiro marco na paisagem e represa «cultural», parecendo o fenómeno megalítico ter-se «vertido» pelas suas abas, por Mora e Elvas. Com efeito, as manifestações megalíticas são esparsas desde aqui até ao sopé da Serra, onde se encontram já os núcleos megalíticos da área sul de Estremoz (veja-se Leisner e Leisner, 1955; para uma leitura de espaço e distribuição de povoamento, veja-se Calado, 2001).

Os «megalitismos» do Crato e da bacia do Sever não divergem, assim e em grande medida, daquele registado na área da Ribeira Grande. Sendo mais evidentes as concordâncias que as divergências, será fácil supor que se enquadram no mesmo grupo crono-cultural. Denota-se, assim, uma relativa continuidade geográfica no megalitismo alto-alentejano, registando-se algumas soluções coincidentes em termos arquitectónicos e uma certa homogeneidade cultural dos mobiliários votivos.

Contudo, se as semelhanças são evidentes, as divergências também não deixam de o ser. O polimorfismo (arquitectónico e ritual) dos monumentos da bacia do Sever é explicado, de acordo com as escavações realizadas, não por factores cronológicos, mas por factores sócio-económicos – explicação baseada na contemporaneidade das datações ¹⁴C obtidas. São definidos assim dois «territórios» (Oliveira, 1998), evidenciados pelas diferenças no número e características específicas dos artefactos componentes dos mobiliários votivos, «independentemente de distintos e possíveis posicionamentos crono-culturais» (Oliveira, 2000, p. 433). É defendido, desta maneira, a existência de «ambientes completamente distintos, resultantes, seguramente, não de significativos afastamentos cronológicos, mas de contextos económicos e sociais diferentes» (Oliveira, 2000, p. 434), circunscritos pelos contextos paisagísticos em que se incluem – nomeadamente, a nível de solos e geologia (Oliveira, 1998).

Distinguem-se, assim: por um lado, comunidades instaladas em áreas graníticas, construtoras de grandes monumentos de granito junto a vales bem drenados e com solos leves, sendo comunidades sedentárias com bases económicas assentes na agricultura

secundadas por caça e pastorícia estante; por outro lado, comunidades instaladas em áreas xistosas, construtoras de pequenos monumentos, em espaços de declives acentuados e vales secos, com uma super-estrutura económica baseada na pastorícia transumante e na caça, com fraco vínculo ao território (Oliveira, 2000, p. 431-432).

Para o Crato, a situação afigura-se um pouco diversa. Regista-se uma maior homogeneidade em relação aos monumentos do Sever – registando-se principalmente divergências micro-espaciais, dentro da estrutura de uma mesma necrópole, explicadas de acordo com fenómenos culturais agindo de modo diversificado nos vários monumentos (Parreira, 1996). Denotam-se, contudo, certas deficiências no conhecimento do megalitismo do Crato – resultantes principalmente da escavação precoce dos monumentos. Com efeito, os trabalhos de R. Parreira, úteis a nível da definição do impacto do fenómeno megalítico na paisagem, deveriam ser complementados com um estudo rigoroso do espólio recolhidos por A. Isidoro (1965-66; 1967-68; 1970; 1971; 1973). Ressalva-se, contudo, os dados obtidos com a escavação da anta dos Penedos de São Miguel, grande monumento de Corredor longo (à semelhança da vizinha anta do Tapadão) cronstuído e utilizado na transição do 4º para o 3º milénio a.n.e., com variadas características arquitectónicas e rituais indispensáveis a uma melhor compreensão do fenómeno megalítico alto-alentejano (Gonçalves, Treinen-Claustre, Arruda, 1981).

Da mesma maneira, os monumentos megalíticos da região de Elvas (Viana, 1947-50; Viana e Deus, 1952 e 1954-58), incluídos no mesmo contexto regional, encontram-se ainda envoltos em semelhante obscurantismo, esperando-se – como dito acima – a divulgação dos resultados do projecto MODELVAS.

Neste contexto, os monumentos megalíticos da área da Ribeira Grande incluem-se culturalmente no grupo megalítico alto-alentejano (mas com algumas característica centro-alentejanas, lidas principalmente nas placas de xisto gravadas) - não se registando, contudo, diferenças «territoriais» tão vincadas como aquelas notadas por J. Oliveira (1998) a respeito do megalitismo da bacia do Sever, havendo uma relativa sobreposição espacial das diversas manifestações arquitectónicas (por vezes, até dentro da mesma necrópole). Regista-se, assim: diversidade geral, assente nas diferenças entre as diversas matizes geológicas; diversidade particular, assente nas diferenças entre monumentos da mesma necrópole. Mas, no entanto, se alguns conjuntos se caracterizam pela disparidade (como Torre do Ervedal, Serra das Penas, São Martinho/Paço Branco/Terrosa), outros primam pela homogeneidade dos seus componentes (como Herdade Grande).

Mas se os *espaços* se encontram bem delimitados, em relação aos *tempos* a análise complexifica-se, exigindo uma abordagem crítica e criteriosamente delimitada num contexto teórico-metodológico específico.

Analisando as datações obtidas para contextos megalíticos alentejanos (apenas as referentes a possíveis primeiras utilizações, excluindo-se aquelas referentes a reutilizações), e confrontando-as com o espólio recuperado, é possível distinguir dois momentos genéricos na evolução dos rituais funerários das antigas comunidades camponesas alentajanas – independentemente das características arquitectónicas dos monumentos, ressalvando-se o caso do *tholos* Olival da Pega 2b. Assim, um primeiro momento, com parâmetros cronológicos dispostos na segunda metade do 4º milénio a.n.e., caracteriza-se por um mobiliário votivo onde dominam os artefactos de pedra polida (com clara predominância dos machados de secção circular e corpo picotado) e os geométricos, escasseando a cerâmica. Um segundo momento, correspondendo à transição do 4º para o 3º milénio a.n.e., é composto pela associação entre placas de xisto gravadas (e placas de grés, dentro do contexto regional em que o presente estudo se insere), pontas de seta de retoque bifacial, lâminas de retoque abrupto e abundante cerâmica (de onde se destacam as taças carenadas tipo Crato/Nisa na área do Alentejo setentrional).

Quadro 3

Datações ¹⁴C para monumentos megalíticos alentejanos.

Sítio	Ref. Lab.	Contexto	Amostra	Anos BP	Cal. BC 2σ
Cabeceira 4	Beta-196094		Osso	4780±40	3650-3510
Rabuje 5	Beta-191133	Cr, sob esteio tombado	Carvão	?	3620-3350
Cabeço da Areia	Beta-196091		Osso	4650±40	3520-3350
Santa Margarida 2	Beta-153911	Sob estrutura de fecho Cr-Cm	Carvão	4410±60	3340-2900
Courelheiros 4	ICEN-976	Base Cr	Carvão	4240±150	3335-2459
Bola de Cera	ICEN-66	Base Cm	Ossos	4360±50	3258-2900
Horta	Beta-194313	Cm	Osso humano	?	3350-3020
Horta	Beta-194312	Cr	Osso humano	?	2800-2760
Santa Margarida 3	Beta-176897	Cm-8	Osso humano	4290±40	2930-2880
Santa Margarida 3	Beta-166416	Cm-1	Osso humano	4270±40	2920-2870
Santa Margarida 3	Beta-166422	Cm-7	Osso humano	4270±40	2920-2870
Olival da Pega 2b	ICEN-955	Fase 1, nv. 6/7	Osso humano	4290±100	3311-2584
Olival da Pega 2b	ICEN-956	Fase 1, nv. 7/7	Osso humano	4180±80	2918-2497
Olival da Pega 2b	ICEN957	Fase 1, nv. 5/7	Osso humano	4130±60	2883-2494

Bibliografia: Boaventura, 2006 (Rabuje 5); Gonçalves, 2001 (Santa Margarida 2); Gonçalves, 2003a (Santa Margarida 3, Olival da Pega 2b); Oliveira, 1998 (Bola de Cera, Courelheiros 4); Oliveira, 2006 (Horta); Rocha, 2005 (Cabeceira 4 e Cabeço da Areia).

Temos, assim, parâmetros cronológicos que enquadram o megalitismo alentejano entre meados do 4º milénio e meados do 3º milénio a.n.e. E estes cerca de mil anos incluem monumentos tão diversos como sepulturas «proto-megalíticas», antas de Corredor incipiente, antas de Corredor médio a longo e *tholoi*. Desta maneira, verifica-se a aparente coexistência

temporal entre sepulturas «proto-megalíticas» (como Cabeço da Areia) e monumentos de Corredor incipiente (como Santa Margarida 2 e Rabuje 5) por um lado, e monumentos de Corredor médio/longo (como Santa Margarida 3 e Horta) e *tholoi* (como Olival da Pega 2b) por outro. Com monumentos tipologicamente semelhantes (exceptuando-se os *tholoi*), o megalitismo da Ribeira Grande enquadra-se perfeitamente neste contexto – registando analogias arquitectónicas e artefactuais com os monumentos de Rabuje 5 e Horta.

Curioso será comparar tais datações com aquelas obtidas para a gruta do Escoural (referentes à segunda metade do 4º milénio a.n.e., coincidindo sensivelmente com aquelas obtidas para monumentos com espólio «arcaico»), denotando-se – a nível de espólio votivo – uma clara diferenciação dos rituais tipicamente «alentejanos», aparentemente contemporâneos daqueles registados em Santa Margarida 2 ou Rabuje 5. Com efeito, os rituais funerários registados na gruta do Escoural aproximam-se mais daqueles característicos de outras áreas peninsulares – nomeadamente, a península de Lisboa (cf. Zilhão e Carvalho, 1996). Temos, pois, duas componentes culturais distintas, aparentemente coexistentes no tempo e no espaço – não sendo este o local para aprofundar o debate de tal problemática (cf. discussão de dados em Gonçalves, 2001).

E aqui se levanta mais uma vez a questão em relação à cronologia dos monumentos «proto-megalíticos» e os próprios inícios do fenómeno megalítico – parecendo-me ser essa, actualmente, a principal questão a resolver no megalitismo alentejano.

O caso do Crato, tomando o exemplo das necrópoles de Vale d'Anta, Espadaneira e Crucieira/Taliscas, reflecte o agrupamento de monumentos «proto-megalíticos» em torno a um monumento de maiores dimensões (Parreira, 1996, p. 75-82), parecendo registar-se circunstância semelhante nos grupos de Évora e Montargil, nomeadamente nos núcleos do Álamo e Barrocal no primeiro caso (Leisner, 1949) e Portugal no segundo (Leisner e Leisner, 1959). No entanto, apenas escavações criteriosas e datações absolutas contextualizadas poderão responder à questão nevrálgica: o que antecede o quê? Se monumentos incluídos nesta categoria apresentam espólio aparentemente arcaico, outros aproximam-se em termos de mobiliários votivos das antas de Corredor. No entanto, a larga maioria dos monumentos «proto-megalíticos» de que se conhece espólio afigura-se cronologicamente anterior ao apogeu do megalitismo alentejano – usando-se os exemplos das áreas de Sines (Silva e Soares, 1983), Elvas (Leisner e Leisner, 1959; Lago e Abelgaria, 2001), Pavia (Rocha, 1998) e Coruche-Montemor (Leisner, 1959; Rocha, 2005). Para Reguengos de Monsaraz, intervenções recentes em determinados monumentos megalíticos poderiam clarificar um pouco tal problemática, ou, no âmbito específico daquele grupo, responder às múltiplas questões levantadas pelos monumentos de Areias e Gorginos (Gonçalves, 1992). No entanto, os dados conseguidos com a escavação da sepultura «proto-megalítica» de Capelinha 2 revelaram-se nulos (Gonçalves e Sousa, 2003).

Por outro lado, como referido, monumentos enquadráveis nesta categoria apresentam espólio «evoluído» (cf. Talha 1 em Rocha, 2005), podendo corresponder tanto a monumentos contemporâneos de antas de Corredor como a reutilizações de monumentos anteriores – não falando já do conjunto específico de Monchique (Leisner e Leisner, 1959; Gonçalves, 1989a), composto por monumentos com espólio «arcaico» (Buço Preto 2, Eira Cavada 1, Palmeira 6 e 11) e monumentos com espólio «evoluído» (Buço Preto 7, Rencovo, Palmeira 7)...

Se muito ainda se encontra por responder em relação ao megalitismo e rituais funerários alto-alentejanos, em relação aos sistemas e estratégias de povoamento (no estado actual dos conhecimentos) as perguntas continuam a ser mais que as respostas. Tendo em conta os exemplos da Ribeira Grande, Monforte e Crato (áreas onde se têm efectuado trabalhos de prospecção orientados neste sentido), os modelos de povoamento registado referem-se a pequenos sítios neolíticos e calcolíticos dispersos pelo território mas coincidentes (em especial aqueles referentes ao primeiro período cronológico referido) com importantes agrupamentos megalíticos. Denota-se pois a ausência de grandes povoados, não se encontrando identificados até ao momento povoados dotados de sistemas defensivos positivos (muralhas).

Conhecem-se, assim e apenas, alguns povoados «isolados» e não sistemas de povoamento complexos manifestando uma ocupação efectiva do território, sendo de referir sítios como Vidais (Gonçalves, 1979), Santa Vitória (Dias, 1996), Cabeço do Cubo (Oliveira e Dias, 1982), Moreiros (Boaventura, 2006), Pombal (Boaventura, 2001), Torrão (Lago e Albergaria, 2001). Curiosamente, três destes povoados (quatro, se contarmos com o enigmático caso de Pombal) correspondem a povoados com fossos – permitindo enquadrá-los na mesmo episódio cultural que Pijotilla, Perdigões ou Porto Torrão (mas com óbvias divergências, nomeadamente a nível de dimensão da área ocupada).

Num sentido genérico, e quando comparada a área em que se inclui o presente estudo com áreas mais austrais, denota-se uma relativa escassez de povoados referentes a uma etapa cronológica concomitante com o fenómeno megalítico, revelando um povoamento aparentemente disseminado e de fraca representatividade arqueológica. Assim, no 4º milénio a.n.e., a área alto-alentajana poderá corresponder genericamente a uma área de passagem de grupos de pastores transumantes até às planícies centro-alentejanas, resultando num modelo de povoamento de curto espectro – registando-se um povoamento mais sólido apenas numa etapa de transição Neolítico/Calcolítico ou já com a plena afirmação das comunidades agro-metalúrgicas? Os dados recolhidos por M. Calado (2001) em ambas espaldas da Serra d'Ossa parecem confirmar tal hipótese, registando-se um povoamento mais pobre na face Norte daquele sistema montanhoso.

Analisando assim os dados disponíveis (tendo em conta, contudo, que as disparidades registadas poderão somente reflectir lacunas específicas de investigação, obrigando a encarar

com prudência qualquer hipótese explicativa), parece denotar-se no Alto Alentejo um sistema de povoamento não tão estável como aquele registado a Sul da Serra d'Ossa. Com efeito, são evidentes as divergências entre ambas áreas, seja em termos de densidade de povoamento como de diacronia de ocupação do espaço. Na linha Montemor-Évora-Reguengos é possível inferir um contínuo temporal de ocupação do território, desde o Neolítico antigo ao Calcolítico final – facto comprovável pela comparação das datações obtidas para importantes contextos como Valada do Mato, Sala nº 1, Escoural, Torre do Esporão 3 e Monte Novo dos Albardeiros – registando-se somente o hiato contextual do obscuro Neolítico médio alentejano. Tais contextos denotam, igualmente, semelhanças crono-culturais com áreas ainda austrais, tomando os exemplos (a nível de cultura material e datações, sistematizadas em Soares e Cabral, 1993) de Porto Torrão (Arnaud, 1993), Monte da Tumba (Silva e Soares, 1987; Soares e Cabral, 1987) ou Santa Justa (Gonçalves, 1989a), revelando uma relativa homogeneidade cultural no Sudoeste peninsular em que o alto-alentejo deverá estar incluído – apesar das evidentes lacunas contextuais referidas.

Quadro 4

Datações ^{14}C para espaços de habitat neolíticos e calcolíticos alentejanos.

Sítio	Ref. Lab.	Contexto	Amostra	Anos BP	Cal. BC 2σ
Valada do Mato	Beta-153914	UE7	Carvão	6030±50	5040-4790
Valada do Mato	Grã-18298	UE7	Osso carb.	6530±90	5621-5321
Valada do Mato	Grã-18296	UE5A	Osso carb.	6370±80	5479-5081
Valada do Mato	Wk-12076	UE5A	Osso carb.	6316±37	5370-5140
Valada do Mato	Wk-12077	UE17	Osso carb.	6676±37	5670-5480
Escoural (pov.)	ICEN-609	Calcolítico pleno	Osso	4260±90	3090-2590
Escoural (pov.)	ICEN-608	Calcolítico pleno com metalurgia	Osso	4120±100	2910-2410
Escoural (pov.)	ICEN-601		Osso	4010±90	2870-2210
Escoural (pov.)	ICEN-610		Osso	3940±90	2850-2140
São Brás	ICEN-43		Carvão	4480±60	3360-2920
São Brás	ICEN-44		Carvão	4410±140	3500-2639
Sala nº 1	ICEN-444	Nível 6	Osso	4490±100	3500-2900
Sala nº 1	ICEN-445	Nível 5	Osso	4490±80	3490-2920
Sala nº 1	ICEN-447	Nível 4	Osso	4490±110	3510-2890
Sala nº 1	ICEN-448	Nível 3	Osso	4140±110	3018-2460
Mt. Nv. Albardeiros	ICEN-530	Fase 1	Osso	4060±80	2886-2460
Mt. Nv. Albardeiros	ICEN-529	Fase 2	Osso	3760±100	2470-1910

Bibliografia: Diniz, 2007 (Valado do Mato); Gomes, Gomes e Santos, 1993 (Escoural); Gonçalves e Sousa, 2000 (Sala nº1, Monte Novo dos Albardeiros); Parreira, 1990 (São Brás).

São, genericamente, sítios coevos e paralelizáveis (a nível de cultura material e estratégias de implantação) com aqueles referenciados na área da Ribeira Grande – em especial os sítios calcolíticos de São João 1, Alter do Chão e Braga. Regista-se, contudo, algumas lacunas

contextuais referentes a períodos antecedentes, denotando-se uma clara escassez de sítios atribuíveis ao Neolítico antigo.

No entanto, investigações recentes têm disponibilizado novos dados para a resolução desta problemática, embora ambos cenários estejam ainda longe de ser equiparáveis e os dados não sejam suficientes para definir um diagrama crono-cultural robusto. Indícios de povoamento referente encontravam-se do Alto Alentejo. Os sítios escavados na Coudelaria de Alter (e, provavelmente, São Martinho 8) vieram confirmar ocupações do espaço referentes ao Neolítico antigo – até então ausentes no registo arqueológico, mas que certas manifestações artísticas do Tejo e (paralelizando com a área levantina) os abrigos pintados de Arronches faziam supor existir. Em relação a etapas cronológicas referentes ao Neolítico final e Calcolítico, apenas novas escavações (e consequente publicação de resultados) poderão avançar com algumas respostas.

Contudo, o que importa reter é que, no estado actual dos conhecimentos, registam-se grandes diferenças de povoamento entre ambas áreas – o que o cenário da Ribeira Grande, de Monforte ou do Crato parece comprovar (embora muito ainda se possa fazer a este respeito, sobretudo com recurso a escavações). Assim, num esquema puramente teórico, podemos questionar se a área alto-alentejana setratará de um vasto espaço de pastagem, entre as encostas austrais da Serra da Estrela e a planície centro-alentejana, numa lógica de comunidades (ou segmentos destas) com uma super-estrutura económica baseada na transumância a larga escala – reflectida em sistemas de povoamento de curto espectro, em regime sazonal. A relação entre a implantação dos monumentos megalíticos e a paisagem, a dispersão e características específicas do povoamento e os sistemas de subsistência próprios destas comunidades permite supor que a resposta será afirmativa.

Com efeito e na verdade, trata-se de uma zona de passagem utilizada até finais do século XIX, incluída nas rotas de transumância de gados ovinos e caprinos, desde as encostas da Serra da Estrela até às planícies baixo-alentejanas. Fazendo-se a travessia na área de Vila Velha de Ródão, encontrando-se em Nisa a «porta de entrada» no Alentejo, estas jornadas de cerca de 400 km faziam-se em 8/9 dias de percurso, divididos em três etapas: Castelo Branco-Portalegre-Évora (Silbert, 1978). Obviamente, que as obrigatórias paragens para descanso e alimentação de gados e gentes se materializam em pequenos acampamentos temporários – que se instalariam, como já se disse, na mesma área (reconhecida pelos diversos constituintes da paisagem, naturais ou antrópicos) mas não necessariamente no mesmo sítio.

Assim, tendo em conta a super-estrutura económica das comunidades megalíticas, e os próprios fundamentos da sua subsistência, a relação entre a implantação específica de alguns monumentos e rotas de transumância poderá ser sugerida, assim como os modelos de povoamento registadas. Na verdade, a trasumância faz sentido numa lógica de supra-aproveitamento de recursos e o povoamento esparso pode ser lido precisamente neste sentido.

No entanto, incluída a componente agrícola nos sistemas económicos destas comunidades (ainda que no âmbito de uma economia de subsistência), um certo nível de sedentarização seria de supor. Obviamente que entre a acção de semear e aguardar a época de colheitas decorre um período relativamente extenso, abrangendo o necessário controlo de sementes indispensáveis para o seguinte ano agrícola. Esta agricultura de subsistência, praticada nos campos em torno ao espaço de habitat, seria realizada até à exaustão dos solos – o que implicaria o abandono dos povoados ou a sua ocupação cíclica (para regeneração).

E assim se questiona: seriam os grandes monumentos megalíticos alto-alentejanos marcas de passagem ou efeito de uma ocupação efectiva do território? Dependerá, então, a identificação de sistemas de povoamento mais estáveis de um maior investimento na investigação específica desta contextos?

Tendo em conta os dados apresentados, podemos apontar para o interior alentejano uma multiplicidade de correntes culturais que se entrecruzam e influenciam? Com um importante foco de irradiação a partir de Évora (onde, curiosamente se encontram as bacias dos três principais rios do Sudoeste peninsular: Sado, Tejo e Guadiana)? Observando as evidências, a resposta parece ser afirmativa. Assim, os enterramentos do Vale do Sorraia (Vicente, Andrade e Dias, 1971) ou o acampamento de Cabeço do Pé da Erra (Gonçalves, 1982; 1983-84a) poderão indicar a penetração de comunidades alentejanas em terras de Ribatejo, a caminho da região estremenha? As características tipicamente «alto-alentejanas» das placas de xisto gravadas da Lapa da Galinha (Gonçalves, Andrade e Pereira, no prelo) indicarão já a presença destas comunidades na Estremadura? Da mesma maneira, as particularidades do megalitismo (Cardoso, Caninas e Henriques, 2003) e do povoamento (cf. os sítios de Cabeço da Velha em Cardoso *et al.*, 1998 e da Carneca do Fratel em Soares, 1988) na pene-planície alvicastrense não indicaram a subida de pastores megalíticos alentejanos?

A proveniência do suporte dos artefactos de pedra polida da península de Lisboa (em particular, o caso de Leceia com um foco de captação precisamente na área em estudo, segundo Cardoso e Carvalhosa, 1995) indica este óbvio intercâmbio de gentes, matérias e ideias. Facto igualmente comprovado pela presença do sílex estremenho, algarvio ou andaluz no interior alentejano ou, no caso concreto da área em estudo, pela presença do elemento de colar sobre concha de gastrópode costeiro no sítio da Ladeira.

E assim, mesmo apesar das suas especificidades, o megalitismo e as comunidades megalíticas da área da Ribeira Grande enquadram-se (a nível crono-cultural) no contexto macro-regional em que se encontram, recebendo e possivelmente difundindo influências, articulando-se em esquemas de troca de créditos, motivados pela circulação de gentes, materiais e ideias na área do Sudoeste peninsular durante os 4º e 3º milénios a.n.e.

Mas, obviamente, muito há ainda por fazer...

FECHANDO...

«Para *concluir* em Arqueologia, há que *crivar* a realidade e procurar-lhe coerências, hierarquizando-as.

No entanto, as diferentes gradações das malhas dos crivos originam sempre múltiplas e contraditórias leituras. Uma malha larga deixa passar para o crivo seguinte situações que só têm uma ilusória dimensão em comum. Algumas das similitudes assim encontradas poderiam ser, noutra contexto, definitivas diferenças.

Similitudes e diferenças são, por isso, demasiadas vezes, um tanto artificiais. E se a malha for excessivamente apertada, o caos pode ainda ser maior.»

Gonçalves, 1992, p. 163-164.

Resumindo, o fenómeno de «megalitização» da paisagem na área da Ribeira Grande (desde a própria implantação específica dos monumentos à relação crono-espacial entre eles) está fortemente relacionado com diversos factores, nomeadamente na morfologia do relevo (com a vinculação a pontos específicos da paisagem), nos recursos hídricos disponíveis (nos quais o curso da Ribeira Grande desempenha importante papel), na capacidade de uso dos solos e no contexto geológico. Nota-se, assim, uma interessante heterogeneidade que se reflecte nos padrões de implantação dos monumentos (desde a implantação no topo de elevações até à implantação no fundo de vales), na integração dos monumentos na paisagem (em termos de *visibilidade* ou *invisibilidade*) e na própria morfologia dos monumentos (desde os pequenos monumentos da área dos xistos até aos grandes monumentos das áreas graníticas). Regista-se, com efeito, grande diversidade, manifestando cada pólo com sua expressividade própria – sendo evidente a curiosa concentração em pontos específicos da paisagem, que pode aqui ser explicada em quatro pontos-base:

- 1 – a geologia, com a existência de rochas granitoides preferíveis para este tipo de construções;
- 2 – a orografia, com paisagens levemente onduladas, com condições de assentamento razoáveis;
- 3 – a hidrografia, com áreas bastante irrigadas e com fácil acesso à importante fonte de recursos que constitui a Ribeira Grande;
- 4 – o tipo de solos, com solos leves, ideias para a pequena agricultura de enxada.

Os monumentos megalíticos da área em estudo estruturam-se, assim, em função de três critérios básicos de inserção na paisagem: relacionados com pontos de passagem, relacionados com eixos de circulação, relacionados com marcos geográficos importantes,

relacionados com áreas de ocupação preferencial de exploração de recursos – registando uma interessante heterogeneidade, a nível macro e micro-espacial, denotando-se a curiosa coincidência de monumentos megalíticos em áreas graníticas (organizados em necrópoles por vezes extensas), surgindo monumentos isolados e necrópoles pouco extensas nas áreas de xistos. Regista-se, igualmente, a singular relação entre monumentos megalíticos «típicos» e monumentos «proto-megalíticos», fazendo por vezes parte de uma mesma necrópole.

A questão dos locais de habitat dos construtores e utilizadores das necrópoles megalíticas da área da Ribeira Grande revelou-se extremamente difícil de definir, quando apenas se dispunham de dados recolhidos em prospecção. Assim, à aparente concentração de monumentos megalíticos, que se parecem agrupar formando pequenos núcleos bem localizados na paisagem, definindo áreas de necrópole, parece que condiz uma ocupação modelar do espaço, com um povoamento disseminado e com fraca representatividade arqueológica – característico de comunidades com uma super-estrutura económica baseada na pastorícia transumante e agricultura de pequena escala.

Denota-se, contudo, a curiosa incidência de povoados atribuíveis ao Neolítico ao longo do curso da Ribeira Grande, em áreas abertas de solos leves (coincidindo com as manchas graníticas), surgindo o povoamento calcolítico em áreas mais periféricas, de relevos mais duros e superfícies mais dissecadas (coincidindo com as áreas xistosas).

Pelo exposto, regista-se a inclusão cultural do megalitismo e das comunidades megalíticas da Ribeira Grande no contexto regional alto alentejano – e no contexto supra-regional do Sudoeste peninsular – ressaltando-se, contudo, as especificidades próprias da área estudada.

Assim, espera-se que se tenha contribuído, de certa maneira e por enquanto apenas com algumas considerações gerais, para uma melhor definição e compreensão das antigas sociedades camponesas dos quarto e terceiro milénios a.n.e. no Norte Alentejano.

Lisboa/Fronteira/Crato/Estremoz/Ferreira do Alentejo

Junho de 2008-Setembro de 2009

RESUMO

Situada numa área deprimida entre a Serra de S. Mamede e a Serra d'Ossa, e fortemente moldada pelo relevo destas duas importantes cadeias montanhosas, a área da Ribeira Grande regista uma grande heterogeneidade a nível geológico e orográfico, diversidade esta que se reflecte, como é óbvio, na morfologia e distribuição dos monumentos megalíticos e nos padrões de assentamento das comunidades que os construíram e utilizaram.

Partindo de situações concretas, analisa-se o fenómeno de «megalitização» da paisagem, baseado na implantação específica dos monumentos e na relação crono-espacial entre eles, enquadrando-os na morfologia do relevo, nos recursos hídricos disponíveis (nos quais o curso da Ribeira Grande desempenha importante papel), na capacidade de uso dos solos e no contexto geológico. Nota-se, assim, uma interessante heterogeneidade que se reflecte nos padrões de implantação dos monumentos (deste a implantação no topo de elevações até à implantação no fundo de vales), na integração dos monumentos na paisagem (em termos de visibilidade ou invisibilidade) e na própria morfologia dos monumentos (desde os pequenos monumentos da área dos xistos até aos grandes monumentos das áreas graníticas) – manifestando cada pólo a sua expressividade própria.

A questão dos locais de habitat dos construtores e utilizadores das necrópoles megalíticas é igualmente debatida à luz dos dados actualmente disponíveis. Assim, à aparente concentração de monumentos megalíticos, que se parecem agrupar formando pequenos núcleos bem localizados na paisagem, definindo áreas de necrópole, parece que condiz uma ocupação modelar do espaço, com um povoamento disseminado e com fraca representatividade arqueológica – característico de comunidades com uma super-estrutura económica baseada na pastorícia transumante e agricultura de pequena escala.

Poderemos, pois, estar perante um cenário em que as comunidades privilegiam a mobilidade, com sistemas de assentamento de curto espectro e onde não se regista um claro investimento em estruturas habitacionais duráveis, o que não impediu, contudo, que se construíssem grandes monumentos.

Palavras-chave: megalitismo, comunidades megalíticas, «necropolização» da paisagem, Norte alentejano.

ABSTRACT

Located in a depressed area between Serra de São Mamede e Serra d'Ossa, and strongly shaped by the relief of this two important mountain ranges, the area of Ribeira Grande presents an important diversity in a geological and orographical level, diversity that is reflected, obviously, in the morphology and distribution of megalithic monuments and in the patterns of settlement of the communities that built and used those monuments.

Starting with concrete situations, the «megalithization» of the landscape phenomenon is analysed, based on the specific implementation of the monuments and the chrono-spatial relationship between them, placing them in the morphology of the relief, in the water resources (in which the course of Ribeira Grande plays an important role), in the land use capacity and in the geological context. Thus, it is noted an interesting variety that is reflected in the patterns of implementation of the monuments (from the top of hills to the bottom of valleys), the integration of the monuments in the landscape (in terms of visibility and invisibility) and in the morphology of the monuments (from the small monuments of schist areas to the large monuments of granite areas) – expressing each pole their own expressiveness.

The question of habitat places of the builders and users of megalithic tombs is also discussed based on the currently available data. Thus, to the apparent concentration of megalithic monuments, which seem to group forming small clusters well located on the landscape, defining areas of necropolis, it seems to match a consistent model of space occupancy, with scattered population and a low archaeological representation – typical of communities with an economical super-structure based on transhumant pastoralism and small-scale agriculture.

Therefore, we may be facing a scenario in which the communities prefer mobility, with short spectrum settlement systems and where there is not a clear investment in durable housing structures – which has not, however, impeditive to that large monuments were built.

Key-words: megalithic monuments, megalithic communities, «necropolization» of the landscape, North Alentejo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO MARRERO, J. A.; CÁMARA SERRANO, J. A.; HARO NAVARRO, M.; MOLINA GONZÁLEZ, F.; MONTUFO MARTÍN, A. M.; SÁNCHEZ JIMÉNEZ, I.; SPANEDDA, L. (2006) – Organización territorial en el valle del Río Gor en la Prehistoria Reciente. In BICHO, N. F. (ed.) – *Simbolismo, Arte e Espaços Sagrados na Pré-História da Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Centro de Estudos do Património/Departamento de História, Arqueologia e Património (Universidade do Algarve), p. 39-52.
- ANDRADE, M. A. (2009) [no prelo] – Fronteira megalítica: algumas considerações gerais (enquanto as particulares não estão disponíveis) a respeito das «necrópoles megalíticas» do concelho de Fronteira. *Actas das III Jornadas Arqueológicas do Norte Alentejano*. Lisboa: Edições Colibri.
- ARNAUD, J. M. (1971) – Os povoados «neo-eneolíticos» de Famão e Aboboreira (Ciladas, Vila Viçosa), notícia preliminar. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra.
- ARNAUD, J. M. (1993) – O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*. 2, p. 41-60.
- ARON, R. (1948) – *Introduction à la philosophie de l'Histoire*. Paris: Gallimard.
- BEIRÃO, C. M. (1986) – *Une civilisation Protohistorique du Sud du Portugal – 1er Age du Fer*. Paris: Diffusion de Boccard.
- BELLIDO BLANCO, A.; GÓMEZ BLANCO, J. L. A. (1996) – Megalitismo y rituales funerarios. *Complutum*. Extra 6: 1, p. 141-152.
- BELLO DIEGUEZ, J. M.; CRIADO BOADO, F.; VAZQUEZ VARELA, J. M. (1982a) – Megalitismo y médio físico en el NW de la Península Ibérica: estado actual de la question y perspectivas. *Zephyrus*. Salamanca. 34-35, p. 148-158.
- BELLO DIEGUEZ, J. M.; CRIADO BOADO, F.; VAZQUEZ VARELA, J. M. (1982b) – Aproximación a un modelo económico-social del Megalitismo del NW peninsular. *Brigantium*. Coruña. 3, p. 33-39.
- BELLO DIEGUEZ, J. M.; CRIADO BOADO, F.; VAZQUEZ VARELA, J. M. (1984) – Médio físico y sociedades megalíticas. Aproximaciones a los problemas constructivos de los megalitos en el NW peninsular. *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 7/8, p. 31-58.
- BELLO DIEGUEZ, J. M.; CRIADO BOADO, F.; VAZQUEZ VARELA, J. M. (1985) – Cultura megalítica y médio natural en el NW peninsular. *Arqueologia Espacial*. Teruel. 6, p. 229-235.
- BICHO, N. F. (2006) – *Manual de Arqueologia pré-histórica*. Lisboa: Edições 70.
- BOAVENTURA, R. (2000) – A geologia das Antas de Rabuje (Monforte, Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3: 2, p. 15-23.
- BOAVENTURA, R. (2001) – *O sítio calcolítico do Pombal (Monforte): uma recuperação possível de velhos e novos dados*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 20).
- BOAVENTURA, R. (2006) – Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do *cluster* de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 21. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 61-74.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1988) – *Los dólmenes de Valencia de Alcantara*. Madrid: Ministerio de Cultura (*Excavaciones Arqueológicas en España*, 155).

- BUENO RAMÍREZ, P.; BALBÍN BEHRMANN, R. (2003) – Grafías y territorios megalíticos en Extremadura. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo*, Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 25), p.407-448.
- BUENO RAMÍREZ, P.; BALBÍN BEHRMANN, R.; BARROSO BERMEJO, R.; ALDECOA QUINTANA, M. A.; CASADO MATEOS, A. B. (1998) – Sepulcros megalíticos en el Tajo: excavación y restauración de dólmenes en Alcántara, Cáceres, España. *Ibn Maruán*. Marvão. 8, p. 135-182.
- BUENO RAMÍREZ, P.; BALBÍN BEHRMANN, R.; BARROSO BERMEJO, R.; ALDECOA QUINTANA, M. A.; CASADO MATEOS, A. B. (1999) – Arte megalítico en Extremadura: los dolmenes de Alcantara, Cáceres, España. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 7, p. 85-110.
- CALADO, M. (1993) – *Carta arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal.
- CALADO, M. (1994) – A necrópole dolménica do Monte Lucas (Terena, Alandroal). *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 125-131.
- CALADO, M. (2001) – *Da Serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de Pré-História regional*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 19).
- CALADO, M. (2005) – *Menires do Alentejo central*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- CHAPMAN, R. (1979) – Transhumance and megalithic tombs in Iberia. *Antiquity*. 53: 208, p. 150-152.
- CAMERON, C. M. (1993) – Abandonment and archaeological interpretation. In CAMERON, C. M.; TOMKA, S. A., eds. – *Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological approaches*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 3-7.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. (2003) – Investigações recentes do megalitismo funerário da região do Tejo internacional (Idanha-a-Nova). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série, 21, p. 151-207.
- CARDOSO, J. L.; CARVALHOSA, A. B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): análise de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 123-152.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. (1998) – A ocupação neolítica do Cabeço da Velha (Vila Velha de Rodão). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 3-4, p. 61-81.
- CARLOS IZQUIERDO, J. I. (1988) – Una aproximación territorial al fenómeno megalítico: La Rioja alavesa e Cuartango. *Munibe*. San Sebastian. Sup. 6, p. 113-127.
- CARNEIRO, A. (2004) – *Povoamento romano no actual concelho de Fronteira*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Fronteira/Câmara Municipal de Cascais.
- CARNEIRO, A. (2005a) – *Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*. Lisboa: Câmara Municipal de Fronteira/Edições Colibri.
- CARNEIRO, A. (2005b) – Espólio da necrópole romana da Herdade dos Pocilgais (Fronteira): uma leitura integrada. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série, 23, p. 283-320.
- CARVALHO, A. M. G.; CARVALHOSA, A. B. (1982) – *Carta Geológica de Portugal, notícia explicativa da folha 32A (Ponte de Sor)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

- CHERRY, J. F. (2005) – Survey. In RENFREW, C.; BAHN, P. (eds.) – *Archaeology. The Key Concepts*. London/New York: Routledge, p. 186-189.
- CORREIA, V. (1921) – *El Neolítico de Pavia (Alentejo, Portugal)*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales (edição fac-similada, 1999).
- CREIGHTON, O. H.; SEGUI, J. R. (1998) – The Ethoarchaeology of Abandonment and Post-Abandonment Behaviour in Pastoral Sites: Evidence from Famorca, Alacant Province, Spain. *Journal of Mediterranean Archaeology*. 11: 1, pp. 31-52.
- CRIADO BOADO, F. (1984-85) – El tercer factor o la lógica oculta del emplazamiento de los túmulos megalíticos gallegos. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Santiago de Compostela. 45: 100, p. 7-18.
- CRIADO BOADO, F. (1999) – Del terreno al espacio: planteamiento y perspectivas para la Arqueología del Paisaje. *Criterios y Convenciones en Arqueología del Paisaje*. Santiago de Compostela. 6.
- CRIADO BOADO, F.; AIRA RODRIGUEZ, M. J.; DIAZ-FIERROS, F. (1986) – *La construcción del Paisaje: megalitismo y ecología. Sierra de Barbanza*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- CRIADO BOADO, F.; FÁBREGAS VALCARCE, R. (1989) – Aspectos generales del Megalitismo galaico. *Arqueología*. Porto. 19, p. 48-63.
- CRIADO BOADO, F.; FÁBREGAS VALCARCE, R.; VAQUERO LASTRES, X. (1990-91) – Concentraciones de túmulos y vías naturales de acceso al interior de Galicia. *Portugália*. Porto. Nova série, 11-12, p. 27-38.
- CRIADO BOADO, F.; VAQUERO LASTRES, J. (1993) – Monumentos, nudos en el pañuelo. Megalitos, nudos en el espacio: análisis del emplazamiento de los monumentos tumulares gallegos. *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid. Série 2, 6 (*Prehistoria y Arqueología*), p. 205-261.
- CRIBB, R. (1991) – *Nomads in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DIAS, A. C. (1996) – *Elementos para o estudo da sequência estratigráfica e artefactual do povoado calcolítico de Sta. Vitória*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiado.
- DINIZ, M. (2007) – *O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no interior/Sul de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 48).
- DUQUE ESPINO, D. M. (2003) – Aproximación a la evolución del paisaje vegetal neolítico de la cuenca del Río Sever a partir de los datos antracológicos preliminares de varios monumentos megalíticos. *Ibn Maruan*. Marvão. 12, p. 199-230.
- DUQUE ESPINO, D. M. (2005) – Resultados antracológicos de los yacimientos de la Coudelaria de Alter do Chão y su integración en las secuencias paleoecológicas y paleoambientales de la Prehistoria Reciente del Suroeste peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 21-41.
- EIROA, J. J.; BACHILLER GIL, A.; CASTRO PÉREZ, L.; LOMBA MAURANDI, J. (1999) – *Nociones de tecnología y tipología en Prehistoria*. Barcelona: Editorial Ariel.
- FABIÃO, C. (1996) – O povoado fortificado da Cabeça de Vaimonte (Monforte). *A Cidade*. Portalegre. Nova série, 11, p. 35-84.
- FÁBREGAS VALCARCE, R. (1988) – Megalitismo de Galicia. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 28: 1/2, p. 57-70.
- FEIO, M. (1983) – O relevo da Serra d'Ossa: uma interpretação tectónica. *Finisterra*. Lisboa. 18: 35.

- FEIO, M.; MARTINS, A; DAVEAU, S. (2004) – O Alto Alentejo e a Beira Baixa. In FEIO, M.; DAVEAU, S. (orgs.) – *O relevo de Portugal. Grandes unidades regionais*. Coimbra: Associação Portuguesa de Geomorfólogos, p. 33-47.
- FERREIRA, D. B.; FERREIRA, A. B. (2004) – Aspectos gerais. In FEIO, M.; DAVEAU, S. (orgs.) – *O relevo de Portugal. Grandes unidades regionais*. Coimbra: Associação Portuguesa de Geomorfólogos, p. 9-19.
- FERREIRA, O. V (1970) – Alguns objectos inéditos, bastante raros, da colecção do Prof. Manuel Heleno. *O Arqueólogo Português*. 3ª série, 4, p. 165-174.
- GARCÍA MARTÍN, P. (1991) – El pastoreo y las vías pecuarias. *Cañadas, Cordeles y Veredas*. Valladolid: Junta de Castilla y León.
- GARCÍA MARTÍN, P. (2000) – Cosmovisión y historia de la transhumancia en la Península Ibérica. In OLIVEIRA, A.; SILVA, F (dir.) – *Actas do Colóquio «Montemuro – a última Rota de transumância»*. Arouca: Associação de Defesa do Património Arouquense/Escola Superior Agrária de Viseu.
- GIL GARCÍA, F. (2003) – Manejos espaciales, construcción de paisajes y legitimación territorial: en torno al concepto de monumento. *Complutum*. 14, p. 19-38.
- GOMES, L. F. C. (1996) – *A necrópole megalítica de Lameira de Cima (Penedono – Viseu)*. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 4 (número monográfico).
- GOMES, M. V. (1983) – Arte esquemática do Vale do Tejo. *Zephyrus*. Salamanca. 36, p. 277-285.
- GOMES, M. V. (1997) – Anta da Belhoa (Reguengos de Monsaraz, Évora). Resultados da campanha de escavações de 1992. *Cadernos de Cultura*. Reguengos de Monsaraz. 1, p. 36-69.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; SANTOS, M. F. (1993) – O santuário exterior do Escoural – Sector SE (Montemor-o-Novo, Évora). *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 79-91.
- GOMES, M. V.; PAULO, L. C.; FERREIRA, S. D.; RAMOS, J. (2002) – Sepultura da Idade do Bronze do Sobreiro (Mato Serrão, Lagoa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5: 2, p. 191-218.
- GONÇALVES, F.; FERNANDES, A. P. (1973) – *Carta Geológica de Portugal, notícia explicativa da folha 32C (Portalegre)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- GONÇALVES, F.; ZBYSZEWSKI, G.; COELHO, A. V. P. (1975) – *Carta Geológica de Portugal, notícia explicativa da folha 32D (Sousel)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- GONÇALVES, V. S. (1979) – Importantes descobertas arqueológicas no povoado da Idade do Cobre de Vidais (Marvão). *Clio*. Lisboa. 1, p. 178-179
- GONÇALVES, V. S. (1982) – O povoado calcolítico do Cabeço do Pé da Erra (Coruche). *Clio*. Lisboa. 4, p. 7-18.
- GONÇALVES, V. S. (1983-84a) – Cabeço do Pé da Erra (Coruche), contribuição da Campanha 1 (83) para o conhecimento do seu povoamento calcolítico.
- GONÇALVES, V. S. (1983-84b) – Artefacto de pedra polida de grandes dimensões proveniente de Almodôvar (Beja). *Clio/Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 197-199.
- GONÇALVES, V. S. (1987) – O povoado pré-histórico da Sala nº 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a campanha 1 (88). *Portugália*. Nova série, 8, p. 7-16.

- GONÇALVES, V. S. (1989a) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental: uma aproximação integrada*. Lisboa: Uniarq/ INIC.
- GONÇALVES, V. S. (1989b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 1: Deusa(s) Mãe, placas de xisto e cronologias: uma nota preambular. *Almansor*. Montemor-o-Novo. 7, p. 289-302.
- GONÇALVES, V. S. (1992) – *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Uniarq/INIC (Cadernos da Uniarq, 2).
- GONÇALVES, V. S. (1993) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 3: A Deusa dos Olhos de Sol, um primeiro olhar. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. 5ª série, 15, p. 41-47.
- GONÇALVES, V. S. (1996) [2003] – Pastores, agricultores e metalurgistas em Reguengos de Monsaraz: os 4º e 3º milénios. *Ophiussa*. Lisboa. 0, p. 77-96.
- GONÇALVES, V. S. (1999a) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- GONÇALVES, V. S. (1999b) – Time, Landscape and Burials. 1: Megalithic Rites of the Ancient Peasant Societies in Central and Southern Portugal. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 1, p. 83-91.
- GONÇALVES, V. S. (2001) – A anta 2 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2, p. 115-206.
- GONÇALVES, V. S. (2002) – Lugares de povoamento das antigas sociedades camponesas entre o Guadiana e a Ribeira do Álamo (Reguengos de Monsaraz): um ponto da situação em inícios de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5: 2, p. 153-189.
- GONÇALVES, V. S. (2003a) – *STAM-3, a anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 32).
- GONÇALVES, V. S. (2003b) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. 2ª edição. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- GONÇALVES, V. S. (2004) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 5: o explícito e o implícito. Breve dissertação, invocando os limites fluidos do figurativo, a propósito do significado das placas de xisto gravadas do terceiro milénio a.n.e. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 1, p. 165-183.
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M.; PEREIRA, A. (no prelo) – As placas de xisto gravadas da Lapa da Galinha (Alcanena).
- GONÇALVES, V. S.; BALBÍN-BEHRMANN, R.; BUENO-RAMÍREZ, P. B. (1997) – A estela-menir do Monte da Ribeira (Reguengos de Monsaraz, Alentejo, Portugal). *Brigantium*. 10, p. 235-254.
- GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A.; ANDRADE, M. (2003) – A propósito do reaproveitamento de algumas placas de xisto gravadas da região de Évora. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 21, p. 209-244.
- GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A.; ANDRADE, M. (2005) – As notáveis placas votivas da Anta dos Cabacinheiros (Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2000) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente Peninsular (espaços da vida, espaços da morte: sobre as antigas sociedades camponesas de Reguengos de Monsaraz). In GONÇALVES, Victor S., ed. –

- Muitas antas, pouca gente?*, Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 16), p. 11-104.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2003) – Novos dados sobre o grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: o limite oriental. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo*, Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 25), p.199-226.
- GONÇALVES, V. S.; TREINEN-CLAUSTRE, F.; ARRUDA, A. M. (1981) – Anta dos Penedos de S. Miguel (Crato), campanha 1-(81). *Clio*. Lisboa. 3, p. 153-164.
- HELENO, M. (1931) – Notícia de alguns instrumentos neolíticos de grande comprimento. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 29, p. 170-173.
- HELENO, M. (1953) – Notas sobre algumas estações da época lusitano-romana. *O Archeólogo Português*. Lisboa. Nova série, 2, p. 257-260.
- HENRIQUES, F.; CANINAS, J. C.; CHAMBINO, M (1995) – Rochas com covinhas na região do Alto Tejo português. In JORGE, V. O. (coord.) - Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular. 8. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35: 4, p. 191-206.
- HODDER, I. (1987) – Converging Tradition: The Search for Symbolic Meanings in Archaeology and Geography. In WAGSTAFF, J. M. (ed.) – *Landscape of Culture: Geographical and Archaeological Perspectives*. New York: Basil Blackwell, p. 134-145.
- HOSKIN, M. (2001) – *Tombs, Temples and their Orientations. A New Perspective on Mediterranean Prehistory*. Ocarina Books. Bognor Regis.
- HURTADO, V. (1981) – Los ídolos calcolíticos de la Pijotilla (Badajoz). *Zephyrus*. Salamanca. 30/31, p. 165-203.
- HURTADO, V. (1987) – El Calcolítico en la Cuenca Media del Guadiana y la necrópolis de la Pijotilla. *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular*. Madrid, p. 51-75.
- ISIDORO, A. F. (1965-66) – Escavações em dólmene do concelho do Crato (Alto Alentejo). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 20: 1-2, p. 29-57.
- ISIDORO, A. F. (1966) – Contribuição para o estudo da Arqueologia do concelho de Alter do Chão (Alto Alentejo). *Lucerna*. Porto. 5 (Actas do IV Colóquio Português de Arqueologia), p. 384-414.
- ISIDORO, A. F. (1967-68) – Escavações em dólmene do concelho do Crato (Alto Alentejo) – II. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 20: 3-4, p. 285-297.
- ISIDORO, A. F. (1970) - Escavações em dólmene do concelho do Crato (Alto Alentejo) – III. *Anais da Faculdade de Ciências*. Porto. 54: 1-2, p. 145-160.
- ISIDORO, A. F. (1971) - Escavações em dólmene do concelho do Crato (Alto Alentejo) – IV. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22: 1, p. 41-56.
- ISIDORO, A. F. (1973) - Escavações em dólmene do concelho do Crato (Alto Alentejo) – V. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22: 2, p. 107-123.
- JOHNSON, M. (2005) – Thinking about landscape. In RENFREW, C.; BAHN, P. (eds.) – *Archaeology. The Key Concepts*. London/New York: Routledge, p. 156-159.
- JORGE, V. O. (1986) – Monumentalização e necropolização no megalitismo europeu. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 26: 1/4, p. 233-237.

- JORGE, V. O.; JORGE, S. O. (2000) – A «monumentalização» das paisagens durante a Pré-História: alguns contributos para um debate. *Era Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 100-111.
- JOYCE, A. A.; JOHANNESSEN, S. (1993) – Abandonment and the production of archaeological variability at domestic sites. In CAMERON, C. M.; TOMKA, S. A. (eds.) – *Adandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological approaches*. Cambridge: Camdridge University Press. p. 138-153.
- KENT, S. (1993) – Models of abandonment and material culture frequences. In CAMERON, C. M.; TOMKA, S. A. (eds.) – *Adandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological approaches*. Cambridge: Camdridge University Press. p. 54-73.
- LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F.; CARVALHO, A. (1998) – Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1: 1, p. 45-152.
- LAGO, M.; ALBERGARIA, J. (2001) – O Cabeço do Torrão (Elvas): contextos e interpretações prévias de um lugar do Neolítico alentejano. *Era Arqueologia*. Lisboa. 4, p. 39-62.
- LEISNER, G. (1949) – Antas dos arredores de Évora. *A Cidade de Évora*. Évora. 15/18.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura (reeditado por Uniarq/INIC, 1985).
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1955) – *Antas nas Herdades da Casa de Bragança no Concelho de Estremoz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1956) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Western*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1: 1.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Western*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1: 2.
- LÓPEZ PLAZA, S.; LUIS FRANCISCO, J.; SALVADOR MATEOS, R. (2000) – Megalitismo y vías naturales de comunicación en el SO salamantino. In JORGE, V. O. (coord.) – *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 3 (Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica), p. 271-287.
- MACHADO, J. L. S. (1964) – Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2ª série, 5, p. 51-448.
- MATALOTO, R. (2005) – A propósito de um achado na Herdade das Casas (Redondo): megalitismo e Idade do Bronze no Alto Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 115-128.
- MATALOTO, R. (2006) – Entre Ferradeira e Montelavar: um conjunto artefactual da Fundação Paes Teles (Ervedal, Avis). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 83-108.
- MATALOTO, R. (2007) – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto-alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10: 1, p. 123-140.
- MONTEIRO, J. P.; GOMES, M. V. (1974-77) – Rocha com covinhas na Ribeira da Pracana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3ª série, 7-9, p. 95-99.
- MORAIS, J. A. D. (2000) – Transumância de gados serranos e o Alentejo. *Novos Estudos Eborenses*. Évora. 3.
- NETO, M. C. S. (1976-77) – Notícias inéditas sobre dolmens em Portugal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 99-107.

- OLIVEIRA, C. D.; OLIVEIRA, J. (2000) – Continuidade e rupturas do megalitismo no distrito de Portalegre. In JORGE, V. O. (coord.) – *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 3 (Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica), p. 459-471.
- OLIVEIRA, J. (1998) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Edições Colibri.
- OLIVEIRA, J. (2000) – Economia e sociedade dos construtores de megálitos da bacia do Sever. In JORGE, V. O. (coord.) – *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 3 (Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica), p. 429-444.
- OLIVEIRA, J. (2002) – Megalitismo e “arqueo-etnografia” (Mourão – Aldeia da Luz). *Al-madan*. 2ª Série, 11, p. 165-171.
- OLIVEIRA, J. (2006) – *Património arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agropastoris*. Lisboa: Edições Colibri/Universidade de Évora.
- OLIVEIRA, J.; DIAS, A. C. (1982) – Povoado pré-histórico do Cabeço do Cubo (Campo Maior). *Clio*. Lisboa. 4, p. 137-140.
- OLIVEIRA, J.; OLIVEIRA, C. D. (1999-2000) – Menires do Distrito de Portalegre. *Ibn Maruán*. Marvão. 9/10, p. 147-180.
- PARREIRA, R. (1990) – Considerações sobre os milénios IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1, p. 27-43.
- PARREIRA, R. (1996) – *O conjunto megalítico do Crato (Alto Alentejo): contribuição para o registo das antas portuguesas*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiado.
- PARREIRA, R.; SERPA, F. (1995) – Novos dados sobre o povoamento na região de Alcalar (Portimão) no IV e III milénios a. C. In JORGE, V. O. (coord.) – *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. 6. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35: 3, p. 233-256.
- PIÑON VARELA, F. (1986) – Consideraciones en torno a la implantación megalítica onubense dentro del contexto del Neolítico y del Calcolítico del Suroeste peninsular. *Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular*. Madrid, p. 77-96
- PIÑON VARELA, F. (1987) – Construtores de sepulcros megalíticos de Huelva: problemas de una implantación. *El Megalitismo de la Península Iberica*. Madrid, pp. 45-72.
- PONTIS (1999) – *Carta Arqueológica de Ponte de Sor*. Ponte de Sor: Câmara Municipal.
- QUEIROZ, P. F. (2001) – Estudos de Arqueobotânica sobre materiais provenientes da Anta 2 de Santa Margarida. In GONÇALVES, V. S. – *A anta 2 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2, p. 115-206.
- QUEIROZ, P. F. (2003) – Estudos de Arqueobotânica sobre materiais provenientes da Anta 3 de Santa Margarida. In GONÇALVES, V. S. – *STAM-3, a anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 32).
- RENFREW, C.; BAHN, P. (2008) – *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. 5th edition. London: Thames & Hudson, Ltd.
- ROCHA, L. (1998) – *Povoamento megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-História regional*. Mora: Câmara Municipal de Mora.

- ROCHA, L. (2005) – *Estudo do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: policopiado.
- ROJO GUERRA, M. A. (1994) – La relacion hombre/espacio en el horizonte megalítico de La Lora, Burgos. In JORGE, V. O. (coord.) – *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular. 4. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34: 3-4, p. 81-98.
- RUIZ COBO, J.; DIEZ CASTILLO, A. (1994) – El megalitismo en Cantabria: una aproximación espacial. *Estudios Pré-históricos*. Viseu. 2 (Actas do Seminário *O Megalitismo no Centro de Portugal*), pp. 87-102.
- RUIZ-GÁLVEZ, M. (1979) – El Bronce Antiguo en la Fachada Atlántica Peninsular: un ensayo de periodización. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 36, p. 151-172.
- SANTOS, M. F.; SOARES, J.; SILVA, C. T. (1974) – Necrópole da Provença (Sines). *Arqueologia e História*. Lisboa. 5, p. 69-99.
- SCARRE, Ch. (2004) – Monumentos de pedra «rude» e pedras troféu: a relação com os materiais nos megálitos da Europa ocidental. *Sinais de Pedras – Actas do 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida. CD-ROM.
- SCHUBART, H. (1965a) – Atalaia: uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 22, p. 7-136.
- SCHUBART, H. (1965b) – As duas fases de ocupação do túmulo de cúpula do Monte do Outeiro, nos arredores de Aljustrel. *Revista de Guimarães*. 75: 1/4, p. 195-204.
- SCHUBART, H. (1971) – O Horizonte de Ferradeira. Sepulturas do Eneolítico final no Sudoeste da Península ibérica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81, p. 189-215.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994) – Megalitismo, habitat e sociedades: a bacia do Médio e Alto Mondego no conjunto da Beira Alta (c. 5200-3000 BP). *Estudios Pré-históricos*. Viseu. 2 (Actas do Seminário *O Megalitismo no Centro de Portugal*), p. 15-29.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1996) [2003] – Do espaço doméstico ao espaço funerário: ideologia e cultura material na Pré-história recente do Centro de Portugal. *Ophiussa*. Lisboa. 0, p. 65-76.
- SEÑORÁN, J. M. (2007) – Etnoarqueología de los grupos pastores. *ArqueoWeb*. 9: 1. Consultado em www.ucm.es/info/arqueoweb/
- SILBERT, A. (1978) – *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime. XVIII^e-Début du XIX^e siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*. Lisboa: INIC.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1976-77) – Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 179-272.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1983) – Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo litoral: a sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém). *O Arqueólogo Português*. 4^a série, 1, p. 63-88.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1987) – O povoado fortificado do Monte da Tumba. I – Escavações arqueológicas de 1982-1986. Resultados preliminares. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 16-43.
- SOARES, A. M.; CABRAL, J. P. (1987) – O povoado calcolítico do Monte da Tumba: cronologia absoluta. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 7, p. 155-165.

- SOARES, A. M.; CABRAL, J. P. (1993) – Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33: 3/4, p. 217-235.
- SOARES, J. (1988) – O povoado da Charneca do Fratel e o Neolítico final/Calcolítico de Ródão-Nisa: notícia preliminar. *Alto Tejo*. Vila Velha de Ródão. 2, p. 3-6.
- SOARES, J. SILVA, C. T. (1975) – A ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico da região de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: 1, p. 53-.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 37-.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (2000) – Protomegalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas. In GONÇALVES, Victor S., ed. – *Muitas antas, pouca gente?*, Actas de I Colóquio Internacional sobre Megalitismo (Reguengos de Monsaraz, 1996), Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 16). p. 117-134.
- STONE, G. D. (1993) – Agricultural abandonment: a comparative study in historical ecology. In CAMERON, C. M.; TOMKA, S. A., eds. – *Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological approaches*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 74-81.
- THOMAS, J. (1999) – *Understanding the Neolithic. A revised second edition of Rethinking the Neolithic*. London/New York: Routledge.
- TILLEY, Ch. (1994) – *A Phenomenology of Landscapes: Places, Paths and Monuments*. Oxford.
- TOMKA, S. A. (1993) – Site abandonment behavior among transhumant agro-pastoralists. In CAMERON, C. M.; TOMKA, S. A., eds. – *Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological approaches*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 11-24.
- TOMKA, S. A.; STEVENSON, M. G. (1993) – Understanding abandonment processes: summary and remaining concerns. In CAMERON, C. M.; TOMKA, S. A., eds. – *Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological approaches*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 191-195.
- VALERA, A. C. (2000) – Em torno de alguns fundamentos e potencialidades da Arqueologia da Paisagem. *Era Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 112-121.
- VALERA, A. C.; FILIPE, I. (2004) – O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular. *Era arqueologia*. Lisboa. 6, p. 29-61.
- VALERA, A. C.; LAGO, M.; DUARTE, C.; EVANGELISTA, L. S. (2000) – Ambientes funerários no Complexo Arqueológico dos Perdigões: uma análise preliminar no contexto das práticas funerárias calcolíticas no Alentejo. *Era Arqueologia*. Lisboa. 2, p. 84-105.
- VAQUERO LASTRES, J. (1989) – Donde diablitos se esconden nuestros muertos que no los podemos ver? Reflexiones sobre el emplazamiento de los túmulos del NW. *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 11, p. 81-108.
- VAQUERO LASTRES, J. (1990) – Rios y tumbas. Sobre el emplazamiento de túmulos en el NW peninsular. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 30, p. 151-175.
- VAQUERO LASTRES, J. (1991-92) – Del analisis del emplazamiento al estudio de la distribución de túmulos en el NW. *Brigantium*. Coruña. 7, p. 151-176.

- VASCONCELLOS, J. L. (1912) – Pelo Alentejo. *Arqueologia e etnografia. O Archeólogo Português*. Lisboa. 17: 10-12, p. 284-289.
- VASCONCELLOS, J. L. (1918) – Coisas velhas. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 23: 1-12, p. 356-369.
- VASCONCELLOS, J. L. (1927-29a) – Antiguidades do Alentejo. II – Antas da Herdade Grande. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 28, p. 160-169.
- VASCONCELLOS, J. L. (1927-29b) – Antiguidades do Alentejo. III – Espólio d'uma anta de Monte Redondo. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 28, p. 169-170.
- VENTURA, J. M. Q. (1999) – Monumentalidade e visibilidade nos sepulcros megalíticos da plataforma do Mondego. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 5, p. 35-49.
- VIANA, A. (1947-50) – Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 11-12, p. 289-322.
- VIANA, A.; DEUS, A. D. (1952) – Exploración de algunos dólmenes de la región de Elvas, Portugal. *Crónica del II Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Secretaria General de los Congresos Arqueológicos Nacionales.
- VIANA, A.; DEUS, A. D. (1954-58) – Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 15-16, p. 143-189.
- VICENTE, E. P.; ANDRADE, G. E. M.; DIAS, V. M. R. (1971) – Uma jazida pré-histórica no Vale do Sorraia. *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto. 1, p. 91-104.
- VILLOCH VÁZQUEZ, V. (2001) – El emplazamiento tumular como estrategia de configuración del espacio social: Galicia en la Prehistoria reciente. *Complutum*. 12, p. 33-49.
- ZILHÃO, J.; CARVALHO, A. F. (1996) – O Neolítico do Maciço Calcário Estremenho: crono-estratigrafia e povoamento. *Rubricatum*. Gavá. 1: 2 (Actes del I Congrès del Neolítico a la Península Ibérica – Gavá-Bellaterra, 1995), p. 659-671.